



**Lucas von Seehausen Lisboa**

**Jornalismo investigativo impulsionado  
pela transparência pública:  
as primeiras denúncias contra o governo Witzel  
durante a pandemia em quatro veículos jornalísticos**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Leonel Azevedo de Aguiar

Rio de Janeiro,  
setembro de 2023



**Lucas von Seehausen Lisboa**

**Jornalismo investigativo impulsionado  
pela transparência pública:  
as primeiras denúncias contra o governo Witzel  
durante a pandemia em quatro veículos jornalísticos**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Prof. Leonel Azevedo de Aguiar**

Orientador

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Patrícia Maurício Carvalho**

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof. Roberto José Marinho Falcão**

Faculdades Integradas Hélio Alonso – FACHA

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do CCS – PUC-Rio

Rio de Janeiro,  
19 de setembro de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Lucas von Seehausen Lisboa**

Graduou-se em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, no Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) em 2013.

#### Ficha Catalográfica

Lisboa, Lucas von Seehausen

Jornalismo investigativo impulsionado pela transparência pública : as primeiras denúncias contra o governo Witzel durante a pandemia em quatro veículos jornalísticos / Lucas von Seehausen Lisboa ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. – 2023.

132 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2023.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Jornalismo investigativo. 3. Transparência. 4. Acesso à informação. 5. Pandemia. 6. Governo Wilson Witzel. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

Aos incansáveis jornalistas que honram a profissão,  
apesar de tudo.

Em memória de Angela de Rego Monteiro,  
jornalista, professora e querida amiga.

## **Agradecimentos**

À minha mãe Elaine, ao meu pai Paulo e ao meu irmão Saulo pela base sólida, o amor incondicional e por serem a referência de um norte seguro para onde seguir.

À Lili pela motivação, paciência e apoio emocional e técnico ao longo desses anos, e à Dory pela companhia nas tardes de estudo mais solitárias.

Ao Pedro pela inspiração, aconselhamento e disponibilidade, como jornalista, acadêmico e, principalmente, como amigo.

Aos meus chefes (líderes!) Lilian Rachid e Marcos Mendes pela compreensão, apoio e incentivo.

À Julia por ter sido sempre uma mentora, uma amiga e especialmente por todas as conversas que tivemos e ainda teremos.

Ao meu orientador Leonel pela acolhida, sábios conselhos e atenção dedicada nesses anos de caminhada.

Às queridas professoras Patrícia Maurício e Larissa Morais por gentilmente aceitarem avaliar este trabalho e também por aulas inspiradoras durante o Mestrado.

E ainda ao nobre Roberto Falcão por aceitar participar como suplente.

Aos antigos professores que reencontrei como colegas de aula na Pós: Weiler Filho, Creso Soares, Diogo Maduell e Julia Cruz. A admiração só aumentou.

Aos professores e às professoras, às secretárias Juliana, Marise e Nathalia, ao coordenador do Programa de Pós-Graduação de Comunicação Arthur Ituassu, à coordenadora adjunta Bruna Aucar, por tocarem o barco num período tão conturbado.

Aos companheiros e às companheiras de Tejor, grupo de pesquisa do qual faço parte, pela parceria e companhia.

Aos repórteres Ruben Berta, Italo Nogueira e Pedro Figueiredo por aceitarem inverter temporariamente o lugar no balcão e contar as histórias que ajudaram a construir essa dissertação.

À CAPES, fundação imprescindível para o desenvolvimento da educação e da pesquisa acadêmica. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## Resumo

Lisboa, Lucas von Seehausen; Aguiar, Leonel Azevedo de. **Jornalismo investigativo impulsionado pela transparência pública**: as primeiras denúncias contra o governo Witzel durante a pandemia em quatro veículos jornalísticos. Rio de Janeiro, 2023. 132 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Durante o começo da pandemia de Covid-19, em 2020, enquanto as autoridades estaduais do Rio de Janeiro se apressavam na compra de equipamentos e na construção de hospitais de campanha, surgiu uma intensa cobertura jornalística sobre o gasto de recursos públicos. Dezenas de reportagens de diferentes veículos de comunicação denunciaram que havia indícios de superfaturamento em compras, inconsistências em contratos e mesmo fraude em contratações. Após as reportagens, foram instauradas investigações criminais sobre a corrupção no governo Wilson Witzel e também foi aberto um processo inédito de impeachment na Assembleia Legislativa, que terminou com a cassação do governador. Para realização desse estudo, foram analisadas as primeiras reportagens desta cobertura jornalística de quatro veículos – *Blog do Berta*, *Folha de São Paulo*, *RJ2* (TV Globo) e *O Globo* – e conduzidas entrevistas com repórteres envolvidos na cobertura, a fim de identificar as fontes de informação utilizadas e discutir práticas, rotinas produtivas e seu resultado final no processo de construção das reportagens investigativas. A metodologia utilizada privilegiou a análise de conteúdo e a técnica da entrevista em profundidade. A pesquisa concluiu que as ferramentas de transparência e acesso às informações de órgãos públicos desempenharam um papel fundamental no incremento à credibilidade das reportagens, representando 46% das fontes de informação identificadas nas matérias analisadas, resultado que foi corroborado pela percepção dos jornalistas entrevistados.

## Palavras-chave

Jornalismo investigativo; transparência; acesso à informação; pandemia; governo Wilson Witzel.

## Abstract

Lisboa, Lucas von Seehausen; Aguiar, Leonel Azevedo de. **Investigative journalism driven by public transparency**: the first accusations against the Witzel government during the pandemic in four media outlets. Rio de Janeiro, 2023. 132 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In the beginning of the Covid-19 pandemic in 2020, while state authorities in Rio de Janeiro rushed to purchase equipment and build field hospitals, there was also intense journalistic coverage on the expenditure of public resources. Dozens of reports from different media outlets exposed indications of overpricing in purchases, inconsistencies in contracts, and even fraud in hiring processes. Following these reports, criminal investigations were initiated into corruption in the government of Wilson Witzel during the pandemic, and an unprecedented impeachment process was launched in the Legislative Assembly, which ended with the governor's removal from office. For the purpose of this study, the initial reports of this journalistic coverage from four sources - *Blog do Berta*, *Folha de São Paulo*, *RJ2* (TV Globo) and *O Globo* - were analyzed, and interviews were conducted with reporters involved in the coverage in order to identify the sources of information used and discuss practices, productive routines and the final outcome in the process of constructing investigative reports. Content analysis and in-depth interviews were employed as the research methods. The findings reveal that transparency tools and access to information from public agencies played a crucial role in enhancing the credibility of the news reports, accounting for 46% of the identified sources of information in the analyzed articles, a result which was corroborated by the perception of the interviewed journalists.

## Keywords

Investigative journalism; transparency; access to information; pandemic; Wilson Witzel government.

## Sumário

1. Introdução	10
2. As notícias, as fontes e a transparência	17
2.1. A construção da notícia	18
2.2. Credibilidade jornalística	20
2.3. Critérios de noticiabilidade	22
2.4. Jornalismo investigativo	24
2.5. As fontes	27
2.6. Transparência e acesso à informação	32
3. Metodologia e objetos	39
3.1. <i>Corpus</i> e métodos de pesquisa	41
3.2. Classificação das fontes	44
3.3. Por trás das telas e das lentes	46
3.4. Os veículos	49
3.4.1. <i>Blog do Berta</i>	51
3.4.2. <i>Folha de S. Paulo</i>	52
3.4.3. <i>RJ2 / TV Globo</i>	53
3.4.4. <i>O Globo</i>	55
3.5. Os repórteres	56
4. Cobertura de gastos públicos durante a pandemia	59
4.1. Práticas, rotina e apuração	60
4.2. Das primeiras reportagens ao começo da queda do governo	65
4.3. Resultados do levantamento e impressões dos repórteres	81
5. Considerações finais	90
Referências Bibliográficas	96
Apêndices	106

## **Lista de ilustrações**

### **Tabelas**

Tabela 1 – total de reportagens, fontes e divisão de fontes por categoria	82
Tabela 2 – porcentagem de fontes identificadas por veículo	82
Tabela 3 – detalhamento da incidência de fontes específicas contidas na categoria “oficial documental	83

### **Figuras**

Figura 1 – Print do perfil do subsecretário Gabriell Neves no Blog do Berta	66
Figura 2 – Print da primeira reportagem da cobertura considerada pela pesquisa	68
Figura 3 – Print da reportagem sobre a gestão dos hospitais de campanha	70
Figura 4 – Print da reportagem do RJ2 sobre propostas plagiadas	73
Figura 5 – Print da reportagem de O Globo sobre as compras de respiradores	75
Figuras 6 e 7 – Print da reportagem do RJ2 sobre a MHS, uma das empresas que venderam respiradores à Secretaria Estadual de Saúde	76
Figura 8 – Print da reportagem do RJ2 sobre a A2A, empresa que também vendeu respiradores	78
Figuras 9 e 10 – Print de reportagem do RJ2 sobre a ARC Fontoura, empresa que também vendeu respiradores	79

## 1.

### Introdução

11.280. Esse era o número de mortes pela Covid-19 no dia 10 de julho de 2020 no Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Menos de dois meses desde a primeira vítima fatal da doença no estado, a atenção não estava apenas nos pacientes internados, nem nas normas sanitárias que mudavam rapidamente. Naquela sexta-feira, os olhos se voltaram para uma operação do Ministério Público que levou à cadeia o homem que pouco tempo antes ocupava o cargo de secretário estadual de Saúde e havia conduzido o estado nos primeiros meses da crise sanitária. Edmar Santos foi preso em casa, num apartamento em Botafogo, na Zona Sul da capital<sup>2</sup>. No mesmo dia, foram apreendidos R\$ 8,5 milhões de reais em outro endereço, dinheiro que, segundo a investigação, pertencia ao ex-secretário<sup>3</sup>. Àquela altura, Edmar Santos já tinha sido exonerado do governo<sup>4</sup>, impedido pela Justiça de assumir outra secretaria e ganhado o status de “investigado”<sup>5</sup>. Bem diferente do Edmar Santos dos primeiros meses de 2020, que aparecia quase diariamente na televisão e dava entrevistas sobre os mais diferentes temas relacionados à saúde naquele contexto de crise sanitária.

Enquanto a contaminação pelo novo e ainda pouco conhecido coronavírus se espalhava pela Europa e pela Ásia, no início de 2020, governos de diferentes esferas tentaram se antecipar à chegada do vírus no Brasil, com contratações de equipes médicas e compra de aparelhos e equipamentos para reforçar hospitais. O Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentou, no início de fevereiro, um “Plano de Contingência”<sup>6</sup>, com as primeiras medidas que seriam tomadas e a criação de protocolos. No mesmo mês, uma lei federal passou a autorizar a dispensa de licitação para compras e contratações, a fim de agilizar a aquisição de itens

---

1 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/10/rj-passa-de-112-mil-mortes-e-tem-quase-130-mil-casos-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

2 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/10/ministerio-publico-realiza-operacao-no-rj.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

3 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/10/ex-secretario-de-saude-do-rj-edmar-santos-e-dono-dos-r-85-milhoes-apreendidos-em-operacao-diz-testemunha.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

4 <https://oglobo.globo.com/rio/edmar-santos-sai-da-secretaria-de-saude-em-meio-denuncias-de-fraude-na-compra-de-respiradores-24431827>. Acesso em: 19 jul. 2023.

5 <https://oglobo.globo.com/rio/investigado-por-desvios-na-saude-edmar-santos-deixa-governo-witzel-1-24451325>. Acesso em: 19 jul. 2023.

6 Plano de Contingência do Governo do Estado do RJ:

<https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2020/02/estado-do-rio-tem-plano-de-contingencia-para-coronavirus>. Acesso em: 22 jul. 2022.

necessários ao combate à emergência sanitária<sup>7</sup>. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a pandemia da Covid-19, já que a doença causada pelo coronavírus Sars-Cov-2 estava espalhada por diversos continentes<sup>8</sup>. Nas semanas e meses seguintes, foram confirmados os primeiros casos da doença no Brasil e, conforme esse número crescia, eram anunciadas compras de equipamentos, contratação de profissionais e até construção de hospitais de campanha, de caráter emergencial e temporário, pelo Governo do Estado do Rio.

As compras avançavam e denúncias começaram a surgir. Ainda no começo de abril, reportagens investigativas apontaram indícios de fraude em contratos emergenciais – aqueles sem necessidade de processo de licitação – do Governo do Estado. A reportagem “Coronavírus: Estado do RJ faz seleção relâmpago com data errada para repassar R\$ 91 milhões a OSs”<sup>9</sup>, do *Blog do Berta*, revelou no dia 1 de abril que o processo de seleção para gestão de dois hospitais estaduais desrespeitou prazo previsto no próprio edital. As matérias indicavam também irregularidades nas compras emergenciais, como a reportagem “Estado do RJ começa a comprar até sabonete sem pesquisar preço”<sup>10</sup>, publicada no *Blog do Berta* em 3 de abril, que expôs que a Secretaria Estadual de Saúde utilizava um documento padrão para embasar as compras sem licitação, sem fazer nenhum levantamento de preços no mercado. Havia indício de irregularidades ainda na compra de respiradores – equipamentos necessários a pacientes internados com Covid-19 – como apontou a reportagem “Estado do RJ compra respiradores pelo dobro do preço com empresa de informática”<sup>11</sup>, publicada em 6 de abril também no *Blog do Berta*. O blog publicou três dias depois a matéria “Sem seleção, Estado do RJ pagará R\$ 835 milhões a OS por hospitais de campanha”<sup>12</sup>, que, além de apontar o atropelo nos trâmites legais de contratação pública, revelava que o valor dos leitos seria o dobro

---

7 Lei do Coronavírus: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

8 OMS declara pandemia de coronavírus:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>.

9 <https://blogdoberta.com/2020/04/01/coronavirus-estado-rj-faz-selecao-relampago-data-errada-repassar-91-milhoes-oss/>. Acesso em 18 jul. 2023.

10 <https://blogdoberta.com/2020/04/03/coronavirus-estado-do-rj-comprar-ate-sabonete-sem-pesquisar-precos/>. Acesso em 18 jul. 2023.

11 <https://blogdoberta.com/2020/04/06/rj-compra-respiradores-dobro-preco-empresa-informatica/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

12 <https://blogdoberta.com/2020/04/09/sem-selecao-rj-pagara-835-milhoes-a-os-hospitais-de-campanha/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

dos criados pela Prefeitura do Rio. Após as primeiras reportagens, o Governo do Estado chegou a impor sigilo aos processos de compras e contratações, o que também foi alvo de denúncia dos jornalistas, como a reportagem “Gestão Witzel impõe sigilo em documentos de contratações emergenciais de R\$ 1 bi contra coronavírus”<sup>13</sup>, da *Folha de S. Paulo*, de 9 de abril. Alguns dias depois, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) abriu um inquérito<sup>14</sup> para investigar as denúncias, em que citava a reportagem da Folha (mencionada acima) como base para a instauração do procedimento. Naquele mês, o MPRJ também criou uma força-tarefa<sup>15</sup> com o objetivo de fiscalizar as ações dos entes públicos no contexto do enfrentamento à Covid-19. Ao longo das semanas seguintes, outras reportagens foram publicadas revelando indícios de irregularidades e corrupção na Secretaria Estadual de Saúde. No campo criminal, as investigações avançaram e culminaram na operação “Mercadores do Caos”, que constatou a compra superfaturada de respiradores e prendeu donos de empresas que venderam esses equipamentos, servidores e ex-servidores da Secretaria Estadual de Saúde, como o ex-subsecretário Gabriell Neves, no dia 7 de maio de 2020<sup>16</sup>. Dois meses depois, um desdobramento da operação levou à prisão o ex-secretário estadual de Saúde Edmar Santos, que estava à frente da secretaria na época dos contratos investigados<sup>17</sup>.

Ao mesmo tempo, a fragilização política do governador Wilson Witzel impulsionou uma cobrança do Poder Legislativo. Deputados estaduais aprovaram na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) a abertura de um processo de impeachment contra Wilson Witzel<sup>18</sup>, que culminou com a cassação do mandato do governador, fato inédito na história da República do Brasil<sup>19</sup>. Antes

---

13 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/gestao-witzel-impoe-sigilo-em-documentos-de-contratacoes-emergenciais-de-r-1-bi-contra-coronavirus.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

14 MPRJ instaura inquérito civil e emite recomendação para que o Poder Público dê transparência a gastos sem licitação no enfrentamento ao coronavírus: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/portaria\\_ic\\_202000283649\\_transparencia\\_erj\\_final\\_\\_assinado.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/portaria_ic_202000283649_transparencia_erj_final__assinado.pdf). Acesso em: 22 jul. 2022.

15 MPRJ institui força-tarefa de fiscalização das ações estaduais e municipais de enfrentamento ao coronavírus: <https://www.mprj.mp.br/web/guest/visualizar?noticiaId=84623>. Acesso em: 22 jul. 2022.

16 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/07/mprj-realiza-operacao-nesta-quinta-feira.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

17 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/10/ministerio-publico-realiza-operacao-no-rj.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

18 Alerj decide abrir processo de impeachment contra o governador Wilson Witzel: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/10/alerj-da-prosseguimento-ao-processo-de-impeachment-contra-governador-wilson-witzel.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2022.

19 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/impeachment-wilson-witzel/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

mesmo do fim do rito, ele havia sido afastado do cargo por força de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça<sup>20</sup>, que conduziu um processo de investigação criminal contra o governador, seus subordinados e outras pessoas envolvidas no suposto esquema de desvios.

São dois fenômenos inéditos: uma pandemia na nossa geração e um processo de impeachment contra um governador. Entendendo o jornalismo como inserido nesta sociedade e, na perspectiva de Berger e Luckmann (1985), de que a sociedade é um produto humano e uma realidade objetiva, e que o homem é um produto social, temos a importância de se estudar como a comunicação interfere nos processos sociais. Para os autores, a relação “entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele” é e continua a ser uma relação dialética, ou seja, o homem e seu mundo social atuam numa via de mão-dupla um sobre o outro (Ibid., p. 87). Neste sentido, o jornalismo investigativo se tornou fundamental para a criação de narrativas sobre o presente e, portanto, para a contextualização da realidade em que vivemos.

À medida que as mídias se transformam, o próprio fazer jornalístico também pode sofrer alterações. Como observa Nelson Traquina (2005a, p. 146), é possível, mesmo depois de várias décadas de muitos estudos realizados sobre o jornalismo, delinear a existência de diversas teorias que buscam responder por que as notícias são como são. E essas teorias não se excluem e não são independentes umas das outras. Portanto, um trabalho sobre um exemplo prático tem potencial de colaborar para o entendimento já existente sobre o assunto. Neste estudo, analisamos e discutimos as teorias do jornalismo diante da perspectiva prática colocada.

O objetivo é analisar os processos de construção das reportagens investigativas em quatro veículos, distintos entre si, mas que em alguns casos obtiveram resultados semelhantes. Determinar quais foram os elementos fornecidos ao leitor ou espectador como prova de autenticidade; a citação de fontes de informação; o uso de documentos que corroboram datas e valores. E também elencar os procedimentos técnicos e profissionais que fundamentaram os repórteres nesta cobertura, diferenciando os critérios de noticiabilidade que balizam a publicação em blogs independentes, bem como na grande mídia. E ainda comparar

---

20 Corte Especial do STJ confirma afastamento do governador Wilson Witzel por 180 dias: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/02092020-Corte-Especial-confirma-afastamento-do-governador-Wilson-Witzel-por-180-dias.aspx>. Acesso em: 22 nov. 2022.

as diferentes rotinas produtivas dos veículos, a percepção dos repórteres entrevistados, as noções deles sobre o uso de ferramentas de transparência e examinar a relevância que esses mecanismos efetivamente exerceram nessa cobertura.

O estudo de caso, definido por Robert Yin (2001 *apud* DUARTE, M. 2014, p. 216), “é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. A realização de um estudo sobre o jornalismo investigativo e o uso de recursos de transparência a partir de uma cobertura jornalística de relevância para a sociedade pode contribuir para o conhecimento teórico da área, já investigada e analisada por tantos autores.

O estudo analisa as reportagens publicadas no *Blog do Berta*, site alimentado pelo jornalista Ruben Berta, nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, tradicionais veículos jornalísticos impressos e digitais, e veiculadas pelo *RJ2*, telejornal da TV Globo no Rio de Janeiro. O período analisado é do dia 1 de abril de 2020 até a prisão do ex-subsecretário de Saúde, Gabriell Neves, em 7 de maio. Com a observação dos textos narrativos das reportagens, identificamos as fontes de informações que subsidiaram a cobertura, como dados públicos de órgãos oficiais, informações provenientes de fontes sigilosas, declarações oficiais, investigações de órgãos de controle, citações de outros veículos e constatações da própria equipe de reportagem. A partir de entrevistas com os jornalistas envolvidos na cobertura, detectamos e descrevemos modos de atuação, métodos de apuração e investigação dos repórteres; analisamos rotinas produtivas; identificamos as percepções sobre transparência e acesso à informação e o efeito disso no trabalho dos repórteres; discutimos o impacto do jornalismo na construção social; refletimos sobre o peso e a importância que o jornalismo tradicional ainda representa em um mundo digital.

Os repórteres entrevistados para a pesquisa foram Ruben Berta, do *Blog do Berta*, Italo Nogueira, da *Folha de S. Paulo*, e Pedro Figueiredo do *RJ2* (TV Globo). Havia também o objetivo de entrevistar a editora responsável pela Editoria Rio do jornal *O Globo* durante o período das reportagens analisadas, mas o convite não foi respondido. Como será detalhado no capítulo 3, este pesquisador atua também como jornalista, na redação da TV Globo do Rio de Janeiro, na função de editor de texto do *RJI* desde 2019 até o momento da pesquisa. Pesquisar uma área de atuação

que se faz parte possui vantagens e desvantagens. Acesso facilitado a colegas mas também um desafio constante de manter o distanciamento necessário para o estudo.

As hipóteses que guiaram o trabalho serão detalhadas e desenvolvidas no capítulo 3, mas adiantamos aqui a apresentação delas. 1) Os dados públicos obtidos por meio de ferramentas de acesso à informação e transparência foram fundamentais para as reportagens e para a cobertura; 2) As ferramentas de acesso à informação e transparência, ainda que imperfeitas, funcionaram nesse caso; 3) Informações públicas contribuem para o aumento da credibilidade do jornalismo; 4) Quando mais de um veículo dedica tempo e investiga um mesmo assunto, esse trabalho conjunto, ainda que não coordenado, reforça a relevância da imprensa e o papel fiscalizador do jornalismo.

Ao propor a análise de quatro veículos com diferentes estruturas, fluxos e métodos – um audiovisual, dois impressos com versões on-line e outro escrito para internet – é possibilitada a discussão de outras vertentes da comunicação e também de temas correlacionados, como o papel do jornalismo on-line na comunicação e o jornalismo televisivo e seu impacto na sociedade – a partir da perspectiva da relação dialética entre o homem com a sociedade em que vive, sendo influenciado e influenciando o mundo social. Neste estudo, no entanto, a escolha dos veículos não se pautou pela natureza de formato, e sim pelo conteúdo apresentado pelas reportagens e pelos processos de apuração narrados pelos repórteres. Para compreendermos o contexto em que se insere essa cobertura, propomos um percurso teórico sobre a construção da notícia e a credibilidade jornalística. É a isso que se dedica o segundo capítulo, “As notícias, as fontes e a transparência”, em que também abordamos os critérios de noticiabilidade, as noções sobre jornalismo investigativo e as mudanças no uso de fontes pela imprensa. Neste capítulo, ainda são apresentados a trajetória do princípio de transparência pelo mundo e o desenvolvimento de mecanismos de acesso à informação no Brasil.

No terceiro capítulo, é detalhada a metodologia do trabalho. São descritos os métodos de pesquisa que foram utilizados para encontrar as reportagens de cada veículo, bem como para ordenar e examinar as matérias. Detalhamos ainda a classificação proposta pelo estudo para a análise de conteúdo do material identificado. E apresentamos os objetos desta pesquisa, ou seja, os quatro veículos de comunicação que fazem parte do estudo e os jornalistas entrevistados.

Os resultados da pesquisa estão no quarto capítulo, em que são apresentadas as práticas, as rotinas produtivas e os métodos de apuração utilizados pelos repórteres e relatados em entrevista à pesquisa. Descrevemos também as reportagens da cobertura que revelou os indícios de irregularidades e corrupção na Secretaria Estadual de Saúde durante a pandemia. Detalhamos os resultados obtidos pelo levantamento e pela análise de conteúdo e compartilhamos ainda as percepções dos jornalistas entrevistados sobre as reportagens, transparência, jornalismo e outros assuntos que envolvem esta cobertura.

## 2.

### **As notícias, as fontes e a transparência**

O ano era 1690. Começo do outono na cidade de Boston – que viria a ser capital do estado de Massachusetts depois que os Estados Unidos deixassem de ser colônia britânica – quando foi lançado o primeiro jornal do continente. O periódico *Publick Occurrences, Both Forreign And Domestick* pretendia ser um órgão permanente de notícias (BARBOSA, 2008). O diretor da publicação prometeu notícias regulares – uma vez ao mês. Mas, se houvesse “excesso de ocorrências”, o jornal apareceria com mais frequência, ou seja, a publicação dependeria do acontecimento de “ocorrências” (TRAQUINA, 2005a, p. 56). O encarregado disse ainda: “A responsabilidade pelo fabrico de notícias era inteiramente de Deus, ou do Diabo” (Ibid.). O jornal acabou tendo apenas uma edição, já que autoridades locais censuraram a publicação, e apenas 14 anos mais tarde surgiria novamente um periódico na então colônia (BARBOSA, 2008).

Três séculos depois dessa história, quase tudo se transformou no mundo e também no fazer jornalístico. Se no princípio existia a ideia de esperar a notícia acontecer, com o tempo se desenvolveu a noção de que era função do próprio jornal procurar a notícia. A publicação deveria ser preenchida com notícias que poderiam causar interesse nos leitores (TRAQUINA, 2005a). Gaye Tuchman (1978) usa o exemplo do carteiro e do capitão de navio, que trabalham sob demanda, para a diferenciar a lógica que rege o jornalismo. Não se pode esperar que as notícias cheguem até a redação, até porque o jornal é publicado diariamente. Surge, então, a figura do repórter, que no começo não gozava de prestígio social (op. cit). Walter Lippmann (2008, p. 285) observou, em 1922, que, apesar de teoricamente ser a base de toda a instituição jornalística, a atividade de repórter era a menos valorizada e a que tinha pior remuneração. “De uma forma geral, homens capazes vão trabalhar nela somente por necessidade ou em busca de experiência, e com a intenção definitiva de se graduar o mais rapidamente possível” (Ibid.). Isso também foi mudando ao longo dos anos, até pela necessidade que os jornais tiveram de contratar mais e mais profissionais para a função (TRAQUINA, 2005a). Desde que a notícia virou a protagonista de veículos de comunicação, houve diversas transformações, com o surgimento do rádio, da televisão e, mais recentemente, da internet, que causou uma reconfiguração nos modos tradicionais de adquirir informação. A partir

de então, testemunhamos uma “explosão de notícias e mudanças significativas nas práticas comunicacionais” (CARDOSO, 2017, p. 28-29).

Dedicamos este capítulo a falar sobre essas transformações. A construção da notícia, a credibilidade jornalística e os critérios de noticiabilidade. Abordamos também as concepções sobre o jornalismo investigativo e as mudanças na utilização das fontes pela imprensa. Trazemos ainda um panorama histórico sobre as noções de transparência no mundo e a criação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de acesso à informação em outros países e no Brasil.

## 2.1.

### **A construção da notícia**

Uma redação recebe informações de todo lado. Avisos de órgãos oficiais, sugestões de assessorias de imprensa, denúncias de leitores ou telespectadores, dicas de fontes. Mas apenas uma parte dessas informações é publicada ou veiculada (PENA, 2008). Ao jornalista cabe o papel, então, de decidir o que irá figurar ou não entre as notícias (TRAQUINA, 2001). Como observa Traquina (Ibid., p. 203), “o primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de decidir o que é notícia, sabendo que a notícia dá a existência pública aos acontecimentos ou à problemática”. O profissional da notícia e a atividade por ele exercida têm a função socialmente legitimada para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes (RODRIGO ALSINA, 2009).

Os acontecimentos avaliados como importantes são, obrigatoriamente, selecionados para se tornarem notícias, enquanto que o interesse está vinculado à representação que os jornalistas fazem de seu leitor e também ao valor-notícia definido como capacidade de entretenimento. As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do “interesse humano”, das curiosidades que atraem a atenção e do insólito. (AGUIAR, 2008)

Durante décadas, foi amplamente aceita a “teoria” do espelho, que sugere o jornalista como um comunicador desinteressado, no sentido de não emitir opiniões, e defende que o profissional exerça apenas o papel de transcrever a realidade. O conceito é defendido por parte da comunidade jornalística baseada na crença de que o noticiário é um reflexo da realidade, o que traria credibilidade e legitimidade aos profissionais, tratados, então, como imparciais (PENA, 2008).

Esse conceito foi contestado e rejeitado ao longo do tempo por diversos autores. Para Traquina (2001, p. 60), a suposição do espelho não se sustenta quando se leva em conta que, entre o fato noticioso e a publicação em um veículo, existe um jornalista que entra em contato com as informações e reproduz a sua versão para aquela história. Já para Meditsch (1992, p. 12), o jornalista não é aquele que apenas comunica o conhecimento, “mas também quem o produz e reproduz”. Aguiar (2006, p. 81) contrapõe essa noção de “espelho” com a teoria do *Newsmaking*, em que observa que “o jornalismo é um dispositivo de construção da realidade; logo, não pode ser mero reflexo do real”. Os paradigmas construcionistas, que surgem nas décadas de 1960 e 1970, enxergam as notícias não como espelho da realidade, mas como uma “construção social” (TRAQUINA, 2005a, p. 173).

As teorias que enxergam a notícia como construção da realidade, indica Guerra (2008, p. 55), são caracterizadas por essencialmente “considerar que a realidade apresentada pelos jornais adquire tal condição pelo próprio trabalho jornalístico”. Mas sim um fato ou acontecimento noticiado se torna realidade a partir de um processo ativo de “atribuição de sentido” (Ibid.). O autor divide esse processo em três etapas. Primeiro, o fato do repórter se voltar para a realidade para conhecê-la, dando “um investimento subjetivo aos fatos que conhece”. Em segundo, considera que o contexto cultural e social em que o profissional está inserido oferece molduras pelas quais o mundo é compreendido. E, por fim, aponta a estrutura de trabalho na empresa jornalística, que, segundo a análise, acaba direcionando a cobertura e, “muito mais do refletir os fatos, encaixa-os nos critérios ditados por suas próprias demandas institucionais e organizacionais” (Ibid.). Para Miguel Rodrigo Alsina (2009, p. 113), não é possível fazer uma leitura da realidade que seja descontextualizada, portanto o observador é quem confere sentido aos acontecimentos, eventos formados por elementos ou fenômenos externos ao sujeito. “A notícia não é um fato, e sim basicamente a narração de um fato” (Ibid., p. 296).

A elaboração de uma notícia começa com ideias compartilhadas entre jornalistas, fontes de informação e leitores. O papel do repórter é colaborar com outros indivíduos para obter, examinar e reformular informações e percepções, trabalhando em conjunto com uma comunidade de agentes sociais, a fim de construir um relato jornalístico (FRANCISCATO, 1999, p. 10). Franciscato (Ibid., p. 11) encara a notícia como construção porque, de acordo com o autor, essa empreitada “implica num processo de participação coletiva de atores”. Ele define a

notícia como uma luta simbólica que ocorre a partir de processos interacionais estabelecidos entre os diversos agentes que estejam envolvidos na produção do noticiário, como repórteres, chefes, empresários e outros atores sociais. Esses processos são baseados em “disputas, negociações e imposições a respeito dos enquadramentos que serão utilizados nesta construção noticiosa” (Ibid.).

Tornar um fato notícia é uma operação basicamente linguística, que permite dar-lhe determinada carga de significado a uma sequência de signos verbais (orais ou escritos), também signos não verbais. Esse é o trabalho específico de homens e mulheres que agem como operadores semânticos: os jornalistas (RODRIGO ALSINA, 2009, p. 296).

## 2.2.

### **Credibilidade jornalística**

Com a transformação no consumo de informação, a partir da popularização das mídias sociais, houve muitas mudanças no jornalismo, passando pela crise no modelo de negócios, alterações no modo de fazer jornalismo e também na relação entre produtores de conteúdo e audiência (AGUIAR & ROXO, 2019). O contexto da profissão é de constante desvalorização, com salários baixos, poucas vagas e alta competitividade. Dentro da lógica capitalista em que as empresas de comunicação estão inseridas – que visa o lucro e extrai o máximo dos trabalhadores – o jornalismo é um produto a ser comercializado. O reflexo desse processo (com redações cada vez mais enxutas, acúmulo de funções e terceirização de mão-de-obra) é um fazer jornalístico cada vez mais precarizado (FERNANDES, 2021). Maurício (2017) aponta que a crise no modelo de negócios do jornalismo brasileiro se iniciou ainda na década de 1990, com a difusão da internet.

O jornalismo hoje concorre não somente com revistas e programas de rádio e TV pela verba publicitária, mas também com sites e blogs os mais diversos e os chamados influenciadores digitais, que estão espalhados pelo Youtube e por redes sociais como Facebook, Instagram e até Snapchat (...). A disrupção do jornalismo tradicional, causada por uma inovação tecnológica, tem, portanto, uma base financeira (Ibid, p. 62).

Parte da explicação para a desintegração financeira da indústria é atribuída à migração de audiência e anunciantes para plataformas digitais, mas não necessariamente para as empresas de mídia tradicionais. “A entrada em cena de novas empresas – como buscadores e redes sociais – estaria deslocando o lugar a

partir do qual os leitores buscam informações e abalando os alicerces financeiros dos provedores tradicionais” (FELIX et al., 2018, p. 23). As preocupações com o financiamento do jornalismo não são novas. Walter Lippmann (2008) escreveu em 1922 sobre o comportamento das pessoas em relação à imprensa e a dificuldade que ele observava em que elas pagassem por notícias.

Esperamos que o jornal nos forneça a verdade, mesmo que ela nos seja desvantajosa. Pois a este serviço difícil e frequentemente perigoso, que nós reconhecemos como fundamental, esperávamos pagar até recentemente com o menor dos dinheiros produzidos pela Casa da Moeda. (...) Ninguém pensa por um momento que ele deveria pagar por seu jornal. Ele espera que as fontes da verdade borbulhem, mas não faz contrato, legal ou moral, envolvendo qualquer risco, custo ou problema para si próprio. Ele pagará um preço nominal quando bem entender, parará de pagar quando bem entender (Ibid., p. 276).

Lippmann classifica a “relação casual e unidirecional” que acontece entre leitores e imprensa” como uma “anomalia de nossa civilização” (Ibid., p. 277). Ele afirma que o cidadão paga por outros serviços, como telefone e transporte público. E também os custos com o carro e lazer. Mas, aponta o autor, “ele não paga facilmente por suas notícias”.

Voltando ao século XXI, além de profundas transformações tecnológicas e no modelo de negócios ocorridas nas últimas décadas, mais recentemente surgiu também uma “cultura da desinformação promovida pela ausência da intermediação da indústria jornalística nestas novas plataformas” (AGUIAR & ROXO, 2019, p. 164). A ausência de filtro permite que qualquer pessoa possa “produzir, veicular e propagar informações que circulam em rede numa velocidade jamais vista” (Ibid.). Essa “cultura” já provoca impactos inclusive em resultados de eleições, no Brasil e no mundo, e o expediente de inventar ou distorcer fatos e “notícias” buscando visibilidade on-line se tornou uma estratégia de propaganda política (Ibid., p. 182). Para Maurício (2017), os boatos difundidos como notícias reais nas redes sociais (e encarados como tal por leitores) são a prova empírica da necessidade de jornalismo de qualidade. Na mesma direção, apontam Aguiar e Roxo (2019, p. 182), “o jornalismo, enquanto defensor da democracia, pode agir de forma efetiva no combate à cultura da desinformação, inclusive sendo ele um dos alvos desta prática”. Nessa briga por visualizações, cliques e relevância, os autores ressaltam que apesar de audiência ser algo imprescindível, é necessário ao jornalismo manter confiança e credibilidade. Para Lisboa e Benetti (2015, p. 11), credibilidade “está

diretamente relacionada à confiança”. As autoras resgatam contribuições da filosofia para ajudar a compreender o conceito de credibilidade, propondo que o jornalismo é uma forma de conhecimento. “Como, então, o sujeito pode presumir que o jornalismo é credível? Pela confiança de que o discurso jornalístico diz a verdade” (Ibid., p. 12). As autoras apontam que o discurso jornalístico deve fornecer provas sobre sua autoridade e de suas intenções, que servem como referência para a audiência construir percepções sobre os relatos. E que o resultado da permanente negociação de sentidos entre o jornalismo e o público é a credibilidade.

O jornalismo se torna confiável à medida que consegue dar provas da veracidade do seu testemunho. Sua justificação social está amparada em provas como a fotografia, o detalhamento dos fatos, a citação de fontes especializadas que fornecem as garantias de acurácia aos seus relatos, que demonstram o que parecem demonstrar, como sustenta Aristóteles (1990). É sob essas condições que o jornalismo se institui como um conhecimento perito em narrar o mundo e os atos da humanidade (LISBOA & BENETTI, 2015, p. 22).

As autoras apontam que existem dois eixos centrais, que são as condições para que o jornalismo seja considerado uma forma conhecimento: verdade e justificação. Segundo a análise em tela, o jornalismo se torna confiável conforme fornece evidências da veracidade de seu testemunho, portanto passaria a ser não uma mera crença, mas sim “uma crença verdadeira e justificada, ou seja, um conhecimento” (Ibid. p. 22). É ao segundo eixo, justificação, a que nos dedicamos neste trabalho. Os elementos fornecidos ao leitor ou espectador como prova de autenticidade; a citação de fontes de informação; o uso de documentos que corroboram datas e valores. E também os procedimentos técnicos e profissionais que balizaram os repórteres nesta cobertura.

### **2.3.**

#### **Critérios de noticiabilidade**

Os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade são conceitos interiorizados na rotina produtiva dos jornalistas que servem para definir que fatos se consolidam ou não como notícias; quais deles, de fato, apresentam interesse público. Define Franciscato (2014, p. 87) que a notícia é “um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos”. E que os limites deste apanhado são parcialmente determinados por concepções de jornalismo

operacionalizadas na forma desses chamados critérios de noticiabilidade. A noticiabilidade, explica Traquina (2005b, p. 63), é o “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Ou seja, os critérios de noticiabilidade são a soma dos valores-notícia que definem se algo que ocorreu ou determinado assunto é passível de ser transformado em uma narrativa noticiável e, portanto, contendo valor-notícia.

Aguiar (2014, p. 226) observa que, por um lado, há a cultura profissional, que envolve uma variedade de estereótipos, representações sociais e rituais relacionados ao exercício das funções dos meios de comunicação de massa e dos jornalistas. Isso abrange desde a concepção do produto principal, a notícia, até as práticas envolvidas na sua criação. Por outro lado, existem as limitações decorrentes da organização do trabalho, que levam à criação de convenções profissionais que determinam como uma notícia é definida e como o processo de produção é legitimado. Isso inclui desde o uso de fontes até a seleção de eventos que serão noticiados e os métodos de produção do noticiário. Essas restrições, aponta o autor, também ajudam a evitar críticas dos leitores. Assim, portanto, é estabelecido um conjunto de critérios que determinam a "noticiabilidade" de cada evento, ou seja, o grau de relevância que define como a qualidade de um acontecimento é construída para que se transforme em notícia. Aguiar (2009, p. 16) define que os valores-notícia são “as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos”, e funcionam como lentes de “óculos” (BOURDIEU, 1997 *apud* AGUIAR, 2009) através dos quais os jornalistas enxergam os acontecimentos, selecionam e produzem discursivamente o material selecionado. Segundo o autor, esse mecanismo possibilita a organização de uma rotina produtiva da empresa jornalística e permite que o dever de produção da informação seja cumprido.

A produção noticiosa é a afirmação de um poder individual do jornalista de construir relatos, mas, ao mesmo tempo, de sua dependência à participação e contribuição de outras pessoas e também de sua vinculação aos constrangimentos estruturalmente impostos pela empresa jornalística e por instituições de outros campos sociais (FRANCISCATO, 1999, p. 10).

Traquina (2005b, p. 79) esquematiza em 10 categorias os valores-notícias utilizados na seleção de acontecimentos: 1) morte – “onde há morte, há jornalistas”; 2) notoriedade – do ator principal do acontecimento; 3) proximidade – em termos geográficos e culturais; 4) relevância – acontecimentos que têm impacto na vida da

população; 5) novidade; 6) tempo – efemérides e dias comemorativos; 7) notabilidade – acontecimentos que dizem respeito a muitas pessoas; 8) inesperado – aquilo que surpreende, tragédias; 9) conflito ou controvérsia – disputa entre políticos; 10) infração – transgressão das regras, crimes. O autor aponta ainda o “escândalo”, acontecimento associado ao valor-notícia “infração”, mas que se torna central para o jornalismo quando é uma revelação como o caso *Watergate*<sup>21</sup>. “Esse tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como “cão de guarda” das instituições democráticas” (Ibid., p. 85).

É determinante também que, uma vez em contato com informações ou relatos de fontes sobre determinado assunto, o jornalista não fique limitado a essa primeira objetificação do que se apresenta. Como observa Rodrigo Alsina (2009 *apud* CARDOSO, 2017, p. 76), é preciso recorrer a outras fontes e versões para buscar o sentido mais correto do relato em construção. O processo de construção da notícia ocorre através de princípios e conceitos comuns previamente assimilados e compartilhados entre jornalistas, fontes de informação e também com a audiência. A partir da interação com outros atores, o repórter apura, questiona e remonta “informações e impressões com uma rede de atores sociais para construir o relato jornalístico” (FRANCISCATO, 1999, p. 10).

A noticiabilidade de um acontecimento sempre depende dos jogos de poder-saber estabelecidos entre as empresas jornalísticas e a comunidade interpretativa dos jornalistas: se, por um lado, os critérios de relevância são flexíveis e variáveis quanto à mudança de certos parâmetros, por outro, são sempre considerados em relação à forma de operar do meio de comunicação que produz a informação (AGUIAR, 2007 *apud* CARDOSO, 2017, p. 85).

## 2.4.

### Jornalismo investigativo

*Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento.*

Nelson Traquina, no livro *O Estudo do Jornalismo no Século XX*

---

21 Escândalo ocorrido em 1972 nos Estados Unidos, quando a sede do Comitê Nacional Democrata foi arrombada. O jornal Washington Post revelou que os invasores eram ligados à Casa Branca do presidente Richard Nixon, o que iniciou uma crise institucional que culminou com a renúncia de Nixon.

E quando, a partir de uma investigação jornalística e subsequente publicação ou veiculação de uma reportagem, é criado ou revelado o fato a ser noticiado? O trabalho do jornalismo investigativo, que pode ser definido como a divulgação de informações sobre ações de instituições do governo ou privadas que sejam prejudiciais ao interesse público, é resultado não só da reprodução de informações “vazadas” por fontes que chegam à redação, mas também da pesquisa sólida por parte do repórter (WAISBORD, 2000 *apud* AGUIAR, 2006, p. 75). Para Aguiar (2014, p. 222), mesmo que a reportagem investigativa tenha início a partir de uma informação ou denúncia que chegou à redação, o trabalho não pode se basear apenas nesses elementos iniciais. Por isso, defende que é imprescindível que os jornalistas tenham acesso às informações públicas e afirma que é indispensável que o repórter faça uma sólida pesquisa com outras fontes de informação. Nilson Lage (2008) observa que não basta ouvir apenas as fontes de informação, sendo necessária a busca de arquivos e documentos de difícil acesso.

Todo repórter, confrontando-se com assessores de imprensa e entrevistados, já sentiu o desejo de ir adiante, fuçar papéis e arquivos em busca de verdade mais completa, menos tendenciosa ou mais conforme o desejo de saber do público. Se uma fonte A dá uma versão, a fonte B outra e a fonte C uma terceira, contraditórias ou só parcialmente coincidentes, de um evento, deve haver uma quarta versão que corresponda ao que realmente aconteceu (LAGE, 2008, p. 133).

O autor aponta ainda que “toda reportagem pressupõe investigação e interpretação” (p. 136). E define a categoria do “jornalismo interpretativo” como informação em que se explica as consequências e o contexto dos dados apresentados. Esse tipo de trabalho é comum principalmente em temas científicos econômicos, mas também políticos, quando é necessário se contextualizar situações pouco conhecidas, como acontecimentos em outros países. A interpretação, quando objetiva, pontua Lage, oferece ao leitor elementos fatos e informações que permitem formar conclusões, mas sem definir essas respostas. O jornalismo investigativo, por sua vez, é descrito como a atividade em que se dedica tempo e esforço para o levantamento de informações sobre um assunto, “pelo qual o repórter, em geral, se apaixona” (p. 138). A categoria é definida ainda como “um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido” (p. 139). Ou seja, como resume Aguiar (2006, p. 74), a atividade é “um esforço político da categoria profissional dos jornalistas para evidenciar casos de corrupção

e injustiças sociais”. Ao não se contentar com informações divulgadas pelas fontes oficiais, aquelas que representam uma organização ou grupo, como define Schmitz (2011b, p. 42), nem aguardar por fiscalizações de órgãos de controle, essa modalidade de reportagem traça sua própria investigação para levar ao conhecimento do público dados ou informações que antes estavam obscuras (AGUIAR, 2006).

Entrevistas conduzidas por Lopes e Proença (2003 *apud* AGUIAR, 2014, p. 221) com 16 jornalistas discutiram os conceitos teóricos e as questões práticas do jornalismo investigativo. A conclusão foi que essa vertente do jornalismo informativo tem base na investigação e que essa modalidade de prática jornalística precisa estar comprometida com o interesse público. Isso porque se compreende que o jornalismo investigativo é uma vertente do gênero informativo com potencial para dar luz ao que é obscuro e permitir a reflexão social coletiva daquilo que realmente pode impactar na vida de uma sociedade.

A prática da reportagem investigativa é esquematizada por Lage (2008, p. 139) em sete etapas. (1) A concepção, que pode acontecer a partir de diferentes experiências, como situações inexplicáveis ou curiosas, dicas dadas por fontes ou denúncias feitas por conhecidos, e também pela leitura do noticiário e “observação direta da realidade”. Em seguida, há (2) a constatação se existem documentos disponíveis sobre o que se quer descobrir ou se alguma fonte pode ser acionada. Além da ponderação sobre se há recursos e tempo necessários e ainda quais os possíveis resultados daquela apuração. A próxima etapa é (3) a pesquisa, consulta de fontes secundárias, ou seja, familiarizar-se com o assunto. Depois, ocorre (4) o plano de ação, quando se determina os custos, que métodos serão usados para compilar e cruzar as informações. Então, vem (5) a realização do plano, escutando as fontes e analisando os documentos mais detalhadamente. Depois, (6) a etapa de reavaliar a apuração toda, e preencher as lacunas de informação. Para então, finalmente, fazer (7) a avaliação final, redação e revisão, publicação e a *suíte* da reportagem, ou seja, possíveis matérias de sequência com avanços, novas informações ou repercussões. Esse trabalho de Nilson Lage foi originalmente publicado em 2001, com informações reunidas entre 1992 e 1999, época em que os computadores ainda estavam se difundindo. E ele já ressaltava que o avanço digital poderia trazer enorme benefícios para a reportagem investigativa.

A ideia de um repórter que navega pelo ciberespaço sem limites, para fora de sua base de atuação, consulta arquivos variados por todo o mundo e constrói seu próprio acervo de informações privilegiadas pode estar muito distante da imagem tradicional do fofoqueiro, do libertário ou do contestador, com seu caderninho de notas e um brutal e crescente ceticismo diante do poder (LAGE, 2008, p. 151).

O termo para definir o papel fiscalizador do jornalismo aparece em 1904: *watchdog*, ou, em tradução para o português, ‘cão de guarda’, que é uma espécie de jornalismo vigilante, de olho nos poderes vigentes (BROWN, 1904 *apud* VOS, 2017, *apud* SCMHITZ, 2018). Em pesquisa sobre o assunto, Aldo Schmitz (2018) examinou se o jornalista brasileiro desempenha o papel de guardião ou cão de guarda da sociedade, a partir da análise de 425 itens noticiosos publicados por 122 jornalistas<sup>22</sup>. A conclusão foi que o “o jornalista pouco questiona, critica menos e quase não denuncia” (p. 13). Segundo o autor, os profissionais delegam a função a outras categorias, como policiais, procuradores e promotores públicos. Ele atribui parte desse problema à falta de autonomia dos jornalistas e nomeou o artigo como “O jornalista como guardião da sociedade: um cão de guarda na coleira”, que exemplifica essa falta de autonomia. Silvio Waisbord (2000) aponta que debater sobre o papel do jornalismo como *watchdog* requer inevitavelmente uma discussão sobre liberdade de imprensa. Ele defende que os graus de separação entre o governo e a imprensa indicam o tamanho da liberdade da imprensa que existe naquele contexto. E que a independência econômica é o único caminho para conquistar a liberdade de imprensa e concretizar o ideal de uma imprensa vigilante.

## 2.5.

### As fontes

Surge no século XVII o que é chamada de primeira geração do jornalismo (CHARRON & BONVILLE, 2004 *apud* SCHMITZ, 2011b, p. 7), cuja atividade consistia em transmitir informações das fontes diretamente ao público, sem alterações no conteúdo. Era o início do Iluminismo, e o ambiente de crescimento da sociedade burguesa, estimulado pela expansão dos correios e da invenção (dois séculos antes) da impressão tipográfica, proporcionou que o público dessa época fosse a base para o jornalismo. As revistas, que eram manuscritas, passaram a ser

---

<sup>22</sup> Os veículos analisados são *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*, apurados pela pesquisa internacional *Journalistic Role Performance Around the Globe*.

impressas e com periodicidade mais curta, mensal ou semanal. A figura do mecenas, que financiava as publicações, foi substituída pelo editor. Com o tempo, o jornalismo se transformou no que conhecemos hoje, informativo e não publicista, centrado nos fatos, na busca da verdade, na independência, na objetividade e na prestação de serviço público. Um fenômeno norte-americano do século XIX, que é quando surge a figura do repórter, o profissional que busca a notícia, fazendo anotações e considerando os fatos. “Até então os jornalistas não perguntavam às fontes, apenas relatavam o ocorrido e emitiam suas opiniões pessoais” (SCHMITZ, 2011b, p. 8.).

A despeito do popular slogan do Repórter Esso – “testemunha ocular da história”<sup>23</sup> – poucas reportagens se originam totalmente da observação direta do jornalista (LAGE, 2008, p. 49). Até porque, como Walter Lippmann (2008, p. 289) disse em 1922: “todos os repórteres do mundo trabalhando todas as horas do dia não poderiam testemunhar todos os acontecimentos do mundo”. A maior parte das matérias é abastecida com informações que chegam à redação ou aos repórteres fornecidas por esferas de governos, instituições ou “personagens” que testemunharam ou participaram de eventos que sejam de interesse público. A esse grupo de atores é atribuído o termo “fonte” (op. cit.). Até meados do século XX, as fontes ouvidas por reportagens – políticos, dirigentes de empresas e funcionários públicos – não eram treinadas para desempenhar esse papel. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, houve a difusão de assessorias de imprensa e esse contato entre fontes institucionais e repórteres passou a ser intermediado por profissionais do ramo (Ibid., p. 50). Schmitz (2011b, p. 9) indica que as mudanças no fazer jornalístico e a forma como o mundo moderno se organiza obrigam o jornalista “a produzir notícias que não presencia nem entende”, o que, de acordo com o autor, provocou a expansão das assessorias de imprensa, que articulam as informações entre a fonte e o jornalista. Lage (op. cit., p. 51) aponta que com esse fenômeno passa a ocorrer, então, uma disputa pelas informações, o que ele classifica como “uma guerra de assessorias, na qual se contrapõem habilidades

---

23 Programa de rádio surgido em 1941, que também foi para a televisão. “Repórter Esso: Testemunha ocular da história” - <https://memoria.abert.org.br/reporter-esso-testemunha-ocular-da-historia/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

profissionais de empresas e entidades empresariais, de um lado, e sindicatos de trabalhadores e organizações sociais, de outro”.

Herbert Gans (1980 *apud* SCHMITZ, 2011b) diz que fontes de notícias são as pessoas as quais os jornalistas observam ou entrevistam, quem fornece informações ou sugestões, como membros ou representantes de grupos (que podem ou não ser organizados) de utilidade pública ou de outras esferas da sociedade. Schmitz (Ibid.) define a concepção de fontes de notícias como “pessoas, organizações, grupos sociais ou referências” que estejam envolvidas “direta ou indiretamente a fatos e eventos”, que agem de maneira “proativa, ativa, passiva ou reativa”, sendo “confiáveis, fidedignas ou duvidosas” e de quem “os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia”. Para o autor, o significado de fonte é paradoxal, já que “fonte limpa” é de quem se espera algo seguro, insuspeito, e “ir à fonte” sugere ir diretamente a alguém que pode fornecer informação exata. Para ele, o conceito se aplica ao jornalismo investigativo, mas perde a lógica quando a fonte “age proativamente, oferecendo a notícia pronta” (Ibid., p. 9). O autor diferencia ainda “fonte de informação” e “fonte de notícia”, considerando que qualquer informação está disponível a alguém, já a fonte de notícia requer um meio de transmissão para circular o conhecimento (Ibid.). Giorgio Grossi (1981 *apud* RODRIGO ALSINA, 2009, p. 165) afirma que a relação entre fontes de informação e profissionalismo jornalístico “deve ser descrita de maneira ambivalente, de acordo com as teorias de sistema”. Segundo o autor, trata-se de uma relação entre um sistema, que é a empresa jornalística, e o ambiente, a realidade dos acontecimentos.

Existe uma luta simbólica em que de um lado estão os jornalistas e demais atores que permeiam o fazer jornalístico, que possuem o controle sobre o que será publicado e sobre os meios de produção midiática. E de outro, elementos externos que fornecem informações, detêm a autoridade que dá credibilidade aos conteúdos e necessitam transitar no espaço midiático, ou seja, as fontes. Nessa disputa entre jornalistas e fontes sobre o enquadramento que será adotado a respeito de um conteúdo, os jornalistas dominam temporariamente o poder sobre a narrativa, controlando quem tem acesso à fala e assumindo o papel de árbitros ao impor padrões de objetividade e neutralidade. Se o repórter não for capaz de utilizar diferentes recursos e equilibrá-los adequadamente, ele pode ter seu trabalho influenciado (mesmo que de forma inconsciente) pela interpretação que a fonte de

informação faz sobre um determinado acontecimento (FRANCISCATO, 1999, p. 11-12). Traquina (2005a) aponta que quando repórteres ficam dependentes de fontes, podem sucumbir à tentação de escrever para a fonte, e não para o leitor. “Quando o jornalista cede a esta tendência, perde mais a sua independência e deixa as fontes definirem as situações” (Ibid., p. 196).

A interferência das fontes sobre o que vai ser debatido no âmbito público é abordada pela teoria do agendamento, ou *agenda-setting*. As ideias foram sugeridas em 1922 por Walter Lippmann, que, apesar de não ter usado o termo “agendamento”, descreve a influência dos meios de comunicação na formação da opinião pública. Lippmann (2008 *apud* BARRETTA & CERVI, 2012) afirma que como não absorvemos o mundo diretamente, ou seja, pela experiência direta, existem mapas cognitivos determinados pelos veículos noticiosos, o que o autor define como pseudoambiente.

O homem moderno recorre à mídia para se atualizar sobre temas, assuntos, que não pode presenciar. Os meios de comunicação são os locais nos quais este homem moderno encontra as informações que não pode presenciar, como decisões, ações, fatos que ocorrem em cenários de seu interesse e/ou que o afete, como o campo político (BARRETTA & CERVI, 2012, p. 3).

Meio século mais tarde, Maxwell McCombs e Donald Shaw publicaram os conceitos no trabalho *The Agenda-Setting Function Of Mass Media* (1972), já como uma teoria, que é citada por diversos autores. O estudo tem a hipótese de que os veículos de comunicação podem estabelecer a agenda e definir quais questões são mais importantes. Em entrevistas com eleitores de uma cidade dos Estados Unidos que não tinham definido em quem votar na eleição presidencial de 1968, os pesquisadores perguntaram quais os principais problemas do país. Ao mesmo tempo, acompanhavam as notícias em veículos de comunicação, para comparar se as respostas das entrevistas estavam relacionadas aos temas trazidos pelo noticiário naquele período. Eles consideraram que eleitores indecisos seriam mais abertos ou suscetíveis a informações de campanha. Apesar do estudo concluir que não é possível provar a existência do agendamento funcionando a partir das correlações abordadas, os autores encontraram evidências de que os eleitores tendem a compartilhar da definição dos veículos de comunicação sobre o que é importante, o que, eles concluem, sugere fortemente a função de agendamento pelas mídias de massa (MCCOMBS & SHAW, 1972, p. 184).

Os próprios autores questionaram anos mais tarde se são de fato os jornalistas que estabelecem a agenda ou se eles apenas refletem uma agenda estabelecida pelas suas fontes de informação. Em 2009, McCombs reconheceu que organizações, assessorias de imprensa e atores políticos são quem ditam as regras para o agendamento da mídia, e que a maior parte das informações é elaborada pelas fontes, já no formato jornalístico (SCHMITZ, 2011b, p. 10). Quando são as fontes que pautam os jornalistas ao invés de serem pautadas, isso estabelece um poder que rivaliza com o poder da imprensa. No entanto, Schmitz (Ibid.) observa que as fontes não estão interessadas nessa dinâmica de poder, mas sim em estabelecer uma conexão organizada para agendar as mídias e se comunicar com seus públicos prioritários e com a sociedade.

Nilson Lage (2008) observa que as fontes oficiais, entre elas, órgãos de governo, são as mais confiáveis e seus dados, em geral, tomados como verdadeiros. Stuart Hall e outros autores (1999 *apud* CARDOSO, 2017) indicam que jornalistas dependem de discursos oficiais por alguns fatores. Pela falta de tempo, já que na rotina diária não há prazo suficiente para questionar informações oficiais (que chegam agilmente à redação com a profissionalização das assessorias de imprensa) e a checagem daquelas informações exigiria um tempo incompatível com o deadline. E ainda porque as fontes oficiais são dignas de crédito, já que são fontes chanceladas pelo poder instituído para prestar aquelas informações. E não é esperado de um governo que este repasse informações mentirosas, apesar de não haver garantias de que as informações oficiais sejam verdadeiras. Lage (op. cit.) pondera que as fontes oficiais podem falsear a realidade e sonegar informações, destacando apenas aquilo que as convém. Dentro dessas organizações, podem existir ainda fontes oficiosas ou anônimas, que possuem interesses particulares, com acesso e possibilidade de revelar informações preciosas ocultadas. A depender, no entanto, somente dessas informações prestadas pelas autoridades ou por fontes sigilosas, a sociedade fica numa situação desvantajosa para o estabelecimento de uma administração pública transparente (GRAU, 2006). E é nesse ponto em que entram os mecanismos de transparência e acesso à informação, que possibilitam maior autonomia ao jornalista e que serão detalhados no subcapítulo a seguir.

## 2.6.

### Transparência e acesso à informação

*Transparência elimina dúvidas.*

André Trigueiro, comentário após a primeira reportagem do *RJ2*<sup>24</sup>

O esforço público com a publicidade dos atos do Estado é um fenômeno contemporâneo no Brasil. Nos breves períodos democráticos que precederam o golpe militar de 1964, pouco se preocupava com a temática (MEDEIROS et al., 2014). A Constituição de 1946 sequer cita temas como publicidade de atos, transparência e acesso à informação. Versa apenas sobre a prestação de contas anual do presidente ao Congresso Nacional (BRASIL, 1946). Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, como seria esperado de um governo autoritário com característica marcante de patrimonialismo, também não houve mobilização nesse sentido (op. cit). Pelo contrário. O período de 21 anos foi marcado por intensa restrição à liberdade de expressão, censura à imprensa, repressão e perseguição de oponentes políticos. Atos criminosos foram cometidos e silenciados pelas autoridades militares (MASSONI et al., 2015). Foi justamente nessa época que outros países pelo mundo avançaram na formulação de legislações sobre o direito à informação. Em 1967, os Estados Unidos aprovaram uma lei desse tipo, seguidos por Dinamarca e Noruega, em 1970, França e Países Baixos, em 1978, e ainda Austrália, Canadá e Nova Zelândia, em 1982 (MEDEIROS et al., 2014). A criação da primeira lei sobre direito à informação, no entanto, data de dois séculos antes, no então Reino da Suécia. O Ato de Liberdade de Imprensa, aprovado em 1766 assegurava, além da proteção aos jornalistas, que autoridades entregassem qualquer documento oficial, como princípio de direito à informação. A lei determinava que o serviço não teria custos e também que não importava qual era a justificativa apresentada para o requerimento. Caso o governo recusasse o acesso pedido, deveria justificar o motivo pelo qual aquela informação se enquadrava na Lei do Segredo e não poderia ser fornecida (PARANHOS CALDERON, 2014, p. 12). Aqui na América do Sul, também temos um exemplo de longo histórico de legislação sobre o direito à informação. A Colômbia criou em 1888 o Código de Organização Política e Municipal, que permitia que cidadãos solicitassem

---

<sup>24</sup> <https://globoplay.globo.com/v/8457965/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

documentos de órgãos do governo ou que estivessem em arquivos governamentais (op. cit.).

A Constituição Federal brasileira de 1988 previa desde a promulgação, em seu artigo 37, que a administração pública em todas as esferas deve obedecer quatro princípios básicos: legalidade, impessoalidade, moralidade e **publicidade** (BRASIL, 1988). Outros trechos da Constituição versam sobre o tema, como o inciso XIV do artigo 5º, que estabelece que é “assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Ao longo dos anos, diversos mecanismos foram acrescentados à Constituição, como o inciso XXXIII também no artigo 5º, que determina que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade”, e ainda o artigo 216 que obriga a administração pública a gerir a documentação governamental e tomar as providências para garantir consulta a quem possa precisar (Ibid.). Legislações também foram aprovadas no sentido de regulamentar a forma de armazenamento da informação pública, como a lei de 1991 que estabelece a política nacional de arquivos públicos e privados e a lei de 1997 que regula o direito de acesso a informações (BRENOL, 2021, p. 4).

No começo do milênio, em 2001, foi criada a Controladoria Geral da União (CGU), órgão que atua em questões como defesa do patrimônio público, fiscalização na prestação de contas e transparência na gestão pública. Entre as ações de mais destaque, está a criação em 2004 do Portal da Transparência<sup>25</sup>, site na internet que armazena, organiza e disponibiliza informações públicas, como remuneração de servidores, gastos com serviços, contratações de obras, entre outras. A plataforma proporciona que qualquer pessoa acompanhe as finanças de programas do Governo Federal, transferência de recursos e outras movimentações financeiras (SOUSA & BENEVIDES, 2018).

Apesar de tais dispositivos, foi em 2011 um dos passos mais importantes para garantir a transparência de governos. A Lei 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em novembro daquele ano, tornou o acesso uma regra e estabeleceu as condições para que uma informação seja classificada como sigilosa. Na prática, regulamentou o que já era previsto na Constituição, a

---

25 <https://portaldatransparencia.gov.br/>.

prerrogativa de que todos devem ter acesso a informações de interesse pessoal ou coletivo. E estabeleceu que a administração pública, nas suas várias esferas, deve divulgar de forma sistematizada suas ações e serviços através da internet, além de também atender a demandas específicas (op. cit.). A LAI é vista como um marco na conquista de acesso a informações, principalmente por entidades que trabalham com transparência e associações de jornalistas, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que desde a sua fundação, em 2002, atuou pela criação de um mecanismo efetivo de amplo acesso a informações públicas. O processo para a criação da LAI se iniciou em 2003, com o Projeto de Lei 219/2003, do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG). Em 2004, foi lançado o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, um espaço para debater transparência de dados e conscientizar a população de que a luta era de toda a sociedade, e não apenas dos jornalistas. Depois de anos parado, o projeto voltou a tramitar no Congresso Federal em 2009, quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Legislativo um projeto de autoria do Executivo apensado ao que havia sido apresentado anteriormente, em 2003. Depois de todas as etapas de discussão, a lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff (PT) em 11 de novembro de 2011 (ABRAJI, 2021, p. 4-6). A legislação, considerada por estudiosos do tema como ampla e progressista, criou normas para garantir o direito fundamental de acesso à informação. A própria lei define o conceito de informação: “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato” (BRASIL, 2011 *apud* MEDEIROS et al., 2014). Ou seja, qualquer dado e em qualquer formato (seja na forma original ou após ser processado) que possa produzir conhecimento deve ser compartilhado.

Em qualquer atmosfera democrática, deve-se ter em mente que o interesse público caracteriza-se como objetivo primordial. Ocorre, porém, que se torna difícil garantir o interesse público sem que haja mecanismos de controle democrático. Tais mecanismos servem, sobretudo, para evitar que o interesse privado sobressaia ao público, jogando por terra toda busca por democracia (MEDEIROS et al., 2014, p. 5).

A partir da criação da LAI, todos entes federativos passaram a ter obrigações sobre os procedimentos que deveriam ser seguidos para garantir o acesso à informação para todos. Entre outras determinações, a lei obrigava a criação de estruturas para atender aos pedidos, orientar o público e informar sobre tramitação de documentos. Só que nessa época os arquivos públicos funcionavam basicamente

em papel. Além disso, a entidade que guarda documentos pode variar ao longo dos anos de acordo com as normas e tipos de arquivos. Considerando essas variáveis e a dificuldade de manejar arquivos em papéis, era possível que um órgão ou entidade não conseguisse cumprir o prazo de resposta estabelecido em lei. Em julho de 2012, uma nova lei regulou o armazenamento de documentos em meio eletrônico. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal começou a buscar uma forma para fazer a gestão eletrônica de documentos, já que percebeu que, com a LAI, haveria dificuldade para dar acesso à informação aos cidadãos. Somando-se ao problema de os arquivos estarem em papel estava a preocupação com documentos que desapareciam, sem cópia de segurança, o que tornava qualquer sistema dependente do conhecimento de quem produziu esses documentos. Isto é, uma gestão eletrônica de documentos também facilitaria os trâmites internos de informação, assim como a recuperação de arquivos, que não precisariam ser refeitos porque se perderam. Foi então que, após a criação de grupos de trabalho, tentativas de construção de *softwares* novos, propostas para adotar programas usados por outras esferas, todas empreitadas malsucedidas, o Ministério resolveu fazer uma consulta pública, no começo de 2013. Do conjunto de soluções apresentadas, uma em particular ganhou destaque: o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), órgão de segundo grau da Justiça Federal dos estados da Região Sul do país, com sede em Porto Alegre. O SEI já havia sido cedido gratuitamente a outros órgãos de diferentes estados e após alguns anos de discussões, aprimoramentos, adaptações, criações de portarias e decretos, passou a ser o sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos. Apesar de não ter tornado o SEI obrigatório, o Governo Federal proibiu a contratação ou prorrogação contratual de sistemas informatizados de controle ou movimentação de processos administrativos, indiretamente obrigando a adoção do sistema pelos órgãos da administração pública (SARAIVA, 2018).

No Rio de Janeiro, a partir de um decreto publicado em agosto de 2019<sup>26</sup>, o SEI passou a ser o sistema “oficial de autuação, produção, tramitação e consulta de documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do

---

26 [http://www.fazenda.rj.gov.br/sei/documentos/legislacao/decretos/Decreto\\_46\\_730.pdf](http://www.fazenda.rj.gov.br/sei/documentos/legislacao/decretos/Decreto_46_730.pdf). Acesso em: 17 jan. 2023.

Estado do Rio de Janeiro”. Ou seja, todos os contratos com empresas, contratações de serviços, ordens de pagamento e processos administrativos passariam a ser geridos e disponibilizados através do SEI-RJ. Uma resolução publicada em dezembro de 2019<sup>27</sup> determinou o cronograma de implantação do sistema, estabelecendo a data limite para a tramitação de todos os processos dentro do SEI-RJ em 31 de março de 2020. É digno de nota que a primeira reportagem<sup>28</sup> sobre os indícios de irregularidade nas contratações do governo estadual no âmbito da pandemia foi publicada no dia 1º de abril de 2020.

As informações públicas podem ser acessadas de duas formas. Na chamada transparência ativa, os documentos e dados estão disponíveis em portais na internet, ou seja, as informações já estão à disposição do cidadão para consulta. E na transparência passiva, o cidadão pode solicitar a informação desejada pelo sistema de requisição, que tem regras e prazos para atender às demandas (BRENOL, 2021; GONÇALVES et al., 2018).

O uso da Lei de Acesso à Informação por jornalistas é objeto de pesquisas feitas pela Abraji. A associação fez levantamentos em 2013, 2015, 2019 e 2021 com o objetivo de saber a porcentagem de profissionais que utilizam ou utilizaram a LAI no seu ofício. O último relatório<sup>29</sup>, divulgado em maio de 2021, constatou, ao contrário do que aconteceu na pesquisa anterior, uma redução no número de jornalistas que já tinham feito algum pedido via LAI para apurações, em comparação com os outros levantamentos. Em 2013, apenas jornalistas que tinham feito pedidos via LAI participaram da pesquisa. Em 2015, 57% dos respondentes disseram já ter utilizado a lei para pedidos durante apurações. Em 2019, o número foi 67%. E em 2021, o índice caiu para 52%. O próprio relatório pontua que houve um aumento expressivo no número de participantes da pesquisa em 2021, já que houve uma mudança na forma de divulgação do questionário. Antes, a Abraji divulgava a pesquisa apenas nas suas redes sociais e por e-mail. No último, entrou em contato com veículos de comunicação para que incentivassem seus jornalistas a responderem ao questionário, em troca de um treinamento gratuito sobre a lei.

---

27 <http://www.fazenda.rj.gov.br/sei/documentos/legislacao/resolucoes/ResoSECCG74.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

28 <https://blogdoberta.com/2020/04/01/coronavirus-estado-rj-faz-selecao-relampago-data-errada-repassar-91-milhoes-oss/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

29 <https://www.abraji.org.br/noticias/pesquisa-aponta-alto-indice-de-jornalistas-que-nunca-fizeram-pedidos-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Portanto, como o próprio levantamento aponta, o aumento no universo pesquisado pode ter afetado o resultado. De qualquer forma, o relatório considera negativo que quase metade dos jornalistas não fazem nem fizeram uso da ferramenta, que na época completava nove anos. O trabalho aponta ainda que a maioria dos profissionais (51%) relatou dificuldades para obter respostas e que esse problema se acentuou durante a pandemia (ABRAJI, 2021).

“A Lei de Acesso à Informação é uma ferramenta poderosa nas mãos de jornalistas, mas infelizmente seu potencial ainda é pouco explorado nas redações. Talvez isso se deva ao fato de ser um recurso relativamente novo, ainda ausente da maioria dos currículos de graduação, e que exige adaptação dos processos tradicionais de apuração e edição, por causa dos prazos longos em comparação ao dia a dia frenético das redações. Precisamos incentivar a apropriação dos mecanismos de acesso à informação por repórteres de todo o Brasil e redações de todos os tamanhos, porque, além do interesse público na fiscalização do Estado, a LAI é um patrimônio de todos os cidadãos e só vai se consolidar se for usada constantemente”, diz o presidente da Abraji, Marcelo Träse (ABRAJI, 2021, p. 4).

Os entrevistados apresentaram sugestões ao fim da pesquisa, como maior fiscalização dos pedidos não respondidos. Mas também melhoria nos acessos aos sites e fortalecimento do SEI para que seja mais ágil e fácil acessar documentos públicos sem necessidade de requisitar a um servidor ou esperar atendimentos demorados. O aperfeiçoamento da transparência ativa já tinha sido citado como sugestão de melhoria no levantamento de 2019.

A criação de mecanismos para criar ou melhorar a transparência de governos e órgãos públicos foi um movimento internacional ocorrido a partir da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948. O artigo 19 garante a todos o direito de liberdade de opinião e de expressão e também o direito de ter acesso e divulgar informações e ideias. O direito de ser informado está conectado com os conceitos de transparência e *accountability*, termo em inglês sem correspondente em português que diz respeito a prestação de contas e responsabilização de funcionários públicos (GONÇALVES et al., 2018, p. 3).

Neste capítulo, abordamos as diversas transformações ocorridas na prática jornalística, desde o surgimento da figura do repórter ao fenômeno da especialização desta carreira, materializada na atividade do jornalismo investigativo. Falamos também sobre a construção da notícia, a credibilidade jornalística e os critérios de noticiabilidade. E ainda das mudanças no papel das fontes para a imprensa e a evolução dos mecanismos de transparência e acesso à

informação. A seguir, a apresentação da metodologia utilizada na pesquisa e os objetos estudados.

### 3.

#### **Metodologia e objetos**

As hipóteses primárias deste estudo foram estabelecidas a partir da observação das notícias, como jornalista e também leitor e espectador habitual de jornal e do noticiário, especialmente aqueles que tratam do Rio de Janeiro. Como jornalista que mora e atua profissionalmente na capital do estado, é natural que a cobertura tenha virado objeto de atenção desde o início. Para além, reportagens sobre o poder público, atuação de políticos, investigações sobre o destino do dinheiro público e uso cotidiano de informações de transparência fazem parte da minha rotina no ofício de editor de telejornal, cargo que ocupo desde 2016, e antes como produtor, desde 2012, nos jornais regionais da TV Globo do Rio de Janeiro. É relevante informar que não faço parte da equipe do *RJ2*, da TV Globo, que atuou nas reportagens analisadas neste estudo, mas mantenho com integrantes da equipe convívio diário na redação, já trabalhei com vários deles diretamente e tenho relação pessoal com dois dos profissionais que atuaram na cobertura, Bruno Sponchiado e Pedro Figueiredo (entrevistado para este trabalho), que são inclusive da mesma turma de estágio em que entrei na TV Globo.

Estudar um campo de atuação do qual se faz parte, é necessário reconhecer, carrega prós e contras (PULITI, 2013, p. 21). As vantagens são domínio da linguagem, dos jargões jornalísticos, o prévio conhecimento do tema abordado e a possibilidade de ter acesso facilitado aos profissionais, por serem colegas de categoria – alguns da mesma redação –, um benefício em relação a um pesquisador que não atue no mercado. Além disso, por atender a uma lógica de disputa comercial, já que o jornalismo está constantemente sujeito aos resultados do mercado e da audiência (BOURDIEU, 1997 *apud* CARDOSO, 2017, p. 109), um pedido de entrevista que revelasse estratégias e técnicas de apuração poderia não ser bem recebido de alguém que estivesse fora da *práxis* jornalística. Como observa Cardoso (2017, p. 92), neste campo de atuação existem segredos que fazem parte da rotina profissional da categoria, questões que não são discutidas e nem reveladas para quem é de fora do meio. A desvantagem – e, portanto, o desafio – é, justamente por essa proximidade natural, guardar distanciamento crítico e evitar que a inclinação subjetiva baseada em valores estabelecidos anteriormente afete os resultados do estudo. Por isso, o distanciamento foi um procedimento adotado para

toda a realização do trabalho, desde a pesquisa, passando pelas entrevistas até chegar na análise de resultados.

Neste capítulo, são descritos os métodos de pesquisa utilizados para localizar, organizar e analisar as reportagens. É detalhada a classificação proposta pelo estudo para a análise do conteúdo do material. Apresentamos também os objetos da pesquisa, os veículos de comunicação estudados e os jornalistas entrevistados.

Para realizar um trabalho sobre a utilização de recursos de transparência e acesso à informação como forma de impulso ao jornalismo investigativo, optamos por fazer um estudo de caso, em que se investiga o fenômeno em um contexto da vida real (YIN, 2001 *apud* DUARTE, M., 2014), combinando os métodos de análise de conteúdo e entrevista em profundidade. Partimos da premissa da abordagem do *newsmaking*, que enxerga a notícia como uma representação da realidade social (TUCHMAN, 1987). Os estudos acadêmicos sob essa ótica têm contribuído para compreender como as notícias são construídas e a partir de quais preceitos são apoiadas (TRAQUINA, 2012 *apud* RODRIGUES, 2021).

As hipóteses que guiaram o trabalho foram: 1) Os dados públicos obtidos por meio de ferramentas de acesso à informação e transparência foram fundamentais para as reportagens e para a cobertura; 2) As ferramentas de acesso à informação e transparência, ainda que imperfeitas, funcionaram nesse caso; 3) Informações públicas contribuem para o aumento da credibilidade do jornalismo; 4) Quando mais de um veículo se dedica a investigar um mesmo assunto, esse trabalho conjunto, ainda que não coordenado, reforça a relevância da imprensa e o papel fiscalizador do jornalismo.

Para confirmar ou refutar as hipóteses, optamos pela seguinte metodologia: a) levantamento e análise de conteúdo das reportagens publicadas ou veiculadas sobre o tema nos veículos selecionados (FONSECA JÚNIOR, 2014); b) revisão bibliográfica; c) entrevistas em profundidade com jornalistas que participaram da cobertura (DUARTE, 2014); d) cruzamento das informações obtidas com o levantamento e análise com as informações prestadas durante as entrevistas e com a revisão bibliográfica.

A análise de conteúdo pode ser considerada uma técnica híbrida, por fazer ligação entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa (BAUER, 2002 *apud* FONSECA JÚNIOR, 2014). Fonseca Júnior (2014, p. 285) observa, no entanto, que

a técnica oscila entre os dois polos dependendo dos interesses do pesquisador, podendo ser valorizada ora a perspectiva quantitativa, ora a qualitativa. Utilizamos o método de análise de conteúdo proposto pela pesquisadora francesa Laurence Bardin, aprimorado por outros autores e sistematizado por Fonseca Júnior (2014, p. 288), em que é feito primeiro a organização da análise, seguida da codificação, depois a categorização, então a inferência e, por fim, o tratamento informático. O primeiro passo, então, foi a “leitura flutuante” (BARDIN, 1988 *apud* FONSECA JÚNIOR, 2014), em que o pesquisador tem contato com material a ser analisado, para conhecer o texto, tomando impressões e orientações. Depois dessa leitura, e já escolhido o tema e o referencial teórico, o passo seguinte foi a constituição do *corpus* da pesquisa e, em seguida, a definição de como classificar o que seria analisado, ou seja, as fontes de informação. Então, foi feita a exploração do material, ou seja, a leitura para encontrar os sentidos nas mensagens contidas nas reportagens e identificar as fontes utilizadas. Os achados alimentaram uma tabela com as categorias previamente definidas. O resultado do levantamento é essa tabela, a partir da qual houve desdobramentos e detalhamentos. As etapas serão explicadas detidamente a seguir. Após coleta, análise e resultado do levantamento, foram conduzidas entrevistas em profundidade com os repórteres envolvidos na cobertura, no formato semiaberto, o que iremos detalhar no subcapítulo 3.3.

### 3.1.

#### **Corpus e métodos de pesquisa**

O *corpus* da pesquisa consiste em 36 reportagens publicadas pelos quatro veículos de comunicação selecionados entre 01 de abril até 07 de maio de 2020, período que começa no dia da publicação da primeira reportagem, pelo *Blog do Berta*, e vai até a data em que foi desencadeada a operação “Mercadores do Caos”, com a prisão do ex-subsecretário estadual de Saúde, Gabriell Neves. A seleção não considerou publicações como editoriais sobre o tema, notas de colunistas e análises.

Como são quatro veículos distintos entre si, o método para pesquisar as reportagens também variou. O *Blog do Berta* é hospedado no site <https://blogdoberta.com> e alimentado pelo jornalista Ruben Berta (informações detalhadas sobre cada veículo estão em subcapítulos a frente). Por ser um site com a proposta de “fazer jornalismo investigativo, voltado para a cobertura dos

principais personagens do poder no Estado do Rio”<sup>30</sup>, como a própria biografia do portal define, foi o mais simples de pesquisar. Bastou entrar na página inicial do site, abrir todas as reportagens do período e selecionar as que faziam menção ao Governo do Estado. Foram encontradas 21 publicações no período pesquisado. Destas, uma era sobre gastos da Prefeitura do Rio de Janeiro e outra da Prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, que foram descartadas. Havia outras três reportagens que citavam compras ou contratações no âmbito do Governo do Estado. Duas foram descartadas porque não eram da Secretaria de Saúde. Uma sobre uma compra da Polícia Militar e outra sobre a compra de plantas ornamentais para o Palácio Guanabara. A terceira era sobre uma empresa (FGV Projetos) que havia sido usada no passado por esquemas ligados ao ex-governador Sérgio Cabral, e que estava firmando parceria com o governo novamente, mas não havia ainda contratação de fato ou indício de irregularidade, portanto, também foi descartada. Restaram, então, 16 reportagens deste veículo para análise.

O *RJ2*, da TV Globo, é transmitido pela televisão aberta do Rio de Janeiro, no canal 4, que pode ser assistido também por quem contrata pacotes de TV por assinatura e ainda pelo Globoplay, plataforma de streaming da Globo<sup>31</sup>. A íntegra do telejornal é publicada posteriormente no Globoplay, bem como as reportagens em vídeos separados. Na página do telejornal, no site<sup>32</sup> ou na plataforma, é possível fazer a navegação por data e, assim, observar os vídeos de cada reportagem em separado. Corridos os 37 dias do período estabelecido, foram encontradas oito reportagens sobre o tema.

A *Folha de São Paulo* possui, em seu site, uma página que permite a pesquisa no acervo de edições do jornal<sup>33</sup>. Analisando todas as edições impressas do jornal dos 37 dias do período determinado, foram encontradas quatro reportagens sobre o tema. Mas em busca rápida no Google, foi possível compreender que nem toda a reportagem produzida pelo veículo havia sido publicada no jornal impresso. Portanto, seria necessário incluir também as que foram publicadas apenas on-line. O site da *Folha* possui um mecanismo de busca

---

30 <https://blogdoberta.com/carreira/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

31 <https://ajuda.globo/globoplay/app/sobre-o-globoplay/faq/o-que-e-o-globoplay.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2023.

32 <https://globoplay.globo.com/rj2/t/x5SwXtgSZn/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

33 <https://acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

bem eficiente<sup>34</sup>. É possível filtrar por data, editoria e digitar palavras-chave. Para a pesquisa, foram utilizados os termos “rio de janeiro”, “secretaria” e “saúde”, com o período determinado (01/04/2020 a 07/05/2020), nas editorias/seções “política”, “ciência”, “saúde” e “cotidiano” (esta última onde habitualmente são publicadas as reportagens sobre o Rio de Janeiro). Da pesquisa, resultaram 73 reportagens, seleção que ainda precisou de refinamento manual, descartando as que não eram sobre o tema. Após a filtragem, restaram oito matérias. Foi possível perceber que as quatro reportagens publicadas no jornal impresso tinham sido publicadas no site no dia anterior. Por exemplo, no dia 8 de abril, o site da *Folha* publicou a reportagem “Responsável por hospitais de campanha em RJ e SP tem histórico de má gestão”<sup>35</sup>. No dia seguinte, a mesma reportagem foi publicada no jornal impresso. Portanto, neste estudo consideramos as reportagens publicadas na internet, por entendermos que assim o trabalho de cobertura do veículo será melhor contemplado.

O jornal *O Globo* também permite em seu site que se pesquise edições anteriores do jornal<sup>36</sup>. Analisando as edições impressas dos 37 dias do período da pesquisa, não houve nenhuma reportagem sobre o tema. O site não possui um mecanismo eficiente de pesquisa, com filtragem por data ou tema. Portanto, foi utilizada a busca do Google, que é maior buscador da internet<sup>37</sup>. Aplicando o filtro de data, foram feitas algumas buscas distintas, sempre com o termo “oglobo”, e alguma palavra-chave adicional, como “saúde”, “gabriell neves” e “subsecretário”. Dessa forma, foram encontradas três matérias sobre o tema pretendido: uma do dia 11 de abril e outras duas de 7 de maio, dia em que foi desencadeada a operação Mercadores do Caos, que prendeu o ex-subsecretário Gabriell Neves. Uma quarta notícia foi encontrada a partir de link contido numa das reportagens do dia 7, que fazia menção a ela, mas que sequer aparecia no resultado do Google. As quatro matérias publicadas apenas na versão on-line fazem parte do *corpus* da pesquisa. A primeira reportagem que *O Globo* publicou sobre o tema no jornal impresso foi no

---

34 <https://search.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

35 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/responsavel-por-hospitais-de-campanha-em-rj-e-sp-tem-historico-de-ma-gestao.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2023.

36 <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

37 <https://nerdweb.com.br/artigos/2023/03/algoritmo-do-google-como-funciona-o-maior-buscador-do-mundo.html>. Acesso em: 18 abr. 2023.

dia 8 de maio, dia seguinte à operação. A matéria é semelhante a que havia sido publicada no site no dia anterior, com as informações sobre a operação.

O *corpus* da pesquisa ficou, então, com 36 reportagens, sendo dezesseis do *Blog do Berta*, oito da *Folha de S. Paulo*, oito do *RJ2* e quatro do jornal *O Globo*, dessa forma:

- 16 reportagens do *Blog do Berta*;
- 8 reportagens da *Folha de S. Paulo*;
- 8 reportagens do *RJ2* / TV Globo;
- 4 reportagens do jornal *O Globo*;
- Total: 36 reportagens.

### 3.2.

#### **Classificação das fontes**

Com todas as reportagens para análise encontradas, o próximo passo foi estabelecer como identificar e classificar as fontes de informação. Como observa Schmitz (2011a), não existe confluência na classificação e na nomenclatura de fontes de notícias, tanto entre pesquisadores quanto em manuais de redação dos principais jornais do Brasil. Isso nos levou a propor uma categorização própria e específica para este estudo, considerando o tipo de reportagem que analisamos no trabalho. Após a pré-análise do material (BARDIN, 1988 *apud* FONSECA JÚNIOR, 2014) e a partir de classificações propostas por Aldo Schmitz (2011a) e Nilson Lage (2008), definimos seis categorias para as fontes de informação: oficial documental, oficial declaratória, oficial de controle, oficiosa, referência e testemunhal.

A fonte “**oficial documental**” compreende todos os dados oficiais publicados como documentos pelo Governo do Estado. É tudo que envolve a “transparência ativa”, ou seja, elementos e dados de transparência que são disponibilizados sem que haja pedido específico. Mas também de “transparência passiva”, quando o governo fornece documento ou informação a partir de uma solicitação individual – embora, no caso dessa cobertura, não tenhamos identificado nenhuma informação publicada que tenha chegado por esse caminho, até pelo curto tempo analisado em perspectiva com os prazos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação para resposta de demandas, que é de 20 dias com prorrogação de mais

10 dias. Foram consideradas para essa categoria publicações no Diário Oficial, uso de referências de empresas no site da Receita Federal, contratos e documentos encontrados no site da transparência e outras informações obtidas pelo Sistema Eletrônico de Informações, o SEI.

A categoria “**oficial declaratória**” engloba citações de autoridades em entrevistas ou declarações, notas de assessorias de imprensa, releases do governo, postagens em redes sociais oficiais e publicações de comunicação contendo informações oficiais. É aquilo que o governo pretende que seja divulgado.

Informações da fonte “**oficial de controle**” são relatórios do Tribunal de Contas do Estado ou investigações do Ministério Público. Em geral, produzidos por órgãos que não fazem parte do Poder Executivo. Mas também relatórios internos do governo produzidos por técnicos de áreas de controle, como a subsecretaria Jurídica da Secretaria Estadual de Saúde ou a Procuradoria da secretaria. São dados considerados oficiais, que não são necessariamente produzidos para divulgação, mas que em muitos casos ajudaram a construir as reportagens.

Fonte “**oficiosa**” é a fonte sigilosa que fale em *off*<sup>38</sup>, governamental ou não, que não tenha sido identificada na reportagem. Por exemplo, a primeira reportagem do *RJ2*, de 04/04/2020, que noticiou a exoneração da então subsecretária de Gestão da Atenção Integral a Saúde Mariana Scardua, falava: “O RJ2 apurou com fontes da Secretaria que nos últimos tempos, ela vinha perdendo espaço para outro colega, o subsecretário executivo Gabriell Neves (...)”<sup>39</sup>. A reportagem da *Folha*, publicada no mesmo dia sobre o mesmo tema, não explicita que a informação provém de uma fonte anônima, mas isso fica subentendido: “No comando da subsecretaria desde o início da gestão Witzel, os dois vinham divergindo do novo subsecretário-executivo da pasta, Gabriell Neves, nomeado em fevereiro para o cargo”<sup>40</sup>. É, portanto, toda informação que vier de fonte sigilosa ou não identificada explicitamente.

Fonte de “**referência**” é quando há entrevistas com especialistas. Schmitz (2011a) chama esta categoria de fonte “especializada”, por se tratar de pessoa com

---

38 Off the record – fonte que revela informações sob a condição de anonimato, de forma confidencial e extraoficial, com a clara intenção de não ser publicada ou sem a indicação de quem fez a declaração (SCHMITZ, 2011a, p. 15).

39 Wilson Witzel exonera subsecretária de Saúde: <https://globoplay.globo.com/v/8457965/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

40 Witzel exonera subsecretária de Saúde durante crise do coronavírus: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/witzel-exonera-subsecretaria-de-saude-durante-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2023.

notável conhecimento específico em sua área de atuação. Porém, optamos por incluir também nesta categoria as citações de informações publicadas em outros veículos de imprensa, o que o autor supracitado categoriza como “referência”, nomenclatura que entendemos como mais abrangente e que melhor se encaixa nesse caso.

Por fim, a categoria “**testemunhal**”, que é quando a própria reportagem constata uma situação *in loco*, ou seja, o repórter ou a equipe de reportagem é testemunha da notícia ou descobre presencialmente um indício de irregularidade.

A classificação das fontes ficou, então, dividida entre as seguintes categorias:

- **oficial documental**: diário oficial, site da transparência, dados da Receita, contratos públicos;
- **oficial declaratória**: citações de autoridades, notas de assessorias, informação oficial;
- **oficial de controle**: relatório do Tribunal de Contas, investigação do Ministério Público, relatório procuradoria da Secretaria de Saúde;
- **oficiosa**: fonte sigilosa ou não identificada;
- **referência**: entrevista com especialistas e citação de outros veículos;
- **testemunhal**: constatação da reportagem.

Com as categorias estabelecidas, as reportagens foram lidas e assistidas para que as fontes fossem identificadas. Numa planilha do Excel, foi assinalado primeiro qual era exatamente a fonte (por exemplo: diário oficial ou relatório do Tribunal de Contas). Posteriormente, já com todas as 128 fontes identificadas, estas foram categorizadas de acordo com a classificação determinada (por exemplo: oficial documental ou oficial de controle).

### 3.3.

#### **Por trás das telas e das lentes**

A partir das reportagens de cada veículo já identificadas e ainda no começo da análise, percebemos que seria necessário também entrevistar jornalistas que participaram da cobertura. Isto porque a análise e a identificação das fontes utilizadas são suposições da pesquisa, que necessitariam de confirmação dos autores das reportagens. Mesmo que em vários casos as reportagens citem

textualmente a fonte daquela informação, em outras situações a fonte estava apenas implícita. Portanto, compreendemos que para que os pressupostos fossem de fato testados, era indispensável ouvir também os autores das reportagens. Além disso, a partir das entrevistas, seria possível identificar rotinas produtivas, métodos de apuração e colher impressões dos repórteres sobre a cobertura. A seleção dos entrevistados foi feita de forma intencional, como define Jorge Duarte (2014, p. 69), quando o pesquisador faz a escolha com base na própria avaliação, levando em consideração seu conhecimento prévio sobre o tema ou sua opinião subjetiva sobre a representatividade. Ao incluir as percepções de jornalistas que participaram desta cobertura, pretendemos, como sugerem Salgado e Stanyer (2019 *apud* ITUASSU et al., 2022), dar voz aos indivíduos que são centrais na pesquisa, possibilitando que eles manifestem suas visões com as próprias palavras.

O passo seguinte foi decidir quais repórteres entrevistar. Já neste trabalho inicial de análise, foi possível perceber que os nomes dos repórteres envolvidos na cobertura eram recorrentes. Por ser um grupo muito específico que deveria ser ouvido, esses jornalistas se encaixam no tipo definido por Jorge Duarte (2014, p. 70) como “informante-chave”: fontes consideradas “fundamentais por estarem profunda ou diretamente envolvidas com os aspectos centrais da questão, o que faz com que não serem entrevistadas possa significar grande perda”. No *Blog do Berta*, o próprio criador do site (além de repórter e editor), por óbvio, seria o entrevistado. Os jornalistas que compuseram a cobertura do *RJ2*, da TV Globo, no período analisado variaram. Mas em pelo menos metade das reportagens houve a participação do repórter Pedro Figueiredo. Ele também foi um dos responsáveis por reportagens posteriores sobre assunto, mas que não entraram no *corpus* desta pesquisa, portanto foi escolhido para entrevista. Nas reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, todas foram de autoria do repórter Italo Nogueira, que assinou sozinho três das oito reportagens do período, e em outras cinco assinou em conjunto com outros repórteres. No jornal *O Globo*, como será detalhado mais a frente, houve poucas publicações sobre o tema, e apenas em situações em que havia algum “factual”, em que um acontecimento externo pautava a notícia publicada, como a abertura de investigação do Ministério Público ou quando o ex-subsecretário Gabriell Neves foi afastado e depois preso. Não houve, como nos outros veículos, sequências de reportagens com revelações dos indícios de irregularidade. Portanto, decidimos que seria o caso de entrevistar a editora

responsável pela editoria Rio na época, Gabriela Goulart, para melhor compreender os motivos que guiaram as decisões de não perseguir o assunto num primeiro momento da cobertura.

A premissa sobre facilidade no acesso aos jornalistas se confirmou na maioria dos casos. Os três repórteres aceitaram de pronto conceder entrevista ao trabalho. Ruben Berta, a quem não conhecia, respondeu mensagem enviada por rede social e aceitou participar. Como sugere Jorge Duarte, (2014, p. 71), o entrevistado foi convidado a escolher o melhor dia, horário e meio de realizar a conversa. A entrevista ocorreu no dia 12 de abril de 2023, às 10h, por conversa virtual, pelo aplicativo de vídeo “Zoom”. O jornalista estava na redação do *UOL*, onde trabalha atualmente. Italo Nogueira, da *Folha*, que conheci num evento oficial do Governo do Estado para jornalistas no fim de 2022, também aceitou o convite. Após algum tempo de troca de mensagens, conseguimos marcar a entrevista, que também foi realizada por chamada de vídeo, no dia 22 de maio de 2023, às 15h30. O repórter estava em casa, de onde trabalha. Pedro Figueiredo, da TV Globo, era, na época das reportagens analisadas e do convite para entrevista, colega de redação no Rio de Janeiro. Posteriormente, mudou-se para Brasília, por isso a entrevista também foi feita virtualmente, no dia 28 de maio de 2023, às 11h. A editora da editoria Rio de *O Globo*, Gabriela Goulart, que atualmente é editora do Segundo Caderno, não respondeu ao contato tentado por e-mail até o encerramento do trabalho. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e posteriormente transcritas. As transcrições completas das três entrevistas estão nos Apêndices 1, 2 e 3.

O tipo de entrevista escolhido foi a entrevista em profundidade e semiaberta, que “procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística” (DUARTE, 2014, p. 62). Havia um roteiro com questões-guia, o mesmo para todos os entrevistados. No entanto, como é apontado por Duarte (Ibid.), as perguntas foram alteradas e adaptadas no decorrer das entrevistas.

Dois conjuntos de perguntas guiaram as entrevistas. O primeiro questionava as rotinas profissionais e estratégias de apuração e investigação.

- 1) Apresentação. Qual seu nome, veículo que trabalha, há quanto tempo é jornalista e há quanto tempo faz matérias sobre o poder público?

- 2) Qual a primeira memória que você tem, do começo da pandemia, quando surgiram dúvidas sobre os gastos do Governo do Estado do Rio? E como você entrou nessa cobertura?
- 3) Como foi o processo de apuração das informações das reportagens, considerando o isolamento social? Você acha que por causa do isolamento essa cobertura foi diferente?
- 4) Nas suas reportagens, foram utilizadas fontes de dados oficiais e ferramentas de transparência? Se você puder descrever quais.
- 5) De que forma você acha que essas informações contribuíram para a cobertura?
- 6) Houve uso de informações que vieram de fontes anônimas ou sigilosas? Como você analisa a contribuição dessas fontes para as reportagens?

E o segundo conjunto levantava perguntas sobre as impressões dos profissionais em relação a cobertura, a contribuição das fontes citadas e o impacto das reportagens. E também sobre a Lei de Acesso à Informação e ainda sobre a estrutura dos veículos.

- 1) Você acredita que sem esses dados de transparência teria sido possível fazer essas reportagens?
- 2) O que você acha que poderia melhorar nas informações públicas prestadas por autoridades?
- 3) Na sua opinião, qual é a importância da Lei de Acesso à Informação e de dados de transparência bem divulgados?
- 4) Que relevância acredita que as reportagens tiveram para a sociedade?
- 5) Como é a estrutura do veículo em que você trabalha/trabalhou durante a cobertura? Audiência?
- 6) Como você enxerga o fato de veículos de diferentes formatos e alcances entrarem numa mesma cobertura, em frentes diferentes, mas com resultados semelhantes?
- 7) Você considera que o processo de impeachment foi decorrente das reportagens?

### **3.4.**

#### **Os veículos**

Na cobertura em tela, dois veículos com características distintas inicialmente se destacaram. Um deles foi o blog do jornalista Ruben Berta, o *Blog*

*do Berta*. Ruben Berta foi o primeiro jornalista a denunciar que as contratações realizadas pela Secretaria Estadual de Saúde continham indícios de superfaturamento, no dia 1º de abril de 2020. O *RJ2*, da TV Globo, iniciou sua própria frente de reportagens investigativas, que se estenderia pelos meses seguintes. Apesar do mesmo objeto, as constatações eram outras: além de superfaturadas, as compras continham irregularidades e eram feitas de maneira que desprezava as regras para processos públicos. O jornal *Folha de São Paulo* também ingressou na cobertura, noticiando problemas com transparência na gestão da pandemia, cruzando situações semelhantes em outros estados e também dando destaque ao andamento das investigações, tanto do Ministério Público, como do Tribunal de Contas do Estado e do próprio controle interno da Secretaria Estadual de Saúde. O jornal *O Globo* publicou notícias em seu site sobre o tema em momentos em que houve movimentações oficiais, a primeira quando o subsecretário de Saúde Gabriell Neves foi afastado do cargo, já após as denúncias dos outros veículos. A segunda reportagem, 10 dias depois, noticiava que o Ministério Público abrira uma investigação para apurar a compra de respiradores e revelava informações importantes sobre as empresas envolvidas na compra. Somente no dia após a prisão de Gabriell Neves, o jornal publicou em sua versão impressa alguma reportagem sobre o tema. A decisão de incluir *Blog do Berta*, *Folha* e *RJ2* na pesquisa se deu pela relevância da cobertura que os veículos fizeram sobre os gastos do Governo do Estado durante a pandemia e os indícios de corrupção e mau uso do dinheiro público. Esses veículos, inclusive, citam-se entre si, atribuindo informações reveladas por um ou outro, como será detalhado a frente. *O Globo* foi incluído por ser um veículo fundado e com sede principal no Rio de Janeiro, com tradição de cobertura da administração pública local. Também foi o jornal mais lido no país do ano de 2020<sup>41</sup>. Apenas durante a pesquisa foi constatado o número escasso de reportagens publicadas sobre o tema. O arranjo de apresentação dos veículos e dos repórteres, a seguir, mantém a lógica que tivemos em todo o trabalho, que foi a ordem de publicação na cobertura. Primeiro o *Blog do Berta*, depois *Folha*, em seguida *RJ2* e, então, *O Globo*.

---

41 <https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-foi-jornal-mais-lido-do-pais-em-2020-24906502>. Acesso em: 18 abr. 2023.

### 3.4.1.

#### **Blog do Berta**

Hospedado no endereço <https://blogdoberta.com>, o *Blog do Berta* começou a ser publicado pelo jornalista Ruben Berta após a saída dele do jornal *O Globo*, em 2017, inicialmente com o nome *Ruben Berta Em Alerta*. As atividades do blog ficaram suspensas entre junho de 2017 e o final de 2018, quando o jornalista se dedicou a outros trabalhos. O blog foi retomado em 2019, e em 2020 as reportagens ganharam destaque durante a pandemia. Pela cobertura sobre a crise na saúde e os indícios de corrupção no Governo do Estado, venceu naquele ano o Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos. Em julho de 2021, Ruben Berta passou a trabalhar na redação carioca do site *UOL*<sup>42</sup> e o blog suspendeu novamente as publicações, o que se manteve até o fim da produção deste trabalho, em julho de 2023. O objetivo de criar um blog e publicar reportagens foi tornar o site como uma vitrine do seu trabalho. “Em vez de bater na porta das empresas para pedir emprego, vou abrir meu site, continuar publicando e as pessoas vão saber que eu estou trabalhando, que eu tenho capacidade de continuar fazendo o que eu faço” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). Como aponta Patrícia Maurício (2017, p. 70), com as mudanças nos jornais e veículos de comunicação e as constantes demissões, profissionais se lançaram “em empreitadas as mais diferentes na rede, como blogs, sites de jornalismo colaborativo e sites patrocinados”. Foi justamente o que aconteceu com Ruben Berta: ao ser demitido do jornal *O Globo*, decidiu criar o blog. Maurício (Ibid.) observa ainda que os sites independentes e blogs têm em comum o fato de serem voltados para um nicho específico, já que para projetos desse tipo seria complicado financeiramente cobrir as notícias do dia a dia nas suas variadas editorias e assuntos. Mais uma vez, é o caso de Berta, que se especializou em cobertura de administração pública e poder, áreas em que já atuava antes do blog. Sobre o financiamento do site, o jornalista disse em entrevista à pesquisa que pretendia inicialmente lançar uma campanha de colaboração dos leitores por um site de financiamento coletivo a partir de um ano de existência, mas adiou isso e quando pretendia colocar o plano em prática foi convidado para o *UOL*. Portanto, durante o período em que esteve ativo, não houve retorno financeiro do site. Sobre a audiência, o jornalista disse em entrevista à pesquisa que as reportagens tinham,

---

42 <https://blogdoberta.com/carreira/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

em média, 20 mil visualizações. Sendo que algumas tiveram desempenho menor, com 5 mil acessos, e outras chegaram a 120 mil visualizações.

### 3.4.2.

#### Folha de S. Paulo

Fundado em 1921, o jornal *Folha de São Paulo*, *Folha de S. Paulo* ou simplesmente *Folha* é um dos jornais mais lidos do país e pertence ao Grupo Folha. Os quatro alicerces estabelecidos pela *Folha* são: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Segundo o site institucional do veículo, o jornal “se propõe a fazer uma curadoria de notícias, oferecendo conteúdo variando e expondo seus leitores a diversos pontos de vista”<sup>43</sup>. Diz ainda que “sustenta uma linha de fiscalização crítica em relação a todos os poderes constituídos”. O jornal que nasceu há mais de 100 anos foi batizado inicialmente de *Folha da Noite*, focado em noticiar problemas dos serviços públicos. Em 1925, foi criada a *Folha da Manhã*, uma edição matutina do jornal. Ainda houve um terceiro jornal, lançado no final da década de 1940, a *Folha da Tarde*, que duraria pouco mais de 10 anos. Em 1960, as três edições se fundiram num único jornal: a *Folha de S. Paulo* (MOREIRA, 2006). A *Folha da Tarde* voltaria a circular em 1967, substituída apenas em 1999 pelo *Agora*, jornal voltado para o segmento mais popular do público paulistano, que teve a circulação encerrada em 2021<sup>44</sup>. A partir da década de 1970, a *Folha* iniciou uma transformação tecnológica enquanto enfrentava uma crise financeira. Na década seguinte, promoveu uma reforma editorial, o “Projeto Folha”, e passou a disputar a liderança de venda dos jornais diários, tornando-se o mais lido do Brasil. Novas mudanças vieram até o formato que vai às bancas atualmente, inclusive a criação, em 1995, do site “Folha Web”, serviço de notícias do jornal veiculado pela internet<sup>45</sup>. Naquele ano, o jornal impresso quebrou um recorde e chegou a ter tiragem<sup>46</sup> de 1.613.872 exemplares aos domingos, a segunda maior de um jornal das Américas, atrás apenas do norte-americano *The New York Times*. Um executivo do veículo disse na época que eles só não estavam imprimindo

---

43 [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o\\_grupo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml). Acesso em: 20 abr. 2023.

44 <https://www.poder360.com.br/brasil/grupo-folha-decide-encerrar-edicao-impressa-do-jornal-agora/> e [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia\\_da\\_folha.shtml?fill=4](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4). Acesso em: 20 abr. 2023.

45 [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_95.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_95.htm). Acesso em: 20 abr. 2023.

46 Nome que se dá à quantidade de exemplares de uma publicação distribuída ao mercado.

mais porque tinham chegado ao limite da capacidade industrial<sup>47</sup>. Em 2010, houve a unificação das redações do jornal impresso e on-line, com reforma gráfica e editorial, e em 2012 a *Folha* se tornou o primeiro veículo do Brasil a adotar o *paywall* poroso, modelo de negócios para o jornalismo digital em que o leitor tem acesso gratuito até certo limite de textos<sup>48</sup>. A tiragem da edição impressa, que apresenta diminuição nas últimas décadas, foi de 48.084 exemplares por dia, em média, em 2022. Uma queda de 27% em relação ao ano anterior, maior do que a média dos jornais impressos, que teve redução de 16% na circulação<sup>49</sup>. Atualmente, a *Folha* une as métricas do impresso e do on-line para divulgar seus números de circulação. Segundo o jornal, em 2021 foram em média 366.089 exemplares diários pagos, incluindo digital e impresso. A média mensal de usuários únicos que acessaram o site foi de 22,2 milhões em 2021<sup>50</sup>.

### 3.4.3.

#### RJ2 / TV Globo

O *RJ2* é um telejornal da TV Globo transmitido na televisão aberta para a capital e para cidades da Região Metropolitana do Rio, e que também pode ser assistido por assinantes de TV por assinatura e gratuitamente pelo Globoplay, plataforma de streaming da Globo. A emissora faz parte do Grupo Globo, maior conglomerador de mídia e comunicação do país<sup>51</sup>. O telejornal – então chamado de “*RJTV*” – começou a ser exibido em 3 de janeiro de 1983, com 10 minutos de duração, às 19h48, antes do Jornal Nacional. Como outros jornais locais que estrearam em outros estados, surgiu para dar espaço às notícias locais na programação e com o propósito de aumentar a identidade do noticiário regional, até então apenas contido em outros programas com alcance nacional. Alguns meses depois, foram criadas outras duas edições, uma mais tarde da noite e outra ao meio-dia. O *RJTV* passou a ser, então, *RJTV 2ª Edição*, enquanto o que passa na hora do almoço se chamava *RJTV 1ª Edição* e o que era exibido mais tarde se chamava

47 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/12/brasil/25.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

48 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/ha-10-anos-paywall-abriu-caminho-para-transformacao-digital-da-folha.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2023.

49 <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

50 <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5>. Acesso em: 20 abr. 2023.

51 <https://grupoglobo.globo.com/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

*RJTV 3ª Edição*. Esse último durou apenas três anos. O *RJTV 1ª Edição* chegou a ser suspenso entre 1989 e 1992, mas desde então continua no ar, agora com o nome “*RJTV1*” ou “*RJ1*”, acompanhando as mudanças nas identidades visuais promovidas em 2018, quando o *RJTV 2ª Edição* virou “*RJTV2*” ou *RJ2*”. Desde o princípio, o jornal se propunha a fazer a cobertura das notícias do dia, a situação do trânsito, a previsão do tempo e tratar de assuntos políticos e econômicos, características que preserva<sup>52</sup>. Ao passo que *RJ1* passou por muitas transformações ao longo desses 40 anos, com mudanças para um formato de jornalismo comunitário, criação de quadros e incorporação de comentaristas, o *RJ2* conservou um formato mais tradicional de telejornal, apresentado na bancada (MATOS, 2011). O *RJ2* é o jornal de maior audiência entre os telejornais locais da emissora e, entre os jornais de rede (considerando a audiência no Rio de Janeiro), fica atrás apenas do Jornal Nacional. Em relação à concorrência (outras emissoras de TV), tem mais que o dobro de audiência da segunda colocada (Record)<sup>53</sup>. O departamento de Programação da Globo informou por e-mail à pesquisa que a audiência do *RJ2* em abril de 2020, época das reportagens pesquisadas, foi de 27,2 pontos, com alcance de 10,8 milhões de pessoas. O jornal, que vai ao ar entre 19h e 19h15, sem horário fixo, aumentou de tamanho nos últimos anos. Antes, eram cerca de 15 minutos de produção, ou seja, o tempo do jornal descontados intervalos comerciais. Atualmente, o *RJ2* conta com cerca de 30 minutos de produção. Conforme o tempo de jornal cresceu, o *RJ2* adotou duas características, observa o repórter Pedro Figueiredo (2023, entrevista concedida ao autor): “Uma busca muito grande por temas investigativos e uma preocupação grande em esmiuçar um assunto que seja o grande assunto do dia. Acho que essas duas características são marcas desse período do jornal”. Neste período, além da cobertura da pandemia analisada por esse trabalho, o *RJ2* se destacou com as reportagens que mostravam funcionários fantasmas da Alerj<sup>54</sup>, que rendeu uma indicação ao Emmy Internacional de Jornalismo. Também com a revelação dos “Guardiões do

---

52 [https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/rjtv/noticia/rjtv.ghtml#ancora\\_1](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/rjtv/noticia/rjtv.ghtml#ancora_1). Acesso em: 19 abr. 2023.

53 <https://diariodorio.com/plim-plim-moradores-do-rio-estao-entre-os-brasileiros-que-mais-se-informam-pela-globo/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

54 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/03/servidores-da-alerj-ganham-mais-de-r-18-mil-e-nao-aparecem-para-trabalhar.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

Crivella”<sup>55</sup>, grupo de servidores comissionados nomeados na Prefeitura do Rio com o intuito de atrapalhar ou impedir o trabalho da imprensa em reportagens críticas ao governo municipal e, conseqüentemente, ao então prefeito Marcelo Crivella. E ainda com a “Máfia do transporte”<sup>56</sup>, que mostrou a atuação organizada de milicianos que seguiam fiscais da Prefeitura do Rio para burlar a fiscalização de vans.

#### 3.4.4.

##### O Globo

O jornal fundado em 1925 por Irineu Marinho foi a primeira empresa do que hoje é o maior grupo de mídia de país, o Grupo Globo. O fundador tinha saído do diário *A Noite* (também criado por ele e outros sócios) e levado junto jornalistas do veículo para fundar o novo jornal. *O Globo*, um nome escolhido em concurso popular, chegou às bancas em 29 de julho daquele ano. Apenas três semanas depois do lançamento da primeira edição, Irineu Marinho morreu. Eurycles de Mattos, jornalista experiente da equipe, assumiu o cargo de direção, tendo como secretário de redação o filho de Marinho, Roberto Marinho. Cinco anos depois, o herdeiro se tornaria presidente do jornal<sup>57</sup>. A primeira década de existência foi movimentada por acontecimentos importantes, como a Coluna Prestes<sup>58</sup>, a inauguração do Cristo Redentor e a Revolução Constitucionalista de 1932 (MOREIRA, 2006). Em 1936, foi publicada a primeira foto no jornal. No período, também passou a publicar caricaturas. No começo da década de 1950, o jornal alcançou o marco de 100 mil exemplares, consolidando-se como o maior vespertino da cidade do Rio. Na década seguinte, um período conturbado na história do país com o início da Ditadura Militar, *O Globo* foi um dos veículos que apoiou que os militares tomassem o poder (MAGNOLO & PEREIRA, 2016). Nessa época, o jornal passou a usar novas

---

55 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/01/guardioes-do-crivella-entenda-as-denuncias-sobre-esquema-para-impedir-reportagens-sobre-a-saude-no-rio.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

56 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/uniao-das-tropas-milicia-escolta-fiscais-da-prefeitura-e-avisa-a-rota-em-grupo-de-whatsapp-com-motoristas-de-vans-ilegais.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

57 <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1925-1964/noticia/1925-lancamento-de-o-globo.ghtml>

58 Movimento político-militar brasileiro liderado por Luís Carlos Prestes ocorrido entre 1924 e 1927, ligado ao tenentismo e motivado pela insatisfação com o governo do então presidente Artur Bernardes, percorreu o interior do Brasil denunciando desmandos do governo republicano.

tecnologias que permitiam imprimir fotos coloridas nas páginas. E a partir dos anos 1970, *O Globo* passou a ter edições dominicais, quando também estreou a seção “Carta do Leitor” e ainda o prêmio Estandarte de Ouro, para eleger os melhores do samba. Em 1985, o jornal atingiu a marca de 1 milhão de exemplares vendidos. O período seguinte foi marcado pela redemocratização do país e, alguns anos depois, o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (MOREIRA, 2006). Essa foi a época em que também se iniciou a informatização das redações, aprofundada na década de 1990 com a chegada da internet. Em 2008, o site *Globo online* passou a ter também a marca tradicional do jornal, um movimento que representava a integração pela qual o veículo estava passando, que previa a publicação de informações tanto na edição impressa como nos meios digitais. O investimento no digital passou a ser a prioridade em 2014, quando o jornal anunciou o “novo ritmo da redação”, com lançamento do novo site (MORETZSOHN, 2014). Em pesquisa feita por Sylvia Moretzsohn entre 2011 e 2014, a autora concluiu que a editoria Rio, que contava com 47 profissionais à época, era a mais relevante do jornal porque “a editoria de cidade é a ‘alma’ de qualquer jornal de informação geral” (Ibid., p. 67). A circulação da edição impressa de *O Globo* está em queda pelo menos desde 2017, quando a tiragem média era de 130 mil exemplares<sup>59</sup>. Em 2022, foram 60 mil exemplares vendidos diariamente. Nesse período, o jornal assumiu a liderança de audiência, alavancado pelo digital. Segundo divulgou *O Globo*, o veículo atingiu em outubro de 2022 o recorde de 577 milhões de visualizações de páginas. Naquele ano, também registrou a maior média de visitantes únicos por mês entre os concorrentes (26 milhões) e teve mais de 2,2 bilhões de páginas vistas até novembro<sup>60</sup>.

### 3.5.

#### Os repórteres

*Todo jornalista namora a História. Pode ser aquele que cobre o bairro, ele tem sempre aquele sentimento de que, no futuro, poderá dizer que testemunhou um momento importante da sua comunidade.*

59 <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-impresos-circulacao-despenca-161-em-2022/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

60 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/12/o-globo-bate-recordes-e-amplia-lideranca-em-2022.ghtml>. Acesso em: 3 ago. 2023.

Ruben Berta se formou em 1999 na UniverCidade, no Rio de Janeiro, e começou no jornalismo em 2000, como estagiário do jornal *O Globo*. Depois, virou trainee e em seguida foi contratado pelo jornal, onde ficou por 17 anos. Entre os trabalhos marcantes, na editoria Cidade, destaca o caderno especial “Dinastia das Ruas”, em que acompanhou uma gestante em situação de rua nos últimos cinco meses da gravidez. Fazia reportagens sobre o Rio, principalmente sob o aspecto social. Nos últimos anos no *Globo*, começou a cobrir também administração pública e chegou a integrar a equipe do núcleo dedicado a reportagens especiais. Passou ainda pela editoria Nacional até ser demitido, em 2017. Foi quando decidiu criar um blog, que na época se chamava *Ruben Berta em Alerta*. Seis meses depois, ele foi chamado para fazer uma série de reportagens investigativas para o site *The Intercept Brasil*, e, com a abertura de uma vaga, foi contratado como subeditor do veículo. Nesse período, além de exercer o cargo de subeditor, também publicou reportagens. Em 2018, saiu do site e participou da equipe da campanha do candidato Eduardo Paes ao Governo do Estado. Em 2019, decidiu retomar o blog – agora com o nome *Blog do Berta* – e fazer uma cobertura mais aprofundada sobre administração pública, já que considera que existia e ainda existe um vácuo desse tipo de cobertura. Desde julho 2021, faz parte da equipe do portal *UOL* no Rio de Janeiro, onde se destacou em coberturas como o escândalo do Ceperj<sup>61</sup> e os pagamentos secretos da Uerj<sup>62</sup>, e continua dedicado a investigações e reportagens de fôlego.

Italo Nogueira é repórter da *Folha de S. Paulo* há 17 anos. Formou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2007, quando já fazia os primeiros trabalhos para o jornal, e logo depois foi contratado fixamente para a sucursal do Rio do jornal paulista. Antes, havia trabalhado por seis meses no jornal carioca *O Dia*. As primeiras reportagens da *Folha* eram sobre cobertura geral de cidade para o caderno Cotidiano. Na época, o Rio de Janeiro iria sediar os Jogos Pan-Americanos, que ocorreram na cidade em 2007. Foi a oportunidade para trabalhar mais de perto acompanhando questões de licitações e obras públicas. A

---

61 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/02/rj-funcionarios-com-cargos-secretos-sacaram-r-226-mi-em-dinheiro-diz-mp.htm>. Acesso em: 12 abr. 2023.

62 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/13/rj-usou-tambem-uerj-para-empregar-aliados-politicos-com-folhas-secretas.htm>. Acesso em: 12 abr. 2023.

partir de 2009, com o anúncio de que a cidade sediaria os Jogos Olímpicos de 2016 e as iminentes obras públicas, começou a cobrir mais de perto a Prefeitura do Rio e se especializou na cobertura de administração pública, função que continua desempenhando. Também escreve sobre política, Justiça e segurança pública. Recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência em 2009 e obteve por duas vezes menção honrosa no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, em 2009 e 2014.

Pedro Figueiredo se formou em jornalismo em 2012 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui mestrado em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Durante a graduação, estagiou nas redações da revista *Ciência Hoje* e do jornal *O Dia*. Em 2012, entrou para a Globo como estagiário e no ano seguinte foi efetivado na Editoria Rio. Passou pela produção dos jornais locais do Rio de Janeiro, depois pelos jornais de rede. Também foi do núcleo de projetos especiais, criado na época em que a cidade recebeu grandes eventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada. Em 2016, tornou-se repórter e, a partir de 2018, destacou-se na cobertura da política fluminense nos jornais locais do Rio, com reportagens sobre a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa, e também com matérias sobre a administração pública. Em 2020, foi finalista do Emmy Internacional de Jornalismo, maior prêmio da televisão mundial, com reportagens que mostravam funcionários fantasmas na Alerj, exibidas no *RJ2*<sup>63</sup>. Em janeiro de 2023, foi transferido para Brasília, para cobrir política, especialmente o Congresso Nacional, pela GloboNews, canal de notícias por assinatura da Globo.

Neste capítulo, foram apresentadas as hipóteses que guiaram a pesquisa e a metodologia deste estudo. Detalhamos os métodos utilizados para pesquisar as reportagens dos veículos de comunicação e como foi elaborada a classificação proposta pelo estudo para a análise de conteúdo das reportagens que compõem esta pesquisa. Apresentamos ainda os objetos analisados, ou seja, os veículos de comunicação estudados, e também os jornalistas que foram entrevistados. Adiante, exibimos os resultados do levantamento e da análise de conteúdo, compartilhamos as práticas e rotinas produtivas relatadas pelos repórteres e ainda as suas impressões sobre esta cobertura e sobre outras temáticas que envolvem as reportagens.

---

63 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/22/vencedores-do-emmy-internacional-de-jornalismo-sao-anunciados-em-cerimonia-virtual.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2023.

#### 4.

### Cobertura de gastos públicos durante a pandemia

No início da pandemia, a cobertura geral da imprensa se voltou muito para as questões sanitárias, para orientar a população. E se deixou meio de lado, nesse início, a questão da cobertura dos gastos públicos. E aí, eu estava dentro da minha área. A gente tem uma emergência sanitária que abre caminho para gastos vultuosos na área de saúde, né? Então, vamos começar a ver o que ninguém estava vendo (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor).

Enquanto uma parcela do mundo aprendia a viver aquela nova e forçada realidade de confinamento nos primeiros meses de 2020, tentando descobrir como trabalhar de casa, e a resolver outros tantos problemas envolvidos, o jornalista Ruben Berta se sentia razoavelmente à vontade para desempenhar suas atividades. Estava acostumado ao *home office*, já que trabalhava de casa há alguns anos. E a temática do momento lhe era atrativa. Especialista em cobertura de administração pública, sabia que uma emergência de saúde daquela proporção teria impacto sobre os gastos dos governos. Italo Nogueira, repórter da *Folha*, confessa que ficou um pouco perdido no começo da cobertura da pandemia, justamente porque o olhar dos grandes veículos no início estava voltado para discussões e decisões de medidas sanitárias, e, no caso da *Folha*, uma cobertura concentrada em São Paulo. “A gente tinha aqui (no Rio) uma cobertura mais diária, subiu ou desceu caso, vai ter hospital de campanha, não vai (...). Como entrar nessa cobertura? Era a única coisa relevante no mundo” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor). Ele se recorda que logo depois do fechamento das ruas, o então governador Wilson Witzel anunciou que iria construir um hospital de campanha. E que naquele momento havia uma corrida dos estados para comprar respiradores. “Sempre quando tem essas compras emergenciais, é um foco grande de desvio, de corrupção ou de alguma inadequação ali na licitação” (Ibid). O repórter da *Folha* conta que se preocupava em ter em mente que aquele era um momento singular, que mexia com os preços em todo o mercado de saúde. “Eu tinha muita preocupação do que eu estava lendo e o que era relevante ou não, o que era um indício mais claro de desvio, de irregularidade, e o que que era uma discussão de administração pública, que é normal” (Ibid.). O repórter Pedro Figueiredo, apesar de trabalhar presencialmente, estava em casa no começo do isolamento porque havia contraído Covid-19. E lembra que naquele período houve primeiro um esforço dos veículos em divulgar as orientações de saúde para a população. “E, segundo, uma tentativa de fiscalização dos gastos feitos

de maneira extraordinária em função do período de calamidade” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). Ele relata que também tinha a preocupação, quando começou a analisar os gastos, em levar sempre em conta que era um período de exceção, em que era natural que os preços de itens valiosos naquele momento, como respiradores, fossem mais elevados. “A compra pública se dá de uma maneira diferente de uma compra privada. Tem uma série de questões, por exemplo, de pagamento tardio, (...) quantidade. São questões que variam o preço, para cima e para baixo” (Ibid.). Com essa precaução em mente, a equipe do *RJ2*, conta Pedro, passa a se voltar também para os contratos firmados pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio.

O jornal que já tinha essa característica, um olhar para a política, para a investigação, de esmiuçar temas nas suas edições, ele se debruça nessa questão dos contratos da saúde do estado do Rio de Janeiro. E sem perder de vista a essência do telejornalismo, que é mostrar aquilo na prática, como a situação estava para a população. Dezenas de pessoas que não conseguiam internação em função dos respiradores que nunca chegaram, outras tantas por falta de vagas porque os hospitais de campanha nunca ficaram prontos (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

Nas próximas páginas, apresentamos as práticas, as rotinas produtivas e os métodos de apuração utilizados pelos repórteres e relatados em entrevista à pesquisa. Traçamos também um percurso da cobertura que apontou os indícios de irregularidades e corrupção na Secretaria Estadual de Saúde durante a pandemia. Detalhamos os resultados revelados pelo levantamento e pela análise de conteúdo. Compartilhamos ainda as percepções dos jornalistas entrevistados sobre as reportagens dos gastos do governo do Rio de Janeiro durante a pandemia e sobre outros assuntos que envolvem esta cobertura.

#### 4.1.

##### **Práticas, rotina e apuração**

Uma reportagem investigativa pode até ter início com denúncias que chegam às redações, mas não deve se basear exclusivamente nelas: é indispensável uma sólida pesquisa por parte do repórter, que vai buscar a informação de fontes primárias e não se contenta com as versões ou com as fontes secundárias. (...) Por isto, para a realização da reportagem investigativa, torna-se imprescindível o acesso às informações públicas (AGUIAR, 2006, p. 75).

O cotidiano da atividade jornalística é um esforço para “rotinizar” o trabalho, de modo a utilizar métodos no dia a dia para processar diferentes fatos e histórias, o que permite aos repórteres maior eficácia no ofício (TUCHMAN, 1978 *apud* TRAQUINA, 2005a). Essa rotina é identificada por repórteres e chefias como profissionalismo, um método de controle das atividades. É o domínio de técnicas de reportagem, como escrever o texto jornalístico, mas também saber quem acionar e quando, ou seja, dominar os procedimentos de apuração (ERICSON et al., 1987 *apud* TRAQUINA, 2005a). O jornalista Ruben Berta diz que apesar do confinamento que o início da pandemia impôs, a rotina de trabalho não foi significativamente modificada. Ele conta que quando escrevia no seu blog raramente conseguia ir para a rua fazer uma apuração, mesmo antes da pandemia, por falta de recursos. E que se dedicava à leitura de documentação, o que considera um método mais simples e barato.

Havia um impacto psicológico de estar confinado, aquela rotina muito massacrante da pandemia, mas para o trabalho em si, porque ele foi um trabalho muito de dedicação de leitura, basicamente estar debruçado no computador horas e horas, essa questão do confinamento não atrapalhou tanto (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor).

A rotina do repórter consistia em ler o Diário Oficial do Estado em busca de publicações sobre processos de compra ou contratação da área da Saúde. Naquele momento, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde tinha conferido o status de pandemia à Covid-19, e uma lei federal apelidada de “Lei do Coronavírus” (Lei Federal nº 13.979/2020) autorizava a dispensa de licitação para compras e contratações, para agilizar a aquisição de itens necessários ao combate à emergência sanitária (VARGAS et al., 2021). Identificando algum processo de compra no Diário Oficial, o repórter anotava o número de referência e buscava no Sistema Integrado de Informações (SEI), site da transparência do Governo do Estado que concentra processos administrativos, onde tinha acesso a todos os movimentos e documentos daquela contratação, desde a tomada de preços até a assinatura do contrato. Berta conta que foi comum receber dicas de fontes, que também ajudavam a confirmar se ele estava na direção certa.

Eu tinha ali duas ou três fontes que sempre me diziam “ah, beleza, é isso aí mesmo”, só para me dar uma certeza a mais. (...) Mas a fonte, no meu caso, diferente de um colunista, ela é sempre um princípio. Ela não é um fim. A fonte vai me dar uma dica, que eventualmente eu não tenha pegado, mas eu vou ter que

confirmar aquilo tudo no preto no branco, no papel. (...) Até por não ter essa estrutura jurídica por trás, eu precisava ter tudo muito bem documentado. Não adiantava eu jogar um *off*, alguma coisa nesse sentido, que pudesse abrir caminho para alguém eventualmente me processar (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor).

O repórter Italo Nogueira, da *Folha*, também avalia que o confinamento interferiu pouco na rotina, já que ele já trabalhava de casa. “A gente começou a fazer (reportagens) muito com base nos processos e nas informações que as pessoas passavam para a gente, e aí passava por e-mail, telefone, enfim” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor). No entanto, ele observa que a impossibilidade de encontrar pessoalmente com fontes foi um ponto de dificuldade. “Naquele período, como não podia se encontrar, tinha essa dificuldade de sair, encontrar com fonte, talvez a gente pudesse saber mais coisa do que soube naquele período”. Nogueira conta que teve auxílio de fontes que passavam informações relevantes de dentro da Secretaria Estadual de Saúde, o que ele considera ter sido fundamental para conseguir descrever o “clima” que havia dentro da pasta, com desavenças entre os então subsecretários Mariana Scardua e Gabriell Neves. No dia 4 de abril de 2020, a *Folha* publicou o que seria a primeira matéria dessa cobertura, noticiando a exoneração de Mariana Scardua e revelando o ambiente de disputas que havia dentro do órgão<sup>64</sup>. “Essa matéria da demissão da subsecretária foi fonte. E acho que foi boa para dar um clima do que estava acontecendo na secretaria no início da pandemia. Essas fontes anônimas foram importantes por isso”. Para ele, as informações que vinham de fontes eram dicas de para onde olhar. A partir dessas pistas, o repórter então fazia uma apuração nos processos públicos o que, de acordo com ele, dava mais segurança para as reportagens.

O repórter Pedro Figueiredo, do *RJ2*, acredita que o confinamento mudou a forma como estava acostumado a tratar com determinadas fontes, que preferem encontros pessoais por terem a perspectiva de que há menos risco de gerar provas de vazamento. Mas avalia que isso não atrapalhou o andamento das apurações e o resultado final das reportagens. Quando recebeu a primeira dica, o repórter estava isolado em casa com Covid-19. Ele lembra que a fonte dizia apenas que havia algo de errado com a compra dos respiradores pelo Governo do Estado. “Só que eu

---

64 Witzel exonera subsecretária de Saúde durante crise do coronavírus: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/witzel-exonera-subsecretaria-de-saude-durante-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

estava preso em casa e não tive muito o que fazer. Logo depois, o Ruben Berta deu uma reportagem mostrando que havia superfaturamento na compra desses respiradores, comprados por valores muito acima do mercado” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). Figueiredo conta que a avaliação de sua equipe num primeiro momento foi a de que seria muito difícil conseguir confirmar a informação do superfaturamento, já que era um momento de exceção, com os preços com variações anormais. “A não ser que um órgão de controle identifique esse superfaturamento, o jornalismo só consegue evidenciar um superfaturamento a partir de uma estimativa de qual seria o valor. (...) Então, nós pensamos: como podemos entrar nessa história?”. Algum tempo depois, o repórter foi procurado por outra fonte, que queria passar informações sobre as compras e também estava disposta a apontar os caminhos para aquela apuração. “Essa outra pessoa começou a me dar todo o caminho das pedras e uma descoberta, que até então eu não tinha, do SEI, e como lá estavam todos os processos administrativos de compras dos respiradores”. Ele conta que, assim como neste primeiro caso, as informações que chegavam das fontes indicavam por qual rota seguir com a apuração, ou seja, qual processo olhar com atenção, já que eram muitos.

É como uma trilha na floresta. Você está perdido e tem que encontrar qual o caminho para chegar onde você quer. Há uma infinidade de rotas, mas apenas uma vai te deixar no destino. E o que que essas fontes fizeram? “Olha, siga pela trilha azul que você vai chegar lá”. Poderia ter ido pela vermelha, pela verde, pela roxa e pela amarela, não teríamos chegado. Então, elas nos deram o caminho (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

O jornalista se recorda que a equipe também começou a fazer buscas ativas, para não ficar em função apenas do que as fontes passavam, com leitura rotineira e atenta do Diário Oficial à procura dos novos contratos. “Nem sempre o que a fonte acha que é uma boa notícia, é uma boa notícia. Esse filtro é do jornalista. Até porque não existe fonte desinteressada”. Figueiredo relata que o exercício era encontrar, a partir do que a fonte sugeria, algo de interesse público.

Às vezes, as fontes colocavam a gente em caminhos que, quando a gente percebia, tinham pouca relevância. E outros caminhos, que até para as fontes eventualmente não eram interessantes, mas com o conhecimento que a gente adquiriu, já sabia correr e encontrar o melhor caminho (Ibid.).

O repórter fala no plural porque a equipe contava com outros jornalistas para analisar o material e apurar as informações. “Foi um trabalho coletivo. Na época, a

gente tinha como produtor o jornalista Guilherme Boisson e como editor o Bruno Sponchiado. Então, era uma rotina de leitura de documentos. (...) A gente botou uma grande lupa nos documentos”. Ele conta que havia uma preocupação de dividir o material encontrado para que houvesse reportagens todos os dias. “Havia dias em que a gente tinha muitos achados e outros que tínhamos poucos achados. Então, a gente foi elencando e organizando de uma maneira que conseguisse passar para o telespectador uma sequência de notícias sobre o tema”. Figueiredo aponta que entre as ferramentas mais utilizadas pela sua equipe está o “Painel Covid-19”<sup>65</sup>, criado pelo Governo do Estado na época com informações de transparência de compras e contratações no âmbito da pandemia. O painel indicava o número do processo administrativo ao qual cada compra estava vinculada. A partir desse número, a equipe então pesquisava no Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ), onde teria acesso à todas as etapas do processo. O repórter conta que também era muito utilizado o cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal, em que é possível pesquisar por empresas e saber algumas informações, como em nome de quem estão registradas, qual o capital social, endereço, telefone e ramo de atuação. Com esses dados, eles então faziam buscas em redes sociais para cruzar informações e batiam presencialmente em endereços para verificar possíveis irregularidades.

Italo Nogueira conta que tinha familiaridade no uso da Lei de Acesso à Informação, mas utilizava esse mecanismo de transparência na sua forma passiva, ou seja, solicitando determinadas informações aos órgãos públicos. No entanto, nunca tinha usado o SEI-RJ, que disponibiliza informações de transparência de forma ativa. E que passou a navegar no sistema a partir das reportagens do *Blog do Berta*. O repórter diz que o SEI acabou sendo onde ele buscou a maioria das informações para esta cobertura.

Eu fui aprendendo a usar, porque eu não tinha usado. (...) Quando comecei a ver as matérias dele, eu via como que ele estava usando os documentos, ele colocava os prints, fazia referência ao SEI. E eu comecei a aprender com base nas matérias do Berta (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor).

---

65 <https://painel.saude.rj.gov.br/contratos/transparencia.html>. Acesso em: 13 jun. 2023.

## 4.2.

### **Das primeiras reportagens ao começo da queda do governo**

Quando o repórter Ruben Berta terminou de escrever as últimas linhas da reportagem, a reação dele foi chorar. O mundo havia entrado há algumas semanas num túnel sombrio sem previsão de saída. Naquele dia 26 de março de 2020 em que a publicação foi ao ar, a cidade do Rio havia decretado fechamento de lojas e restaurantes e adotado medidas para diminuir a circulação de pessoas pelas ruas<sup>66</sup>. “Estávamos eu e minha mulher em casa, e eu desabei de chorar. (...) As pessoas estavam morrendo e você tinha claramente uma pessoa – que aí a gente viu depois que era um grupo – querendo se aproveitar daquilo” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). A “pessoa” a quem Berta se refere é Gabriell Neves. Naquele dia, o jornalista publicou uma reportagem (Figura 1) sobre o então subsecretário executivo da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro<sup>67</sup>. Berta revelava que Neves, que é advogado, era acusado de dar um golpe de mais de R\$ 200 mil numa idosa que havia representado anos antes em um processo. A reportagem, que é praticamente um perfil de Neves, apresentava o histórico da carreira e remontava como o advogado havia entrado na vida política, de carona com o deputado estadual Gustavo Tutuca, do MDB, de quem havia sido subordinado em 2017 quando este parlamentar era secretário estadual de Ciência e Tecnologia, ainda no governo de Luiz Fernando Pezão. Depois disso, Neves foi ainda secretário de Saúde do município de Seropédica, na Baixada Fluminense. A reportagem não falava de nenhuma compra da secretaria, mas evidenciava que o executivo à frente dessas compras tinha um histórico que merecia atenção. E também destacava que enquanto Neves respondia ao processo pelo golpe contra a idosa, tinha ganhado poderes para assinar documentos de gestão orçamentária, financeira, contratual e licitatória, fundamentais para a gestão da Saúde. Esta reportagem não foi considerada em nosso levantamento porque não revelou nenhum indício de irregularidade ou desvio, mas foi citada pelo repórter Ruben Berta como a primeira da cobertura na visão dele e por isso merece menção.

---

66 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/22/decreto-mais-rigido-do-rio-contracovid-prevalece-sobre-regra-do-governo-estadual-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 27 mai. 2023.

67 <https://blogdoberta.com/2020/03/26/gestor-financas-saude-estado-rj-golpe-em-idosa/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

Eu comecei a perceber que tudo era assinado pela mesma pessoa, que era o Gabriell Neves, subsecretário executivo, que virou uma espécie de homem do dinheiro na Secretaria de Saúde. Então, o meu primeiro passo foi ver quem era esse cara. Aí vem aquela primeira matéria, uma espécie de mini perfil ali do Gabriell (...). E aquilo me pareceu extremamente preocupante. Você ter um cara que está cuidando aí de coisa de bilhão de reais e que tem no seu histórico recente um calote numa idosa que tinha que ter recebido uma indenização, é no mínimo temerário. Então, a partir dali eu começo essa cobertura (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor).



Figura 1 – Print do perfil do subsecretário Gabriell Neves no Blog do Berta

O repórter Italo Nogueira, da *Folha*, também destaca a importância desta reportagem do *Blog do Berta*. “Aquele perfil que ele fez do Gabriell Neves, não sei se sairia em algum jornal do Rio de Janeiro. Teve o mérito de colocar em destaque uma situação que eu não sei se a imprensa teria tanta atenção ao que estava acontecendo” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor).

A primeira reportagem considerada pelo levantamento foi publicada seis dias depois, em 1 de abril de 2020, no *Blog do Berta* (Figura 2). “Coronavírus: Estado do RJ faz seleção relâmpago com data errada para repassar R\$ 91 milhões a OSs”<sup>68</sup> revelava que o processo de seleção para gestão dos hospitais estaduais Anchieta e Zilda Arns desrespeitou o prazo previsto no próprio edital. Segundo a reportagem, foi tudo feito em um dia, com as datas erradas e ainda sem respeitar o prazo mínimo de 48 horas para entrega de documentos que determinava o edital. A matéria falava, então, de problemas em contrato para gestão de unidades assinado pela Secretaria Estadual de Saúde. Dois dias depois, veio a segunda reportagem: “Estado do RJ começa a comprar até sabonete sem pesquisar preço”<sup>69</sup>, que abordava a questão das compras sem licitação da Secretaria, o que seria aprofundado três dias depois. A matéria “Estado do RJ compra respiradores pelo dobro do preço com empresa de informática”<sup>70</sup>, publicada no dia 6 de abril, descreve como a empresa A2A Comércio Serviços e Representações havia firmado contrato de venda para o estado com sobrepreço calculado pela reportagem em quase R\$ 5 milhões. O sócio-gerente dessa empresa foi preso na mesma operação que levou Gabriell Neves para a cadeia um mês depois.

---

68 Coronavírus: Estado do RJ faz seleção relâmpago com data errada para repassar R\$ 91 milhões a OSs: <https://blogdoberta.com/2020/04/01/coronavirus-estado-rj-faz-selecao-relampago-data-errada-repassar-91-milhoes-oss/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

69 Coronavírus: Estado do RJ começa a comprar até sabonete sem pesquisar preço: <https://blogdoberta.com/2020/04/03/coronavirus-estado-do-rj-comprar-ate-sabonete-sem-pesquisar-precos/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

70 Estado do RJ compra respiradores pelo dobro do preço com empresa de informática: <https://blogdoberta.com/2020/04/06/rj-compra-respiradores-dobro-preco-empresa-informatica/>. Acesso em: 26 jul. 2023.



Figura 2 – Print da primeira reportagem da cobertura considerada pela pesquisa

Era apenas a primeira semana da cobertura. O *Blog do Berta* tinha publicado reportagens sobre irregularidades em uma seleção para contratar organizações sociais para gerenciar hospitais, descontrole sobre compras feitas sem pesquisa de mercado e sobrepreço em respiradores. A *Folha* havia noticiado a exoneração de uma funcionária do segundo escalão da Secretaria Estadual de Saúde<sup>71</sup>, que o *RJ2* também noticiou, citando a *Folha*, e também atribuindo a fontes internas da secretaria um descontentamento da subsecretária exonerada em relação a decisões do então subsecretário Gabriell Neves. A reportagem do *RJ2*<sup>72</sup> citava como exemplo uma contratação sem licitação de uma empresa para gerir o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no estado. Segundo a matéria, a

71 Witzel exonera subsecretária de Saúde durante crise do coronavírus: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/witzel-exonera-subsecretaria-de-saude-durante-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

72 Wilson Witzel exonera subsecretária de Saúde: <https://globoplay.globo.com/v/8457965/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

contratação já era necessária e vinha sendo discutida antes da pandemia, mas utilizando como argumento a lei federal que autorizava dispensa de licitação durante a emergência sanitária, a Secretaria fez a contratação. No dia 8 de abril, o *Blog do Berta* e a *Folha* publicaram reportagens<sup>7374</sup> sobre um parecer da subsecretaria jurídica da Secretaria Estadual de Saúde que classificava como irregular o processo de seleção “relâmpago” que havia contratado organizações sociais para gerir dois hospitais estaduais. O parecer técnico, publicado internamente e divulgado pelos veículos, corroborava a denúncia publicada uma semana antes pelo blog. A *Folha*, que citou o *Blog do Berta* como veículo que revelou o caso, destacou também que o subprocurador jurídico pedia a anulação dos contratos, que estaria com erros e vícios desde o princípio.

No mesmo dia, 8 de abril, a *Folha* publicou outra reportagem falando sobre mais uma contratação da Secretaria Estadual de Saúde, dessa vez um contrato ainda mais vultuoso, para gestão dos hospitais de campanha. “Responsável por hospitais de campanha em RJ e SP tem histórico de má gestão”<sup>75</sup> (Figura 3) revelou que a organização social Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas), que havia sido contratada para construir e gerir os hospitais, estava proibida pela Prefeitura do Rio de participar de disputas por contratos municipais em razão de irregularidades financeiras e administrativas. Mesmo assim, foi a vencedora de uma seleção (também classificada pela reportagem como “relâmpago”) para receber R\$ 835 milhões pelo serviço de seis meses. O Iabas também havia sido contratado pela Prefeitura de São Paulo para administrar os leitos do hospital de campanha da capital paulista, então a reportagem detalhou as duas contratações e descreveu os problemas de gestão que a organização social tinha em seu histórico. No dia seguinte, o *Blog do Berta* publicou reportagem noticiando a contratação do Iabas para gestão dos hospitais de campanha, citando a *Folha* e destacando que a justificativa para o gasto milionário tinha apenas duas frases e continha erros de

---

73 Coronavírus: Procurador diz que seleção de OSs para hospitais foi irregular: <https://blogdoberta.com/2020/04/08/coronavirus-procurador-selecao-oss-hospitais-estaduais-irregular/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

74 Subsecretário do RJ aponta ilegalidades e pede anulação de contrato de hospitais para coronavírus: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/subsecretario-do-rj-aponta-ilegalidades-e-pede-anulacao-de-contrato-de-hospitais-para-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

75 Responsável por hospitais de campanha em RJ e SP tem histórico de má gestão: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/responsavel-por-hospitais-de-campanha-em-rj-e-sp-tem-historico-de-ma-gestao.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

português<sup>76</sup>. Apontava ainda que o valor dos leitos previsto no contrato seria o dobro dos criados pela Prefeitura do Rio. O repórter da *Folha* Italo Nogueira relatou em entrevista à pesquisa que essa reportagem foi o primeiro contato dele com o SEI-RJ.

Eu lembro que uma das primeiras matérias que a gente fez foi um perfil da Iabas, que já tinha vários problemas na Prefeitura do Rio, tinha sido proibida de contratar com a Prefeitura do Rio. Então, era meio que mostrando que nessa situação de emergência, estava sendo entregue (a construção dos hospitais de campanha) para uma O.S. megacomplexada no que se refere ao oferecimento do serviço. De que forma isso poderia comprometer o atendimento das pessoas? (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor).



Figura 3 – Print da reportagem sobre a gestão dos hospitais de campanha

Logo depois das publicações do *Blog do Berta* e da *Folha*, o Governo do Estado colocou em sigilo o processo de contratação da organização social para gerir

<sup>76</sup> Sem seleção, Estado do RJ pagará R\$ 835 milhões a OS por hospitais de campanha: <https://blogdoberta.com/2020/04/09/sem-selecao-rj-pagara-835-milhoes-a-os-hospitais-de-campanha/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

os hospitais de campanha e processos com outras contratações emergenciais da Secretaria Estadual de Saúde. Ou seja, processos que até então eram públicos e acessíveis por qualquer pessoa através SEI, passaram a ser restritos somente a quem tivesse credenciais do governo. Os dois veículos publicaram logo em sequência reportagens denunciando essa manobra. O *Blog do Berta* destacava que a movimentação ocorreu sem base legal<sup>77</sup> e a *Folha* chamava atenção para o fato de que no total 11 processos tinham se tornado sigilosos, e que, somados, representavam um gasto de R\$ 1 bilhão<sup>78</sup>. No mesmo dia, o governo removeu o sigilo dos documentos. A situação foi registrada pelo *RJ2* na reportagem “Governo do RJ divulga contra contratos de compras emergenciais contra o coronavírus”<sup>79</sup>. A matéria cita as reportagens anteriores da *Folha* e diz que o governo “voltou atrás e decidiu divulgar os contratos”. A reportagem destacou a justificativa da Secretaria Estadual de Saúde sobre o caso, que atribuiu a ação a um servidor, que, segundo a Secretaria, colocou indevidamente os processos em sigilo.

No dia seguinte, 11 de abril, o então subsecretário Gabriell Neves foi temporariamente afastado do cargo. O *RJ2* e o jornal *O Globo* noticiaram o afastamento e classificaram a medida como uma resposta do governo ao episódio do sigilo, que foi lido pela imprensa como um ato de falta de transparência. A reportagem do *RJ2*<sup>80</sup> destacou uma nota da Secretaria Estadual de Saúde emitida para explicar o afastamento, que dizia que a medida asseguraria que os processos de auditoria externa pudessem ocorrer sem suspeição ou interferência. A matéria chamou atenção para o fato de que processos que deveriam ser públicos e acessíveis para qualquer um tinham se tornado sigilosos. E dizia que isso aumentava as desconfianças.

As suspeitas de irregularidades nos contratos emergenciais se intensificaram depois que processos administrativos foram colocados em sigilo de forma irregular. São contratações para gestão de hospitais e para compras de equipamentos e leitos durante a pandemia. Esses dados deixaram de constar no

---

77 Após reportagem, Estado do RJ tira do ar documentos sobre contratação de OS: <https://blogdoberta.com/2020/04/09/apos-reportagem-estado-rj-tira-ar-documentos-contratacao-os/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

78 Gestão Witzel impõe sigilo em documentos de contratações emergenciais de R\$ 1 bi contra coronavírus: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/gestao-witzel-impoe-sigilo-em-documentos-de-contratacoes-emergenciais-de-r-1-bi-contra-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2023.

79 Governo do RJ divulga contra contratos de compras emergenciais contra o coronavírus: <https://globoplay.globo.com/v/8473795/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

80 Subsecretário-executivo de saúde é afastado temporariamente: <https://globoplay.globo.com/v/8475760/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Sistema Eletrônico de Informações, um sistema público que pode ser acessado por qualquer cidadão (LUCCHESI & BOISSON, 2020, RJ2).

A matéria do jornal *O Globo*, que foi a primeira da cobertura publicada pelo veículo e não está assinada por nenhum repórter, citou o *RJ2* e a *Folha* para apresentar uma cronologia do caso, desde a divergência entre os subsecretários (revelada uma semana antes) até o episódio do sigilo<sup>81</sup>.

Houve ainda na cobertura outras ocasiões em que a transparência (ou a falta dela) foi o objeto de reportagens. O *Blog do Berta* publicou no dia 18 de abril a matéria “Estado do RJ esconde contratos de gestão de hospitais por organizações sociais”<sup>82</sup>, que relatava que mesmo após a repercussão de denúncias de irregularidades, as contratações ainda não tinham sido publicadas em Diário Oficial e nem entregues cópias ao Tribunal de Contas do Estado, para controle externo, desrespeitando prazos estabelecidos pela própria Secretaria Estadual de Saúde. A *Folha* publicou em 24 de abril a reportagem “Estados mais afetados, como SP e RJ, são menos transparentes em gastos com pandemia”<sup>83</sup>, em que apontava que São Paulo e Rio de Janeiro, que naquele momento tinham os maiores números absolutos de mortos pela Covid-19, disponibilizam informações sobre os contratos de forma discreta e de difícil acesso.

Alguns dias antes, em 17 de abril, o *RJ2* veiculou uma das reportagens mais importantes da cobertura<sup>84</sup>. A investigação feita pelos jornalistas descobriu que o processo emergencial de contratação da empresa para gerir os hospitais campanha tinha propostas plagiadas entre as concorrentes. Esse era o maior contrato da Secretaria de Saúde, totalizava R\$ 835 milhões, e a concorrência havia sido vencida pela organização social Iabas. A reportagem do *RJ2* revelou que duas outras empresas que concorreram pelo contrato apresentaram documentos com especificações idênticas. E que uma delas, uma firma pequena do estado de Minas Gerais, não reconhecia a inscrição na seleção. Foi a primeira reportagem que fez

---

81 Subsecretário-executivo de Saúde é afastado pelo governo do Rio: 'Transparência': <https://oglobo.globo.com/rio/subsecretario-executivo-de-saude-afastado-pelo-governo-do-rio-transparencia-1-24366008>. Acesso em: 25 jul. 2023.

82 <https://blogdoberta.com/2020/04/18/estado-rj-esconde-contratos-hospitais-organizacoes-sociais/>

83 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/estados-mais-afetados-como-sp-e-rj-sao-menos-transparentes-em-gastos-com-pandemia.shtml>

84 Processo de hospitais de campanha do RJ tem proposta plagiada: <https://globoplay.globo.com/v/8490908/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

uma constatação presencial. Uma equipe da Globo de Minas Gerais foi até o endereço da empresa em Belo Horizonte e conversou com a proprietária, que concedeu entrevista à reportagem, dizendo que não mandou a proposta e que aquilo se tratava de uma fraude (Figura 4). No fim desta reportagem, houve uma entrevista com o então secretário Edmar Santos. Ele dizia que o Governo do Estado já tinha tomado providências para que houvesse mais clareza nos processos. Essa foi a última entrevista sobre o tema que o secretário concedeu ao jornal, que o procurou outras vezes nas semanas seguintes. A partir dali, Edmar Santos, que desde o começo da pandemia tinha sido através da imprensa uma voz ativa nos assuntos de Saúde, optou por se manifestar apenas por nota ou por vídeos publicados em sites do governo.



Figura 4 – Print da reportagem do RJ2 sobre propostas plagiadas

A denúncia do *RJ2* foi numa sexta-feira. Na segunda-feira seguinte, dia 20 de abril, o então subsecretário Gabriell Neves, que estava afastado, foi demitido. A exoneração foi noticiada pelo *RJ2*<sup>85</sup>, que atribuiu a medida às suspeitas de irregularidades nos contratos assinados por ele. A reportagem lembrou as denúncias veiculadas pelo telejornal na sexta-feira anterior sobre as irregularidades encontradas pela investigação jornalística na concorrência pela gestão dos hospitais de campanha. A matéria também destacou um parecer da Procuradoria-Geral do

---

85 Ex-subsecretário de Saúde do Estado é exonerado por suspeita de irregularidades: <https://globoplay.globo.com/v/8496088/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Estado sobre a contratação emergencial do Iabas, que tinha sido concluído naquele dia e apontava ilegalidades no contrato com a organização social. Os procuradores relataram que não houve análise da assessoria jurídica da Secretaria Estadual de Saúde antes da contratação, como determina a lei, e que não havia especificação ou detalhamento sobre o que seria necessário na construção e gestão dos hospitais de campanha, o que deu margem à organização social elencar itens genéricos na proposta.

No mesmo dia, *O Globo* publicou uma reportagem que representou um passo importante num capítulo que tinha sido aberto no início da cobertura, mas ainda tinha sido pouco explorado. A notícia era que o Ministério Público abria uma investigação para apurar a compra de mil respiradores por R\$ 183 milhões<sup>86</sup> (Figura 5). A reportagem, que mencionava a exoneração de Gabriell Neves, revelava que o governo tinha antecipado pelo menos R\$ 18 milhões pelos equipamentos, necessários a pacientes internados com Covid-19. Fazia também uma comparação de preços de respiradores, elaborada pela reportagem com dados extraídos do site da transparência, que concluía que havia sobrepreço na contratação. A reportagem cita uma matéria do *Blog do Berta* de 6 de abril, que tinha apontado sobrepreço na compra de respiradores da empresa **A2A Comércio, Serviços e Representações**. A matéria de *O Globo* foi além, revelando indícios de irregularidades em compras com outras duas empresas: a **ARC Fontoura Indústria, Comércio e Representações** (que teria vendido os equipamentos por quatro vezes valor) e a **MHS Produtos e Serviços** (que teria feito a venda por nove vezes o valor de mercado). A reportagem também apontava inconsistências nos dados técnicos dos aparelhos comprados. E mostrava que as empresas não tinham qualquer experiência no ramo de venda de equipamentos de saúde, atuando em outras vertentes comerciais até então. Essa foi a primeira vez que houve menção na cobertura de todas essas empresas, que no mês seguinte tiveram seus controladores presos na operação “Mercadores do Caos”.

---

86 Coronavírus: MP abre investigação para apurar compra de ventiladores pulmonares por R\$ 183 milhões: <https://oglobo.globo.com/rio/coronavirus-mp-abre-investigacao-para-apurar-compra-de-ventiladores-pulmonares-por-183-milhoes-1-24384291>. Acesso em: 25 jul. 2023.



Figura 5 – Print da reportagem de O Globo sobre as compras de respiradores

A partir desse dia (pelo menos até o fim do levantamento), a compra dos respiradores se tornou o principal assunto da cobertura. No dia 30 de abril, a *Folha* publicou reportagem contendo um relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que apontava irregularidades na compra dos mil respiradores pela Secretaria Estadual de Saúde<sup>87</sup>. A matéria informava que nenhuma das empresas contratadas cumpriu o prazo de entrega e que dos mil respiradores comprados, apenas 52 tinham sido entregues. Segundo a reportagem, o TCE avaliou que as firmas não demonstraram capacidade para fornecer o volume de equipamentos definidos em contrato. No dia 4 de maio, uma reportagem do *Blog do Berta* noticiava que a compra dos respiradores foi alvo de uma auditoria de um setor da Secretaria Estadual de Saúde responsável pelo controle interno<sup>88</sup>. A auditoria, segundo a matéria, indicava que a compra tinha um “dano potencial” de desperdício de dinheiro público de R\$ 46 milhões por conta do sobrepreço constatado em relação às compras dos respiradores. A reportagem descrevia as compras com cada empresa, os valores pagos e destacava que os equipamentos não chegaram.

Naquele mesmo dia 4 de maio, o *RJ2* iniciou uma frente de reportagens sobre a compra dos respiradores<sup>89</sup>. Uma equipe de reportagem foi até endereços da empresa **MHS Produtos e Serviços**, que havia assinado contrato para vender 300

87 TCE aponta irregularidades em compras de respiradores no RJ:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/tce-aponta-irregularidades-em-compras-de-respiradores-no-rj.shtml>.

88 Auditoria aponta 'dano potencial' de R\$ 46 milhões em compras de respiradores e testes pelo estado do RJ: <https://blogdoberta.com/2020/05/04/auditoria-aponta-dano-potencial-46-milhoes-compras-respiradores-testes-estado-do-rj/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

89 Governo do estado compra mais de 700 respiradores e equipamentos não chegam: <https://globoplay.globo.com/v/8533083/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

respiradores à Secretaria Estadual de Saúde. Nenhum tinha sido entregue, mesmo duas semanas depois do prazo previsto. Em um dos endereços, um condomínio na Barra da Tijuca, o porteiro disse à reportagem que nunca funcionou ali nenhuma empresa (Figura 6). No outro local, em Guaratiba, a equipe encontrou uma casa antiga em que funcionaria o depósito da MHS (Figura 7). O funcionário da empresa não soube dizer onde estavam os respiradores. Por telefone, o dono da MHS atribuiu o atraso da entrega à problemas logísticos. A reportagem também mencionou que procuradoria da Secretaria Estadual de Saúde, que fazia controle interno, apontou que havia problemas na compra, como falta de pesquisa de preço, assinatura de contrato e publicação no Diário Oficial e ainda pagamento antecipado. A matéria informou ainda que o Tribunal de Contas do Estado também tinha aberto uma investigação e pedido explicações do secretário estadual de Saúde.





Figuras 6 e 7 – Print da reportagem do RJ2 sobre a MHS, uma das empresas que venderam respiradores à Secretaria Estadual de Saúde

No dia seguinte, mais uma reportagem. Dessa vez, o *RJ2* revelou que na contratação de uma das empresas, a **A2A Comércio, Serviços e Representações**, a autorização da despesa saiu antes mesmo da firma apresentar o valor da proposta, o que para os jornalistas seria um indício de fraude. O valor da contratação era de R\$ 59 milhões. Assim como nos outros contratos suspeitos, a assinatura de autorização de despesa era de Gabriell Neves, então subsecretário executivo de Saúde na época da contratação. A equipe de reportagem foi ao endereço de registro da empresa, no Centro do Rio (Figura 8). No prédio residencial, o porteiro informou aos jornalistas que não tinha ninguém em casa. Segundo a reportagem, os 300 respiradores comprados da empresa também não chegaram dentro do prazo estabelecido, apesar de o governo já ter pago parte do valor. A reportagem mostrou ainda que depois da assinatura do contrato e da exoneração de Gabriell Neves, a própria Secretaria Estadual de Saúde apontou problemas com a A2A, que não tinha apresentado documentos necessários previstos em lei para participar da contratação. E ainda que o contrato não tinha sido assinado nem publicado em Diário Oficial.



Figura 8 – Print da reportagem do RJ2 sobre a A2A, empresa que também vendeu respiradores

No dia 7 de maio, quando houve a prisão de Gabriell Neves, outros servidores e ex-servidores da Secretaria Estadual de Saúde e ainda de empresários ligados às empresas implicadas na investigação, *O Globo* e a *Folha de São Paulo* publicaram reportagens<sup>90</sup>91 noticiando a operação “Mercadores do Caos” e relembrando as denúncias que já haviam sido feitas pelos veículos. O *RJ2*, além de noticiar as prisões, também mostrou mais um capítulo da compra dos respiradores que nunca chegaram<sup>92</sup>. Dessa vez, sobre a situação da empresa **ARC Fontoura Indústria, Comércio e Representações**, que deveria ter fornecido 400 respiradores por R\$ 67 milhões, a maior compra desses equipamentos feita pela Secretaria. Diferentemente das outras contratações, em que as empresas concorreram sozinhas pelo contrato, no caso da ARC Fontoura, houve outras duas concorrentes. O *RJ2* analisou as propostas e os dados das empresas e descobriu que as duas empresas tinham dois sócios cada, todos com sobrenome “Fontoura”, sendo que uma mulher, “Maria Monteiro da Fontoura”, aparecia como sócia das duas empresas. A reportagem foi até os endereços e descobriu que eram empresas de fachada. No

---

90 MP do Rio apreende respiradores na operação Mercadores do Caos:

<https://oglobo.globo.com/rio/mp-do-rio-apreende-respiradores-na-operacao-mercadores-do-caos-24414728>. Acesso em 26 jul. 2023.

91 Justiça determina prisão de cinco em ação sobre combate a Covid-19 no RJ:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/justica-determina-prisao-de-cinco-em-acao-sobre-combate-a-covid-19-no-rj.shtml>. Acesso em 26 jul. 2023.

92 Ministério Público prende ex-subsecretário de Saúde por problema na compra de respiradores:

<https://globoplay.globo.com/v/8538605/?s=0s>. Acesso em 26 jul. 2023.

local onde funcionaria uma das firmas, uma galeria comercial na Taquara, havia apenas tapumes. No endereço da outra empresa, a equipe encontrou um imóvel residencial, onde morava Maria Monteiro da Fontoura, uma idosa que atendeu à reportagem. Ela disse que não havia feito nenhuma oferta ao governo e, perguntada sobre as empresas, disse que “tem muitos anos isso” e que achava que não existiam mais (Figuras 9 e 10).



Figuras 9 e 10 – Print de reportagem do RJ2 sobre a ARC Fontoura, empresa que também vendeu respiradores

A reportagem descobriu que a ARC Fontoura, apesar de no registro ter outro dono, era controlada por Maurício Fontoura, que era sócio de outra empresa que participou da concorrência e filho de Maria Monteiro da Fontoura, a idosa

entrevistada na casa. Ou seja, segundo a investigação jornalística, ele havia utilizado empresas de fachada no nome da mãe para entrar na concorrência. A reportagem mostrou que a ARC Fontoura foi a única das empresas que de fato entregou parte dos respiradores, 52 dos 400 contratados. Mas a Secretaria Estadual de Saúde disse que os equipamentos não atendiam às especificações técnicas e seriam devolvidos.

Foram presos no dia 7 de maio, além de Gabriell Neves: Gustavo Borges da Silva, superintendente de Logística, Suprimento e Patrimônio da Secretaria Estadual de Saúde; Cinthya Silva Neumann, apontada pelas investigações como dona de fachada da ARC Fontoura; e Aurino Batista de Souza Filho, proprietário da A2A. Nas semanas seguintes, a operação do Ministério Público “Mercadores do Caos” levaria à prisão ainda outros servidores da Secretaria Estadual de Saúde e donos de empresas que tinham fechado contratos com o órgão. As reportagens do telejornal e de outros veículos seguiram, mostrando denúncias de irregularidades em outros contratos da Secretaria Estadual de Saúde, como na compra de oxímetros<sup>93</sup> e também na contratação de leitos em hospitais particulares<sup>94</sup>. Em 17 de maio de 2020, o então Secretário Edmar Santos foi exonerado do cargo<sup>95</sup>. E foi preso no dia 10 de julho<sup>96</sup>.

O então governador Wilson Witzel foi afastado do cargo no dia 28 de agosto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) com base na investigação da operação “Tris in Idem”, do Ministério Público Federal (MPF), que apontava irregularidades na contratação de hospitais de campanha, compra de respiradores e medicamentos<sup>97</sup>. Este inquérito foi conduzido pelo MPF no âmbito do STJ, que é a instância que julga os governadores, já que o cargo tem foro por prerrogativa de função<sup>98</sup>. No processo de impeachment contra o governador, que foi aprovado na Assembleia

---

93 Descobertas irregularidades na compra de oxímetros para pacientes com Covid-19:

<https://globoplay.globo.com/v/8546386/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

94 Secretário de Saúde do Rio anuncia força-tarefa para investigar contratos:

<https://globoplay.globo.com/v/8549123/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

95 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/witzel-exonera-secretario-de-saude-do-rio-em-meio-a-investigacoes.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2023.

96 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/10/ministerio-publico-realiza-operacao-no-rj.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2023.

97 STJ afasta Witzel do cargo por suspeitas de irregularidades na saúde; vice é alvo de buscas:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/28/pf-cumprer-mandados-no-rj-nesta-sexta-feira.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2023.

98 O foro por prerrogativa de função e as restrições à sua aplicação no STJ:

<https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/O-foro-por-prerrogativa-de-funcao-e-as-restricoes-a-sua-aplicacao-no-STJ.aspx>. Acesso em: 26 jul. 2023.

Legislativa do Rio em 23 de setembro de 2020<sup>99</sup>, dois argumentos foram usados pelo relator. A contratação do Iabas para a gestão dos hospitais de campanha, apontada como fraudulenta. E a requalificação da organização social Unir Saúde, que havia sido desqualificada (proibida de contratar com o Governo do Estado) e, num ato do então governador, foi requalificada. O caso dos respiradores também foi debatido durante o processo. O julgamento foi no dia 30 de abril de 2021, quando os dez julgadores do Tribunal Especial Misto – formado por cinco deputados estaduais e cinco desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio – consideraram Witzel culpado por crime de responsabilidade na gestão de contratos da Saúde durante a pandemia. Ele perdeu o cargo e foi considerado inelegível por cinco anos<sup>100</sup>. Os respiradores que foram objeto das denúncias nunca foram entregues. Dos oito hospitais de campanha previstos inicialmente, apenas dois chegaram a funcionar e nunca com completa capacidade<sup>101</sup>. O do Maracanã foi fechado dois meses depois de abrir e o de São Gonçalo não chegou a completar um mês de funcionamento. No ano de 2020, 30 mil pessoas morreram de Covid-19 no estado do Rio de Janeiro, segundo registros de cartório<sup>102</sup>.

### 4.3.

#### **Resultados do levantamento e impressões dos repórteres**

Nas 36 reportagens analisadas, foram identificadas 128 fontes de informação, categorizadas entre “oficial documental”, “oficial declaratória”, “oficial de controle”, “oficiosa”, de “referência” e “testemunhal” (a forma de classificação foi detalhada no subcapítulo **3.1 Classificação das fontes**). Em média, foram identificadas 3,5 fontes de informação por reportagem.

---

99 Alerj aprova por unanimidade seguimento do impeachment de Wilson Witzel: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alerj-aprova-seguimento-do-impeachment-de-wilson-witzel/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

100 Tribunal aprova por unanimidade impeachment de Witzel, que fica inelegível por 5 anos: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/30/tribunal-especial-abre-a-sessao-para-decidir-impeachment-de-witzel-1.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2023.

101 Estado desativa hospitais de campanha do Maracanã e de São Gonçalo, transfere pacientes às pressas e surpreende profissionais de saúde: <https://oglobo.globo.com/rio/estado-desativa-hospitais-de-campanha-do-maracana-de-sao-goncalo-transfere-pacientes-as-pressas-surpreende-profissionais-de-saude-24537640>. Acesso em: 27 jul. 2023.

102 Pandemia levou RJ a recorde de mortes em 2020, com alta de 19% em um ano, aponta levantamento: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/15/pandemia-levou-rj-a-recorde-de-mortes-em-2020-com-alta-de-19percent-em-um-ano-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Tabela 1 – total de reportagens, fontes e divisão de fontes por categoria

	Berta	Folha	RJ2	Globo	total	
<b>fontes \ total de reportagens</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>36</b>	<b>%</b>
oficial documental	28	9	17	5	59	46,1
oficial declaratória	5	8	2	2	17	13,3
oficial de controle	11	7	4	2	24	18,8
oficiosa	1	1	4	0	6	4,7
referência	7	7	2	2	18	14,1
testemunhal	0	0	4	0	4	3,1
<b>total</b>	<b>52</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>11</b>	<b>128</b>	<b>100,0</b>

Como podemos ver na Tabela 1, do total de 128 fontes identificadas, 46,1% foram da categoria “oficial documental”, sendo esta a categoria com mais incidências no levantamento, ou seja, a maior parte das fontes utilizadas foi “oficial documental”. Em segundo, com 18,8% do total, a categoria de fonte “oficial de controle”. Em seguida, estão as fontes de “referência”, com 14,1%, e “oficial declaratória”, com 13,3%. As fontes “oficiosas” representaram 4,7% e as “testemunhais” 3,1%.

Olhando as estatísticas de cada veículo separadamente (Tabela 2), podemos observar que o *Blog do Berta* teve mais de metade (53,85%) das fontes identificadas classificadas como “oficial documental”. Em segundo lugar, “oficial de controle”, com 21,2%. Num patamar mais abaixo, “referência” e “oficial declaratória”, com 13,5% e 9,6%, respectivamente. “Oficiosa” representou 1,9% das fontes identificadas e não houve fonte “testemunhal”.

Tabela 2 – porcentagem de fontes identificadas por veículo

fontes	Berta	Folha	RJ2	Globo
oficial documental	53,8%	28,1%	51,5%	45,5%
oficial declaratória	9,6%	25,0%	6,1%	18,2%
oficial de controle	21,2%	21,9%	12,1%	18,2%
oficiosa	1,9%	3,1%	12,1%	0,0%
referência	13,5%	21,9%	6,1%	18,2%
testemunhal	0,0%	0,0%	12,1%	0,0%

Nas reportagens da *Folha*, das 32 fontes de informação identificadas, 28,1% foram categorizadas como “oficial documental”. Em segundo lugar, ficou a categoria “oficial declaratória”, com 25% das fontes identificadas. As fontes “oficial de controle” e de “referência” representam 21,9% cada. Já a categoria

“oficiosa” registrou 3,1%. Também não foi identificada nas reportagens da *Folha* a utilização de fonte “testemunhal”.

O *RJ2* teve mais da metade das 33 fontes identificadas classificadas como “oficial documental” (51,5%). As categorias “oficial de controle”, “oficiosa” e “testemunhal” ficaram empatadas, com 12,1% cada. Por fim, “oficial declaratória” e de “referência” representam 6,1% das fontes identificadas.

O jornal *O Globo*, por sua vez, das 11 fontes de informação observadas nas reportagens, 45,5% delas foram categorizadas como “oficial documental”. As fontes “oficial declaratória”, “oficial de controle” e de “referência” representam 18,2% do total, cada. E, assim como o *Blog do Berta* e a *Folha*, não houve incidência da fonte “testemunhal”.

Tabulamos também detalhadamente os dados que são essencialmente de transparência, ou seja, a categoria “oficial documental”. As fontes específicas identificadas foram documentos públicos, site da transparência (e aqui são incluídas apenas menções explícitas ao site da transparência ou ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI), contratos públicos, diário oficial e dados da Receita Federal.

*Tabela 3 – detalhamento da incidência de fontes específicas contidas na categoria “oficial documental”*

<b>oficial documental</b>	<b>Berta</b>	<b>Folha</b>	<b>RJ2</b>	<b>Globo</b>	<b>total</b>	<b>%</b>
documentos públicos	8	3	5	1	17	<b>28,81</b>
site da transparência	5	3	4	3	15	<b>25,42</b>
contratos públicos	8	2	1	0	11	<b>18,64</b>
diário oficial	6	1	4	0	11	<b>18,64</b>
dados da Receita	1	0	3	1	5	<b>8,47</b>

Como é possível observar na Tabela 3, 28,81% das fontes de informação foram documentos públicos, 25,42% informações do site da transparência, 18,64% de contratos públicos, 18,64% do diário oficial e 8,47% do site da Receita Federal. Como ficou evidenciado nas entrevistas com os repórteres, o mecanismo de obtenção dos dados mais utilizado foi o SEI, onde é possível inclusive obter documentos públicos e contratos públicos, fontes de informação que aqui entraram em separado porque nas reportagens não foi explicitado como o documento foi obtido.

Ruben Berta acredita que as informações obtidas por mecanismos de transparência tiveram um impacto de 90% no resultado de suas reportagens. “Se eu

não estivesse olhando tudo, todo dia, mais da metade das matérias ali não teriam acontecido. Porque o fato de estar olhando dados públicos e com olhar já afiado para aquilo que pode estar errado faz uma diferença gigantesca” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). O repórter Italo Nogueira, da *Folha*, afirma que o Sistema Eletrônico de Informações foi a ferramenta que ele mais utilizou para escrever as reportagens e diz que seria impossível ter feito essa cobertura sem acesso em tempo real aos documentos, como foi permitido com o SEI.

A Lei de Acesso à Informação dá um prazo de 20 dias para responder. (...) Considerando que a gente estava num momento de emergência, certamente isso seria usado para que as respostas não fossem dadas à contento. (...) Então, acho que seria impossível essa cobertura acontecer se os documentos não tivessem públicos. E aí, tenho que dar mérito para o nosso ex-governador Wilson Witzel” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor).

Pedro Figueiredo, do *RJ2*, acredita que a transparência é um facilitador, mas que não é a única forma de fazer jornalismo. “Você tem casos históricos, como Watergate. Até porque o documento pode ser vazado. Um processo administrativo pode ser vazado, ainda que não fosse público” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). O jornalista afirma, no entanto, que nesta cobertura a transparência teve um papel ativo. “As matérias poderiam ter ocorrido se não houvesse transparência. Mas talvez nós não tivéssemos o volume de reportagens com a velocidade que nós tivemos”.

As fontes categorizadas como “oficial declaratória”, ou seja, aquelas declarações de autoridades por entrevista ou por meio de comunicados da assessoria de imprensa representaram 13,3% do total de fontes identificadas (Tabela 1). Observando a estatística de cada veículo separadamente (Tabela 2), é possível perceber que a *Folha* teve uma incidência maior no uso desse tipo de fonte, com 25%, seguida do jornal *O Globo*, com 18,2%. O *Blog do Berta* teve 9,6% e o *RJ2* 6,1% de fontes identificadas classificadas nesta categoria. A fonte oficial é apontada por Schmitz (2011a, p. 9) como a preferida da mídia, por emitir informações aos cidadãos e tratar essencialmente do interesse público. O autor pondera, no entanto, que as fontes oficiais podem “falsear a realidade”. Nilson Lage (2008) explica que é comum que essas fontes sonheguem informações que possuem, destaquem apenas os aspectos que as convêm ou aleguem dificuldades que não existem para desestimular a busca por quem quer se informar. Segundo o autor, isso é feito para “preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos

dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder” (p. 63).

A fonte “oficiosa” representou apenas 4,7% das fontes identificadas em todas as reportagens (Tabela 1). Não houve nenhuma utilização identificada nas matérias do jornal *O Globo* (Tabela 1). Nas reportagens da *Folha* e do *Blog do Berta*, as fontes oficiosas representaram 3,1% e 1,9%, respectivamente. Nas reportagens do *RJ2*, essa categoria representou 12,1% das fontes identificadas. Lage (2008) indica que fontes sigilosas ou oficiosas geralmente possuem interesses particulares dentro de uma instituição, o que as torna preciosas, já que podem revelar as manobras utilizadas para sonegar informações, descritas no parágrafo anterior. Schmitz (2011a) pondera que para falar em *off*, é necessário que a fonte esteja em contínua relação de confiança com o repórter, para que o veículo não seja utilizado como mecanismo para divulgação de calúnias. Portanto, recomenda-se que a informação que chega por meio de fonte sigilosa seja tratada como ponto de partida da apuração em busca da informação precisa (ZERO HORA, 1994 *apud* SCHMITZ, 2011a). Os três repórteres responderam de forma semelhante sobre o uso de fontes anônimas ou sigilosas. Para eles, essas fontes auxiliaram para chamar atenção para uma compra irregular ou para dizer qual caminho percorrer, como ponto de partida de uma apuração, e as informações eram sempre corroboradas posteriormente com informações de transparência. “A transparência tem um papel de nos deixar menos reféns das fontes. O interesse da fonte é sempre privado. E o nosso é o interesse público” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). “Acho que as principais informações foram mais dicas para onde olhar. E aí, a gente ia batendo nos processos públicos, que era o que dava mais segurança para as matérias” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor).

Apenas nas reportagens do *RJ2* foram identificadas informações categorizadas como fonte “testemunhal”, representando 12,1% das fontes (Tabela 1). Nas matérias dos outros veículos, não houve nenhuma incidência desse tipo, em que a reportagem constata presencialmente alguma situação ou indício de irregularidade. Ruben Berta afirma que no *Blog do Berta*, pela falta de recursos, era raro ir para rua. Pedro Figueiredo acredita que o fato de o *RJ2* ter sido o único veículo a fazer constatações presenciais tem relação com a estrutura e também o tipo de meio de comunicação.

Deslocamento custa caro, custa tempo. O flagrante custa uma estrutura de foto, filmagem, uma série de coisas nesse processo produtivo. Acho também que existe a influência do meio. Um clássico até meio clichê nas redações é que tem coisas que são grandes notícias para jornal e que para televisão não valem nada. E coisas que para televisão são grandes notícias e o jornal não se interessa. Porque o meio de comunicação interfere nos critérios de noticiabilidade. Algo que renda uma superimagem tende a ser mais espetacular para a televisão do que para o jornal, por exemplo. Agora, por outro lado, algo que não tenha muita imagem, que seja uma coisa mais declaratória, de bastidor, dificilmente vai encontrar espaço na televisão, mas pode ser uma grande reportagem de jornal, de site, de texto escrito (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

No levantamento, foi possível identificar ainda que houve citações de outros veículos. Como observa Rodrigo Alsina (2009, p. 175), “o sistema de mídia se autorrealimenta”. O autor afirma que os meios proporcionam informações entre si e são citados como sendo fontes de informação, o que pode causar um efeito que chama de ‘bola de neve’. Ele observa que, a partir deste fenômeno, ocorre uma “autolegitimação do sistema informativo como fonte principal na construção do discurso jornalístico”. E que com a homogeneidade das publicações, acontece um efeito de eco “que reforça o tipo de realidade descrita pelo sistema da informação” (Ibid.). O *Blog do Berta* cita informações do *G1*<sup>103</sup> em uma reportagem e em outra cita informações reveladas pela *Folha*, que, por sua vez, citou o blog em quatro reportagens e a revista *Veja* em uma. O *RJ2* citou a *Folha* nas duas primeiras reportagens que foram ao ar. E *O Globo* citou o *RJ2* e a *Folha* em uma reportagem e o *Blog do Berta* em outra. No total, foram 12 citações a outros veículos nas 36 reportagens analisadas.

O jornalista Italo Nogueira, da *Folha*, acredita que quanto mais veículos escrevendo sobre um mesmo tema, a tendência é que a cobertura seja mais ampla, rica e completa. E que a competição é saudável, nesse aspecto. “O cara está dando o negócio e você quer aprofundar aquilo, e você vê que a coisa está crescendo. (...) É a relevância da multiplicidade de veículos, o que hoje em dia falta” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor). Ruben Berta diz que ficou magoado por não ter sido creditado pela *Globo* na época das reportagens. Mas também considera positivo quando vários veículos se dedicam a uma cobertura.

Não existe essa cultura, e as pessoas ficam meio com vergonha, sabe? Não sei. Uma coisa é você dar o crédito para a *Folha*, para o *Estadão*, outra coisa é dar para

---

103 Portal de notícias da Globo <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2023.

um blog que não necessariamente alguém conheça. Então, acho que existia isso um pouco no início da cobertura, isso deixa a gente um pouquinho chateado, mas é normal, isso passa. Mas acho que cada um teve a sua contribuição ali. (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor).

Os repórteres foram unânimes em reconhecer que a cobertura foi iniciada pelo *Blog do Berta* e seguida e aprofundada pelos outros veículos. “Se por um lado o Ruben Berta ficou muito focado na questão do superfaturamento, a gente ficou muito focado nas irregularidades dos processos administrativos, e acho que a *Folha* e *O Globo* encontraram outras possibilidades” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). Berta observa ainda que quando veículos de maior audiência começam a publicar matérias também, a proporção da cobertura se amplifica. “Quando entra a primeira, segunda matéria da Globo, meio que o Gabriell já cai (...). Então é óbvio que o impacto de veículo maior, que tá ali para todo mundo ver, ele é muito mais efetivo que eu no meu trabalho, que era um trabalho mais restrito” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). Nas primeiras reportagens, o *Blog do Berta* sequer obteve resposta do Governo do Estado, o que mudou depois que reportagens de outros veículos foram publicadas.

O que antes era restrito a um blog, muito sério, mas que tinha um alcance finito, para um leitor mais recortado, (...) se populariza depois que o *RJ2* entra na história. É quando as pessoas na rua começam a saber que tem irregularidades ali na Secretaria de Saúde (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

Os repórteres entrevistados divergem sobre o quanto a cobertura influenciou no impeachment de Wilson Witzel. Ruben Berta acredita que a queda do governador foi decorrente das reportagens. “Se você olhar até nos depoimentos de várias pessoas que foram ouvidas no processo, elas citam o blog como sendo o início de tudo. O próprio Gabriell, no processo de impeachment, ele cita as matérias como sendo o início de tudo” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). Italo Nogueira diz que as reportagens exerceram influência indireta na consequência política. “As operações foram aceleradas a partir da nossa cobertura, que tinha esse acesso irrestrito aos documentos. Mas o impeachment só aconteceu por conta das operações policiais, (...) nossa capacidade de informação era limitada” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor). Pedro Figueiredo acredita que as reportagens contribuíram para um clima de insatisfação que existia, um cenário político já conturbado. Mas aponta que foram outros fatores que levaram à queda do governador, como a inabilidade de formar uma base de apoio no parlamento.

Ele fez uma construção completamente equivocada, entendendo que o poder legislativo tinha que se submeter a ele. De repente, a gestão dele, que se vendeu como o mais probo de todos, demonstra um conjunto de coisas. Coisa 1: irregularidades na contratação. Coisa 2: se essas contratações fossem irregulares, mas os produtos tivessem sido entregues, o cenário poderia ter sido outro. Mas os hospitais de campanha (...) ficaram prontos só o do Maracanã e o de São Gonçalo, mas abaixo da capacidade. (...) Os respiradores superfaturados não chegaram. Então, aí você já tem dois erros. Você tem o erro administrativo, da gestão, do cuidado com o dinheiro público, que não houve. E você tem o erro da entrega. E nisso num momento em que a sociedade estava muito assustada com a pandemia (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

Os jornalistas responderam de forma convergente sobre a transparência do Governo do Estado, no sentido de que houve uma melhora com a criação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). “A criação do Sistema Eletrônico de Informações e a implementação no estado do Rio facilitou muito porque permite que você tenha acesso a praticamente todos os processos administrativos do Governo do Estado” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). No entanto, Italo Nogueira aponta dificuldades para usar o sistema e encontrar processos. “Eu fui aprendendo como encontrar, mas são muito difíceis. É feito para quem depende de encontrar essas informações, quem vai ficar o dia inteiro lá catando as informações, (...) não são públicas no sentido mais claro da palavra” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor). Ruben Berta chama atenção para o uso indevido do mecanismo que atribui sigilo a processos, que pode ser usado para impedir que alguma informação seja pública, como aconteceu durante a cobertura analisada. “Temos que ficar muito atentos. Quando alguns assuntos começam a ser delicados, mesmo os processos do SEI que teoricamente têm como regra serem públicos, eventualmente podem ser colocados em sigilo” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). Pedro Figueiredo acredita que houve um retrocesso nesse aspecto a partir da cobertura, desde que o então vice-governador Cláudio Castro assumiu o governo, o que o repórter considera uma resposta institucional não-oficial após as reportagens.

Hoje, depois que Wilson Witzel perdeu o cargo, grande parte dos processos presentes no SEI é considerada sigilosa. (...) Eu tenho certeza que essa cobertura e o impeachment do governador levaram a um retrocesso na transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro por uma preocupação ou uma tentativa de cerceamento do trabalho da imprensa (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

Os jornalistas também comentaram sobre a relevância que as reportagens tiveram para a sociedade. Italo Nogueira, da *Folha*, considera que a cobertura foi essencial para chamar a atenção do Ministério Público para que os promotores fizessem uma investigação mais aprofundada. E chamou atenção para a responsabilidade necessária quando se faz uma denúncia. “Muita coisa que a gente escreve é usado para embasar as ações do Ministério Público, para investigação (...). Para abrir um procedimento, para um pedido até de quebra (de sigilo), uma reportagem pode ser relevante” (NOGUEIRA, 2023, entrevista concedida ao autor). O repórter da *Folha* observa que os órgãos de controle podem ganhar tempo com revelações da imprensa. Pedro Figueiredo, do *RJ2*, analisa que nessa cobertura a investigação jornalística e a investigação criminal avançaram ao mesmo tempo. “A gente faz a descoberta num dia. No dia seguinte, tem uma operação do Ministério Público (...). A nossa investigação estava tão avançada que a gente traz um resumo do que foi essa operação, mas com um adendo e um complemento que só a gente teve” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor). Ruben Berta acredita que um dos impactos relevantes foi impedir que mais dinheiro público fosse gasto. “Conter o avanço daqueles gastos completamente absurdos, fora de propósito e que iam desancar em mais dinheiro para a corrupção (...). Acho que isso já é um grande avanço e um benefício para a sociedade” (BERTA, 2023, entrevista concedida ao autor). Figueiredo observa que durante a pandemia o jornalismo se reforçou enquanto instituição. “No momento em que a pandemia surge e no momento em que as redes sociais começam a se tornar um problema em relação a *fake news*, informações falsas, o jornalismo se torna ali um porto seguro de informação” (FIGUEIREDO, 2023, entrevista concedida ao autor).

Neste quarto capítulo, foram detalhadas as rotinas produtivas, as práticas e os métodos de apuração aplicados pelos jornalistas durante a cobertura – e descritos em entrevista. Também foi feita uma apresentação das reportagens que compuseram a cobertura e formam o *corpus* desta pesquisa, os resultados do levantamento feito a partir da análise das reportagens e ainda as percepções dos repórteres entrevistados sobre a cobertura em tela, a relevância do uso de dados de transparência e outros assuntos que perpassam o tema tratado.

## 5.

### Considerações finais

*Eu fui até onde consegui. Basicamente, trouxe a público as informações que estavam guardadas como segredo de Estado. Na realidade, o real poder de transformação do jornalismo é sempre assim, lateral e limitado. Embora às vezes possa trazer grandes revelações e suscitar profundas reflexões.*

Rubens Valente na “Newsletter dos Aliados” da *Agência Pública*<sup>104</sup>

Medir a relevância do jornalismo, de uma cobertura ou mesmo de uma reportagem não é tarefa fácil. Até porque o termômetro de cada um pode estar calibrado de maneira distinta. Por exemplo, os repórteres entrevistados para a pesquisa divergem sobre o tamanho da importância das reportagens para a sociedade e para consequências criminais e políticas das revelações publicadas por eles. O que não é motivo de controvérsia é que os fatos revelados nesta cobertura estavam, antes das reportagens, obscuros. E foram levados a conhecimento público graças ao jornalismo. Neste ponto, o jornalismo cumpriu seu papel de produzir o primeiro conhecimento sobre um fato. É assim com o jornalismo diário, nos acontecimentos relevantes da sociedade, foi assim com as revelações sobre as irregularidades do governo Wilson Witzel na pandemia. Analisando esta cobertura, foi possível perceber como o jornalismo se beneficia dos processos de transparência. A maioria das fontes de informação identificadas nesta cobertura é relacionada às ferramentas de acesso à informação. Como os próprios repórteres reconheceram, muitas reportagens não poderiam ter sido feitas sem acesso a esses sistemas. A credibilidade das matérias é incrementada a partir do uso dessas ferramentas, que balizam e dão fundamentos às denúncias publicadas. O jornalismo, numa via de mão-dupla, acaba também por contribuir no aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência. Seja a partir da fiscalização do poder público e da mera utilização das ferramentas, seja fiscalizando a própria falta de transparência, como foi o caso nesta cobertura quando reportagens revelaram

---

104 <https://mailchi.mp/6cd73543fe7d/newsletter193?e=1dcdcbf94f>. Acesso em: 23 mai. 2023.

que documentos que deveriam ser públicos tinham sido listados como privados e tido seu acesso impedido. Esse caso exemplifica a importância de jornalistas se apropriarem desses recursos e cobrarem melhorias nos mecanismos de transparência.

As citações ou falta de citações dos veículos entre si foram um ponto de tensão durante as entrevistas. Ao não citar o veículo que primeiro revelou uma denúncia até então inédita, o jornalismo deixa de valorizar o próprio jornalismo. No caminho oposto, ao fazer a citação, o veículo contribui para o fortalecimento do papel do jornalismo como agente fiscalizador, ao passo que colabora na legitimação de uma reportagem, de uma cobertura e da imprensa de forma geral.

Apesar da função de destaque do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado do Rio (SEI-RJ), citado pelos próprios repórteres como fundamental para a cobertura, também foi apontado que houve um retrocesso desde o impeachment de Wilson Witzel, já que muitos processos atualmente são colocados em sigilo sem aparente motivo para isso, sob a gestão do governador Cláudio Castro (PL), que era o vice-governador, assumiu quando Witzel foi afastado e se elegeu governador na eleição seguinte, em 2022. Esse recuo de transparência é entendido pelos jornalistas como uma reação negativa do poder público frente às denúncias que foram impulsionadas por informações obtidas através desse mecanismo, o que é preocupante. Investigações futuras, jornalísticas ou acadêmicas, podem esclarecer a questão.

Sobre o papel dos veículos, cada um à sua forma e com impactos distintos proporcionou algum tipo de contribuição para a cobertura. É inegável que o *Blog do Berta* teve o papel de vanguarda ao ser o primeiro a publicar denúncias sobre o assunto. Não apenas no começo, mas por todo o período analisado, sendo o veículo com mais reportagens publicadas nesse espaço de tempo. O blog também municiou outros jornalistas com possíveis caminhos a percorrer durante a cobertura. A *Folha*, segunda a publicar reportagens, abriu frentes importantes, como ao noticiar a desconfiança que pairava sobre a organização social Iabas, que havia ganhado a concorrência para gerir os hospitais de campanha. Por ser um jornal tradicional, a entrada da *Folha* na cobertura representa a chegada da “grande imprensa” num assunto que até então estava restrito a uma audiência limitada. Esse impacto aumenta ainda mais quando o *RJ2* passa a veicular notícias com denúncias, que é quando começam a acontecer movimentações do Ministério Público e do próprio

governo. O *RJ2* tem outros méritos nessa cobertura. Foi a partir das reportagens do telejornal que o assunto deixou de ser apenas letras na tela, documentos, inconsistências de processos públicos, e passou a ser uma denúncia de carne e osso. Quando a equipe de reportagem vai pessoalmente aos endereços das empresas e entrevista pessoas ligadas às concorrências (mas que não sabiam nem do que se tratava), começam a aparecer na tela os contornos de um escândalo. A imagem que constata que não funciona nada num endereço listado como sendo de uma empresa tem o poder de ilustrar melhor do que qualquer documento. O jornal *O Globo* não publicou um número grande de reportagens durante o intervalo analisado, quando inclusive o caderno “Rio”, onde são publicadas as reportagens sobre a cidade na edição impressa, ficou suprimido. Analisando todas as edições do período, foi possível perceber que havia na redação um foco grande sobre as decisões nacionais sobre a pandemia, no aumento de casos de Covid-19 e em orientar a população sobre como se comportar diante das restrições sanitárias. Também foi um período de conturbação política, com a saída do então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, a ruptura do então ministro da Justiça Sérgio Moro com o governo Bolsonaro e a briga política entre o então presidente com os governadores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ficou evidente, ao menos em análise superficial, que a prioridade era essa cobertura. Isso pode ser revelador sobre a mudança do perfil do veículo, já que em um estudo de 2014, a pesquisadora Sylvia Moretzsohn, que havia acompanhado as mudanças em *O Globo*, definiu a editoria Rio como a mais relevante do jornal. Estudos futuros podem investigar essa questão. No entanto, apesar do escasso número de reportagens, *O Globo* revelou um capítulo importante da cobertura, quando citou de forma inédita as empresas envolvidas com a compra dos respiradores (aqueles que nunca chegaram), as quais tiveram os donos presos posteriormente.

No que se refere às hipóteses deste estudo, elas foram em boa medida confirmadas pelos resultados da pesquisa. A primeira – os dados públicos obtidos por meio de ferramentas de acesso à informação e transparência foram fundamentais para as reportagens e para a cobertura – foi confirmada pelo levantamento, que constatou que a maioria das fontes de informação utilizadas foi desse tipo, e ainda corroborada pelas entrevistas com os repórteres. As percepções dos jornalistas sobre o tamanho da importância desses dados são diferentes. Mas

todos concordaram que as informações de transparência tiveram papel ativo na cobertura e, principalmente, na velocidade com que as revelações foram feitas.

A segunda hipótese também foi confirmada: as ferramentas de acesso à informação e transparência, ainda que imperfeitas, funcionaram nesse caso. O jornalista Ruben Berta, que foi o repórter que mais matérias publicou durante o período analisado, disse que seria impossível fazer as reportagens sem as informações de transparência, visão compartilhada pelo repórter Italo Nogueira. Como o levantamento relevou, informações de fontes de transparência foram a maioria entre as identificadas. Mesmo que a própria falta de transparência do governo tenha sido alvo de reportagens, o que demonstra quão falho o mecanismo pode ser, os jornalistas tiveram acesso a documentos e informações que contribuíram significativamente para balizar reportagens.

A hipótese de que informações públicas contribuem para o aumento da credibilidade do jornalismo foi confirmada nesse caso, conforme a literatura anterior já indicava. Lisboa e Benetti (2015) apontam que o discurso jornalístico se torna confiável conforme consegue apresentar provas de sua veracidade, sejam fotos ou documentos que comprovem seu testemunho. Aguiar (2014) observa que é fundamental que os jornalistas tenham acesso às informações públicas, mesmo que a apuração da reportagem comece com uma dica de alguma fonte. Todos esses itens foram cumpridos pelos veículos, que apresentaram documentos que baseavam as reportagens e, no caso do *RJ2*, as reportagens exibiram imagens do testemunho da equipe sobre os indícios de irregularidades. E, como foi relatado pelos três repórteres entrevistados, mesmo que uma apuração se iniciasse com informação vinda de fonte sigilosa, a reportagem só era publicada conforme se conseguisse lastrear aquelas e outras informações com documentos públicos. Durante a entrevista para este estudo, o repórter Ruben Berta relatou que teve uma grande preocupação em sempre basear as informações que publicava com dados de fontes oficiais, por receio que houvesse algum processo contra seu blog, o que poderia inviabilizar sua atividade, já que não contava com recursos para um processo judicial. Ele disse que, apesar de ameaças, não recebeu nenhum processo.

A quarta hipótese – quando mais de um veículo se dedica a investigar um mesmo assunto, esse trabalho conjunto, ainda que não coordenado, reforça a relevância da imprensa e o papel fiscalizador do jornalismo – se revelou deveras abstrata e complexa de atestar. O levantamento por si só não seria capaz de medir,

já que se trata de uma hipótese basicamente perceptiva. As entrevistas com os repórteres poderiam indicar caminhos para a resposta. Ruben Berta disse que é importante que mais veículos entrem numa cobertura pela variedade de recursos que existem. Italo Nogueira acredita que a concorrência entre jornalistas e veículos é saudável para o jornalismo e que isso contribuiu para uma variedade de olhares e para uma cobertura mais ampla. Pedro Figueiredo também vê a multiplicidade na cobertura como positiva e observa que quando há diversos veículos num caminho parecido, a construção é mais palatável e se aproxima o máximo possível do que de fato aconteceu. As percepções dos jornalistas são opiniões individuais e não poderiam estabelecer uma relação direta entre a cobertura conjunta e o que aconteceu depois. O que é possível afirmar é que nesse caso, com base no levantamento e nas entrevistas que fizemos, houve uma retroalimentação dos veículos entre si, e, ainda que não coordenado, esse esforço conjunto resultou em consequências diretas, como a exoneração de funcionários públicos e a abertura de investigação pelo Ministério Público (que utilizou uma reportagem como parte da justificativa para instaurar o inquérito), e indiretas, já que a partir de descobertas da investigação criminal houve a consequência política do processo de impeachment. Portanto, ainda que a hipótese seja ampla, podemos considerar que esse caso foi um exemplo em que o jornalismo cumpriu seu papel fiscalizador e, ao revelar informações que tiveram impacto no processo social, acabou por reforçar a relevância do jornalismo, e, por consequência, da imprensa. Ainda que não seja possível afirmar categoricamente que houve uma relação causal, em que o fato de veículos distintos se dedicarem a uma cobertura reforçou o papel fiscalizador do jornalismo e a relevância da imprensa, é razoável considerar que as duas afirmações são verdadeiras. Houve um esforço conjunto dos veículos nesta cobertura, ainda que não coordenado, que impactou em consequências posteriores. E a cobertura resultou no reforço do papel fiscalizador do jornalismo e da relevância da imprensa.

Como disse o jornalista Rubens Valente, na citação que abre este capítulo, o jornalismo tem uma capacidade de transformação lateral e limitada, mas pode fazer importantes revelações e provocar grandes reflexões<sup>105</sup>. A análise da contribuição das reportagens jornalísticas para o processo de responsabilização de entes públicos e do subsequente impeachment do governador Wilson Witzel revela

---

105 <https://mailchi.mp/6cd73543fe7d/newsletter193?e=1dcdf94f>. Acesso em: 23 mai. 2023.

uma intersecção complexa entre o papel da imprensa e os eventos políticos. Embora não seja prudente atribuir relação direta, é inegável que as reportagens desempenharam um papel significativo no desfecho. As investigações jornalísticas lançaram luz sobre irregularidades e possíveis atos ilícitos no governo Witzel, capturando a atenção da sociedade e estimulando a demanda por transparência e responsabilização. A cobertura midiática gerou um efeito cascata, disseminando as revelações e consolidando um sentimento de indignação público, em um momento delicado como uma crise sanitária. A pressão exercida pela divulgação desses fatos tornou mais vulnerável a já frágil base de apoio político do então governador e contribuiu para inflamar as discussões políticas e catalisar as ações formais que levaram ao processo de impeachment. Então, embora não seja possível atribuir o impeachment somente às reportagens, elas certamente forjaram uma narrativa convincente e fundamentada, essencial para dar sustentação ao movimento pela remoção do governador do cargo. O impeachment foi apontado pelo jornalista Ruben Berta como uma maneira de dar fim ao escândalo. Usando as palavras do repórter, o então governador foi pego como “boi de piranha”, ou seja, responsabilizado para se estancar um problema, como bode expiatório. O que aconteceu com outros investigados, presos e denunciados? Estudos futuros podem esclarecer o efeito final na área criminal para além do escândalo momentâneo.

A interação entre o jornalismo investigativo e a arena política evidenciou a relevância da imprensa como um contrapeso essencial ao poder estatal, contribuindo para a salvaguarda dos princípios democráticos e de *accountability*. As ferramentas de transparência e acesso à informação, centrais na cobertura analisada, reforçam sua função na promoção de responsabilização e na garantia de uma governança mais aberta. O papel dos jornalistas é crucial nesse processo, uma vez que são eles, em muitas ocasiões, os agentes responsáveis por transformar os dados públicos em narrativas compreensíveis. No entanto, a luta por uma governança transparente é uma missão compartilhada, que requer a união de esforços de todos. A adoção, manutenção e aperfeiçoamento contínuo de ferramentas de transparência e acesso à informação demandam um empenho coletivo no caminho para uma democracia aprimorada e uma sociedade mais justa.

## Referências Bibliográficas

ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Uso da Lei de Acesso a Informações por Jornalistas: 4º Relatório de Desempenho**. São Paulo: Abraji, 2021. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/publicacoes/relatorio-da-lei-de-acesso-a-informacoes-por-jornalistas-4o-relatorio-de-desempenho>. Acesso em: 21 jan. 2023.

AGUIAR, Leonel. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Revista Alceu** - v.7 - n.13 - p. 73 a 84 - jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)**, v. V, p. 13-23, 2008.

\_\_\_\_\_. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (org.). **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Ed.PUC-Rio/Sulina, 2009. p. 163-183.

\_\_\_\_\_. Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014, p.219-235.

AGUIAR, Leonel Azevedo de; ROXO, Luciana de Alcantara. A credibilidade jornalística como crítica à “cultura da desinformação”: Uma contribuição ao debate sobre fake news. **MÍDIA E COTIDIANO**, v. 13, p. 162-186, 2019

BARBOSA, Fernanda da Cunha. **Jornalismo potencializador e as formas de narrar o outro** - a alteridade brasileira no New York Times. Orientador: Renato Cordeiro Gomes. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARRETTA, Leonardo Medeiros; CERVI, Emerson Urizzi. Contra agendamento: evoluindo na hipótese do agenda-setting. **Anais... INTERCOM**, 2012. Chapecó, SC.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento**. 24ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF; Presidência da República, 1988.

BRENOL, Marlise Viegas. Jornalismo e transparência pública digital: aliados pela qualidade do debate público. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, e-94992, jan./dez. 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583202152.94992>. Acesso em: 22 mar. de 2023.

CARDOSO, Pedro de Figueiredo. **Repórteres da madrugada**: práticas, rotinas e estratégias no processo de construção da notícia. Orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2017.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2014, p.62-83.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2014.

FELIX, C. B.; MENDES, L. de M. R.; FONTES, H. P. de B. Juventude e consumo de notícias: comportamento geracional e hábitos culturais. **Novos Olhares**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 22-32, 2018. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2018.131880. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/131880>.

FERNANDES, Gabriela Matos Ferreira. **Jornalismo de esgotamento**: a precarização do trabalho jornalístico na pandemia. Orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2021.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2014.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A disputa e o conflito na construção da notícia política. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22., 1999, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Intercom, 1999.

\_\_\_\_\_. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Crítérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014, p.85-114.

GONÇALVES, Francisco Eduardo; STACCIARINI, Isa Coelho; NASCIMENTO, Solano. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e respostas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 130-140, 2018.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O Percorso Interativo na Produção da Notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

ITUASSU, Arthur; CAPONE, Letícia; LEO, Luiz F.F.; MANNHEIMER, Vivian; PECORARO, Caroline. **Mídias digitais, eleições e democracia no Brasil**: uma abordagem qualitativa para o estudo de percepções de profissionais de campanha.

DADOS, Rio de Janeiro, vol.66, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.294>.

KAMEL, Ali. Prefácio. In: MEMÓRIA GLOBO (organização). **Correspondentes: bastidores, histórias e aventuras de jornalistas brasileiros pelo mundo**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Globo Livros, 2018.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LISBOA, S.; BENETTI, M. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. *Brazilian Journalism Research*, v.11, n.2, p.10-29, 2015.

MAGNOLO, Talita Souza; PEREIRA, Aline Andrade. O papel desempenhado pelo jornal O Globo ao golpe de 64. In: **XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-0160-1.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MASSONI, Luis Fernando Herbert; MORIGI, Valdir Jose; ENGELMANN, Solange Inês; VIANA, Arthur Walber. Transparência no acesso à informação e as memórias virtuais da ditadura militar no site Brasil: Nunca Mais Digit@al. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 173-184, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/255085/000984342.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MATOS, Ludimila Santos. **Telejornalismo, estéticas do real e vídeos amadores: um estudo de caso do RJTV 1a. edição**. Orientador: Leonel Azevedo de Aguiar. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2011.

MAURÍCIO, Patrícia. A desintegração do modelo de negócios do jornalismo e tentativas para financiar reportagens de qualidade na internet. In: **Revista Alceu**, vol.17, n.35, ed. 35, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v18.ed35.2017.119>

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media**. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford (Reino Unido): Oxford University, v.36, n.2, p.176-187, verão de 1972.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 55–75, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n1p55. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13520>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MEDITSCH, Eduardo. *O Conhecimento do Jornalismo*. 1. ed. Florianópolis; ed. UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Santa Catarina, 1997. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso**: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Orientadora: Karla Maria Müller. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. O “novo ritmo da redação” de *O Globo*: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 59-79, 2014.

PARANHOS CALDERON, M. A Evolução do Direito de Acesso à Informação até a Culminância na Lei n. 12.527/2011. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 4, n. 2, p. 25–47, 2014. DOI: 10.31412/rbcp.v4i2.199. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/199>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PENA, Felipe. A teoria do jornalismo no Brasil após 1950. In: SOUSA, Jorge Pedro (org.). **Jornalismo**: história, teoria e metodologia: perspectivas luso-brasileiras. Porto (Portugal): Edições Univ. Fernando Pessoa, 2008, p.226-295.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. Os métodos de apuração. In: **A Apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p.67-92.

PULITI, Paula. **O juro da notícia**. Jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro. Florianópolis: Insular, 2013.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Claudia Miranda; Aguiar, Leonel Azevedo de (Orientador). **Um estudo de caso sobre o jornalismo de dados abertos**: método, evidência e transparência nas rotinas produtivas no Brasil e na Inglaterra. Rio de Janeiro, 2021, 515 p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SARAIVA, André. **A implementação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap) - Secretaria de Gestão (SEGES/MP), 2018. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3455>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SCHMITZ, Aldo Antonio. As Fontes nas Teorias do Jornalismo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Anais**. Caxias do Sul, RS, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0779-1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Classificação das fontes de notícias**. Florianópolis, SC: UFSC, 2011a. Disponível em <https://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: **Combook**, 2011b.

\_\_\_\_\_. O jornalista como guardião da sociedade: um cão de guarda na coleira. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2018, São Paulo. **Anais**. São Paulo: FIAM-FAAM/Anhembi Morumbi, 2018. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1511/935>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SOUSA, V. R.; BENEVIDES, P. Acesso à informação como ferramenta de combate à corrupção por jornalistas investigativos. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 756–782, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**; São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: volume I – porque as notícias são como são?** 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo: volume II – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: A study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

VARGAS, D. B.; MENEZES, B. G.; RANGEL, I. M. DISPENSAS DE LICITAÇÃO DURANTE A COVID-19: Como os estados brasileiros motivam suas decisões? **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 126–181, 2021. DOI: 10.21783/rei.v7i1.607.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in South America: news, accountability and democracy**. Nova York: Columbia University Press, 2000.

### **Entrevistas concedidas ao autor**

BERTA, Ruben. Entrevista concedida a Lucas von Seehausen, via Zoom, em 12 de abril de 2023.

FIGUEIREDO, Pedro. Entrevista concedida a Lucas von Seehausen, via Zoom, em 28 de maio de 2023.

NOGUEIRA, Italo. Entrevista concedida a Lucas von Seehausen, via Zoom, em 22 de maio de 2023.

## Reportagens do *corpus*

### BLOG DO BERTA

BERTA, Ruben. Coronavírus: Estado do RJ faz seleção relâmpago com data errada para repassar R\$ 91 milhões a OSs. **Blog do Berta**, 01 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/01/coronavirus-estado-rj-faz-selecao-relampago-data-errada-repassar-91-milhoes-oss/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Coronavírus: Estado do RJ começa a comprar até sabonete sem pesquisar preço. **Blog do Berta**, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/03/coronavirus-estado-do-rj-comprar-ate-sabonete-sem-pesquisar-precos/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Dono de empresa que assumiu Samu no RJ já foi expulso do Serviço Público. **Blog do Berta**, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/06/dono-empresa-samu-rj-expulso-servico-publico/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Estado do RJ compra respiradores pelo dobro do preço com empresa de informática. **Blog do Berta**, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/06/rj-compra-respiradores-dobro-preco-empresa-informatica/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Coronavírus: Procurador diz que seleção de OSs para hospitais foi irregular. **Blog do Berta**, 08 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/08/coronavirus-procurador-selecao-oss-hospitais-estaduais-irregular/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Sem seleção, Estado do RJ pagará R\$ 835 milhões a OS por hospitais de campanha. **Blog do Berta**, 09 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/09/sem-selecao-rj-pagara-835-milhoes-a-os-hospitais-de-campanha/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Após reportagem, Estado do RJ tira do ar documentos sobre contratação de OS. **Blog do Berta**, 09 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/09/apos-reportagem-estado-rj-tira-ar-documentos-contratacao-os/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Falta de transparência tornou subsecretário de Saúde réu em Seropédica. **Blog do Berta**, 11 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/11/falta-transparencia-subsecretario-saude-reu-seropedica/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Estado do RJ contrata empresa investigada no RS para construir hospital em Nova Iguaçu. **Blog do Berta**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/14/estado-rj-contrata-empresa-investigada-rs-hospital-nova-iguacu/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Assessor de subsecretário afastado vai comandar sindicância na Saúde. **Blog do Berta**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/14/assessor-de-subsecretario-afastado-vai-comandar-sindicancia-na-saude/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Como a má gestão está jogando fora o dinheiro da Saúde no Estado do RJ. **Blog do Berta**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/16/como-ma-gestao-esta-jogando-fora-dinheiro-saude-estado-rj/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Estado do RJ esconde contratos de gestão de hospitais por organizações sociais. **Blog do Berta**, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/18/estado-rj-esconde-contratos-hospitais-organizacoes-sociais/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Coronavírus: antibiótico foi superfaturado em R\$ 9 milhões no Estado do RJ. **Blog do Berta**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/20/coronavirus-antibiotico-superfaturado-9-milhoes-estado-rj/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Novo gestor das finanças da Saúde do Estado do RJ era assessor na Cedae. **Blog do Berta**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/04/20/novo-gestor-financas-saude-rj-era-assessor-cedae/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Orçamentos de novo contrato atestam a confusão nos gastos da Saúde no RJ. **Blog do Berta**, 02 mai. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/05/02/novo-contrato-confusao-gastos-saude-rj/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BERTA, Ruben. Auditoria aponta 'dano potencial' de R\$ 46 milhões em compras de respiradores e testes pelo estado do RJ. **Blog do Berta**, 04 mai. 2020. Disponível em: <https://blogdoberta.com/2020/05/04/auditoria-aponta-dano-potencial-46-milhoes-compras-respiradores-testes-estado-do-rj/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

## FOLHA DE SÃO PAULO

NOGUEIRA, Italo; SEABRA, Catia. Witzel exonera subsecretária de Saúde durante crise do coronavírus. **Folha de São Paulo**, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/witzel-exonera-subsecretaria-de-saude-durante-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo; SEABRA, Catia. Responsável por hospitais de campanha em RJ e SP tem histórico de má gestão. **Folha de São Paulo**, 08 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/responsavel-por-hospitais-de-campanha-em-rj-e-sp-tem-historico-de-ma-gestao.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo. Subsecretário do RJ aponta ilegalidades e pede anulação de contrato de hospitais para coronavírus. **Folha de São Paulo**, 08 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/subsecretario-do-rj-aponta-ilegalidades-e-pede-anulacao-de-contrato-de-hospitais-para-coronavirus.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo. Gestão Witzel impõe sigilo em documentos de contratações emergenciais de R\$ 1 bi contra coronavírus. **Folha de São Paulo**, 09 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/gestao-witzel-impoe-sigilo-em-documentos-de-contratacoes-emergenciais-de-r-1-bi-contra-coronavirus.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo; ZANINI, Fábio. Estados mais afetados, como SP e RJ, são menos transparentes em gastos com pandemia. **Folha de São Paulo**, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/estados-mais-afetados-como-sp-e-rj-sao-menos-transparentes-em-gastos-com-pandemia.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo; SEABRA, Catia. TCE aponta irregularidades em compras de respiradores no RJ. **Folha de São Paulo**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/tce-aponta-irregularidades-em-compras-de-respiradores-no-rj.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo. Justiça determina prisão de cinco em ação sobre combate a Covid-19 no RJ. **Folha de São Paulo**, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/justica-determina-prisao-de-cinco-em-acao-sobre-combate-a-covid-19-no-rj.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Italo; SEABRA, Catia. Importação de respiradores gera prisões e queda de secretários. **Folha de São Paulo**, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/importacao-de-respiradores-gera-prisoas-e-queda-de-secretarios.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2023.

## **RJ2 / TV GLOBO**

GUIMARÃES, Arthur. Wilson Witzel exonera subsecretária de Saúde. **RJ2**, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8457965/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NASCIMENTO, Tatiana. Governo do RJ divulga contra contratos de compras emergenciais contra o coronavírus. **RJ2**, Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8473795/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

LUCCHESI, Bette; BOISSON, Guilherme. Subsecretário-executivo de saúde é afastado temporariamente. **RJ2**, 11 abr. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8475760/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

GUIMARÃES, Arthur; MARTINS, Marco Antônio; LEITÃO, Leslie; ZUBA, Fernando; SPONCHIADO, Bruno. Processo de hospitais de campanha do RJ tem proposta plagiada. **RJ2**, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8490908/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Pedro; GUIMARÃES, Arthur; MARTINS, Marco Antônio; LEITÃO, Leslie; ZUBA, Fernando; SPONCHIADO, Bruno. Ex-subsecretário de Saúde do Estado é exonerado por suspeita de irregularidades. **RJ2**, 20 abr. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8496088/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Pedro; GUIMARÃES, BOISSON, Guilherme; SPONCHIADO, Bruno. Governo do estado compra mais de 700 respiradores e equipamentos não chegam. **RJ2**, 04 mai. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8530366/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Pedro; GUIMARÃES, BOISSON, Guilherme; SPONCHIADO, Bruno. Respiradores comprados pelo estado não chegam e fornecedores podem ter irregularidades. **RJ2**, 05 mai. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8533083/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Pedro; GUIMARÃES, BOISSON, Guilherme; SPONCHIADO, Bruno. Ministério Público prende ex-subsecretário de Saúde por problema na compra de respiradores. **RJ2**, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8538605/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

## O GLOBO

SUBSECRETÁRIO-EXECUTIVO de Saúde é afastado pelo governo do Rio: 'Transparência'. **O Globo**, 11 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/subsecretario-executivo-de-saude-afastado-pelo-governo-do-rio-transparencia-1-24366008>. Acesso em: 23 jan. 2023.

OTÁVIO, Chico. Coronavírus: MP abre investigação para apurar compra de ventiladores pulmonares por R\$ 183 milhões. **O Globo**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/coronavirus-mp-abre-investigacao-para-apurar-compra-de-ventiladores-pulmonares-por-183-milhoes-1-24384291>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NASCIMENTO, Rafael. Ex-subsecretário de Saúde do Rio é preso por suspeita de fraude na compra de respiradores. **O Globo**, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ex-subsecretario-de-saude-do-rio-presos-por-suspeita-de-fraude-na-compra-de-respiradores-2-24414521>. Acesso em: 23 jan. 2023.

OTÁVIO, Chico. Coronavírus: MP do Rio apreende respiradores na operação Mercadores do Caos. **O Globo**, 07 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mp-do-rio-apreende-respiradores-na-operacao-mercadores-do-caos-24414728>. Acesso em: 23 jan. 2023.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### Entrevista com Ruben Berta, repórter e editor do Blog do Berta

#### 1) Qual a primeira memória que você tem, do começo da pandemia, quando surgiram dúvidas sobre os gastos do Governo do Estado do Rio? E como você entrou nessa cobertura?

No início da pandemia, vem aquela loucura toda, a cobertura, e isso era muito natural, a cobertura geral da imprensa se voltou muito para as questões sanitárias. A gente tinha um superproblema ali. Então, você tinha os grandes veículos praticamente voltados pra isso, pra orientar a população, pra saber o que ia fazer, mortos, não sei o quê, como é que estava aquilo. E se deixou meio de lado, nesse início (e isso aconteceu no Rio de Janeiro, mas acho que em outros estados também), a questão da cobertura dos gastos públicos. E aí, eu estava dentro da minha área. A gente tem uma emergência sanitária que abre caminho para gastos vultuosos na área de saúde, né? Então, vamos começar a ver nessa área o que ninguém estava vendo. E aí, eu começo pelo Governo do Estado, cheguei a fazer algumas matérias de prefeitura também, mas que não deram tanta repercussão, mas que foram pontuais também. E aí, inicio o que que estava acontecendo também em termos de contratações do governo do estado. E aí, eu entro nesse primeiro personagem que é o Gabriell Neves, né? Olhando os processos no SEI, primeiro tendo a base do Diário Oficial para saber o que que estava sendo contratado e depois passando pro SEI para ver o detalhamento daquilo, eu comecei a perceber que tudo era assinado pela mesma pessoa. Que era o Gabriell Neves, subsecretário executivo, que virou uma espécie de homem do dinheiro na Secretaria de Saúde. Então, o meu primeiro passo foi ver quem era esse cara. Que tipo de referência eu conseguiria arrumar desse cara. Aí vem aquela primeira matéria, uma espécie um mini perfil ali do Gabriell, focada na história de ele ser um advogado que já tinha dado um calote numa cliente dele. E aquilo me pareceu extremamente preocupante. Você ter um cara que está cuidando aí de coisa de bilhão de reais e que tem no seu histórico recente um calote numa idosa que tinha que ter recebido uma indenização, é no mínimo temerário. Então, a partir dali eu começo essa cobertura. E aí, algumas coisas começam a surgir de fontes anônimas, mas eu também começo a me dedicar a olhar ponto a ponto aqueles contratos que o Gabriell foi fazendo. E aí o outro ponto que vai ser emblemático nessa história toda é a questão dos respiradores. Quando eu chego nos respiradores, eu via pelo menos uma empresa muito suspeita, com valor de respirador também suspeito, com a contratação assinada pelo Gabriell Neves de uma forma muito rápida, praticamente sem pesquisa de preço. E aquilo ali foi me chamando atenção. Eu só tinha que tentar, e aí eu busquei fontes externas, eu lembro que na época eu falei com fornecedor de fora do Rio, porque tinha uma questão na pandemia que a gente não podia simplesmente mostrar que o insumo era caro, porque realmente havia um boom de consumo, um boom de demanda. Então, sempre a justificativa da autoridade, até se não me engano a própria nota do governo nas primeiras matérias ia muito nessa linha, de dizer que você não pode dizer que isso está caro porque agora a demanda aumentou muito e realmente tá caro, é uma coisa de mercado. Então, eu tinha dois elementos, além do preço, eu tinha as especificações, eu fui pra uma fonte externa e falei “isso aqui tá batendo?”, o cara falou “não, por essas especificações aqui, o preço não tá legal”. E aí, tinha um outro elemento, que era olhar a empresa que estava vendo. E a empresa que estava

vendendo não tinha experiência nenhuma com aquele tipo de equipamento. Ela era uma empresa de informática, mínima, então claramente uma empresa de fachada. Então, esse é um ponto importante nessa cobertura, esse primeiro contrato que eu olho e que a partir dali eu também vou começar a olhar outros. Aí depois a gente tem a questão do hospital de campanha, que também foi um gasto mega vultuoso, aí vou olhar ali dentro todo o detalhamento de planilhas orçamentárias, para saber se aquilo ali estava efetivamente batendo, e aí eu vi muitas coisas aleatórias dentro daquelas planilhas para também se chegar a um gasto absurdo. Então, aquilo ali claramente era uma coisa bem distorcida mesmo, e que depois eles até tentaram diminuir um pouco o valor, enfim, que no fim das contas a gente viu que só dois hospitais de campanha funcionaram, e de forma muito precária, e pelo menos a gente conseguiu estancar aquele gasto ali. E depois tem todas as repercussões, que você já conhece, prisão, esse tipo de coisa.

Eu me lembro da cena em que eu terminei de escrever a primeira matéria sobre o Gabriell (Neves), estava eu e minha mulher em casa, e eu desabei de chorar. Foi uma coisa bem louca, até hoje eu fico meio assim, porque foi muito surreal. Eu comecei a ver o tamanho daquilo lá. As pessoas estavam morrendo e você tinha claramente uma pessoa – que aí a gente viu depois que era um grupo – querendo se aproveitar daquilo. Então, esse impacto de terminar a primeira matéria e sentir o tamanho do problema que a gente estava passando, que tinha efetivamente gente se utilizando de um momento tão dramático do nosso estado, do nosso país, do mundo, enfim, para poder ganhar dinheiro em cima daquilo, realmente aquilo me marcou. Realmente, a cena eu desabando literalmente de chorar terminando a matéria, de escrever, já era tarde, tipo meia-noite, eu ia publicar depois, de manhã, mas essa emoção da primeira matéria. É a primeira lembrança que eu tenho, de terminar e de desabar, de ficar triste mesmo.

**2) Como foi o processo de apuração das informações das reportagens, considerando o isolamento social? Você acha que por causa do isolamento essa cobertura foi diferente?**

No meu caso, nem tanto. Até pela questão da falta de recursos, eu raramente no blog conseguia ir para rua. Meu trabalho ficava muito em cima de documentação, que era uma coisa mais simples e mais barata, entre aspas, de ser feita. Claro que a pandemia mexe com todo mundo. Eu e minha mulher em casa num quarto e sala durante meses, a gente vai pirando. Era uma coisa muito complicada. Mas em termos de impacto no trabalho, no meu caso especificamente naquele momento não teve tanto. O que é diferente da estrutura que eu tenho hoje trabalhando num veículo. Esse caso da Uerj, por exemplo, já fiz pelo menos uma dezena de saída, inclusive para fora do Rio. Eu tenho essa possibilidade de fazer mais o corpo a corpo, que é superimportante, mas que naquele momento eu não tinha recurso para fazer. Eventualmente, eu fazia algum investimento de ir para rua em algumas coisas específicas, mas não era uma coisa do meu dia a dia. Então, é claro que havia um impacto psicológico de estar confinado, aquela rotina muito massacrante da pandemia, mas para o trabalho em si, porque ele foi um trabalho muito de dedicação de leitura, basicamente estar debruçado no computador horas e horas, essa questão do confinamento não atrapalhou tanto.

**3) Você já falou que usou muitas informações de dados oficiais, ferramentas de transparência. Queria que você detalhasse mais. Que tipo de informações**

**você usou nessa cobertura e como era sua rotina para buscar essas informações?**

Tem meio que uma sequência natural ali. Era olhar Diário Oficial, e aí buscar referência de processo administrativo, olhar os processos administrativos no SEI. E aí, buscar alguma referência externa que faltasse, algum processo judicial, como foi no caso do Gabriell (Neves). E aí, fontes me ajudam a acessar o processo, então isso me ajuda um pouco. Algum complemento eventualmente de empresa, que tivesse que buscar na junta comercial ou alguma coisa nesse sentido. Mas com a leitura de diário oficial mais a leitura dos processos administrativos, eventualmente consultando algumas fontes externas para saber se o meu caminho estava certo. Eu tinha ali duas ou três fontes que sempre me diziam “ah, beleza, é isso aí mesmo”, só para me dar uma certeza a mais. Acho que só com essa rotina aí, que não é uma rotina muito complicada, eu conseguia meio que matar boa parte dessas matérias. Algumas coisas eu tive que eventualmente planilhar, fazer comparações. Eu fiz uma matéria por exemplo de gastos com remédios, aí tive que buscar referências externas, o Governo Federal tem um site interessante do Ministério da Economia, que você consegue ver algumas referências de preços no Brasil por período. Então, essa referência externa para mim era importante. E às vezes ir recebendo coisas das fontes. Praticamente todas eram anônimas. Mas a fonte, no meu caso, diferente de um colunista, ela é sempre um princípio. Ela não é um fim. A fonte vai me dar uma dica, que eventualmente eu não tenha pegado, mas eu vou ter que confirmar aquilo tudo no preto no branco, no papel. Ainda mais num caso como o meu, que eu não tinha uma estrutura, era eu e eu. Se hoje em dia eu parar para pensar, talvez não fizesse de novo. Porque é meio maluquice você mexer com toda a estrutura de poder do Estado sozinho. Fui meio que na raça, se eu parasse para pensar, acho que não fazia. Até por não ter essa estrutura jurídica por trás, eu precisava ter tudo muito bem documentado. Não adiantava eu jogar um *off*, alguma coisa nesse sentido, que pudesse abrir caminho para alguém eventualmente me processar. O fato é que mesmo o Gabriell, que foi super afetado pelas matérias que eu fiz, apesar de ele se rasgar lá de raiva, ele nunca me processou. Já ameaçou várias vezes, mas nunca me processou. E ao longo dos dois anos e meio de blog, eu não recebi nenhum processo. Recebi ameaças de processo, as pessoas vêm numa linha “tira a matéria senão vou te processar”, mas nunca recebi um processo. Porque realmente eu tinha que ter muito esse cuidado e às vezes as matérias ficavam meio, em alguns casos, técnicas demais. Porque eu tinha que ter essa precaução de não abrir espaço para alguém questionar o material que eu estava publicando.

**4) Você falou de dicas e informações de fontes anônimas. Como você analisa a contribuição dessas fontes para a sua cobertura? Qual peso que elas tiveram nas reportagens?**

Acho que houve um peso, não tão grande. Eu estava muito debruçado nas coisas, então naturalmente eu acabava chegando nelas. Às vezes, era mais uma confirmação de que eu estava no caminho certo do que uma dica inicial que alguém fosse me dar, uma coisa que não tivesse visto, alguma coisa nesse sentido. Foi tudo muito baseado em documentos públicos, então não houve muita necessidade de utilização de fontes como algo prioritário, ainda que fosse algo complementar, na verdade.

**5) E o quanto você acha que os dados de transparência impactaram nessa cobertura?**

Ah, 90%. Acho que a gente tem que tentar tomar gosto e ler muito documento. Sei que no início pode ser chato. Seja diário oficial, seja documento de processos administrativos, processos judiciais, enfim. Tentar colocar isso na rotina, porque só com essa leitura massiva que você consegue treinar o seu olhar para ver onde é que tá o problema. Talvez demore um pouco, mas isso ajuda muito. Na verdade, eu consegui muita porque eu estava vendo todo dia. Acho que isso é muito importante, é determinante numa cobertura como essa. Por exemplo, nesse momento atual que eu tô vivendo, talvez isso não aconteça de uma forma tão massiva quanto era, porque agora tô fazendo matérias mais de longo prazo, e aí talvez sim uma coisa que eu esteja deixando passar, uma fonte vai me avisar e de repente vai ter um caminho interessante pra seguir também. Mas, naquele momento, se eu não tivesse olhando tudo, todo dia, mais da metade das matérias ali não teriam acontecido. Porque o fato de estar olhando dados públicos e com olhar já afiado para aquilo que pode estar errado faz uma diferença gigantesca numa cobertura como essa.

**6) Você acredita que sem esses dados de transparência teria sido possível fazer essas reportagens?**

Não, de jeito nenhum. Por mais que a gente tenha problemas no Estado, o SEI é um instrumento importantíssimo na cobertura. O SEI aberto, se houvesse em outros lugares, o Governo Federal por exemplo tem SEI em alguns órgãos que não são abertos, o fato de você demorar para acessar alguns documentos fez uma diferença gigantesca. A minha vantagem nessa história é que eu tinha acesso em tempo real ao que estava acontecendo. Porque o cara assinava um documento ali, entrava no sistema e eu podia olhar. E se eu não tivesse essa velocidade, ter que pegar o processo do diário oficial, pedir lei de acesso, daqui a 30 dias vão me dar o documento, aí vou olhar. Nisso em 30 dias, o dinheiro já foi embora. Seria importantíssimo que a gente tivesse de uma maneira geral em entes públicos uma transparência ativa melhor. A transparência passiva, ok, ela é um instrumento importante, a Lei de Acesso à Informação é superimportante. Mas ela tem um tempo. E esse tempo não é necessariamente o tempo da corrupção. A corrupção é mais rápida. Às vezes, quando você está esperando um documento, a corrupção já aconteceu. A gente só conseguiu estancar isso a tempo porque eu consegui acessar os documentos em tempo real. Porque se eu tivesse que esperar o documento chegar, a compra já teria sido feita. Os próprios respiradores. Houve caso de empenhos que não chegaram a ser concluídos, não chegou a haver pagamento. Justamente porque a gente conseguiu correr atrás e denunciar antes. Se tivesse que dizer uma coisa que é fundamental hoje para evitar corrupção, não só no estado, mas no país, transparência ativa seria o primeiro ponto.

**7) Que relevância acredita que as reportagens tiveram para a sociedade?**

Muita. Porque apesar da gente ter aquela sensação de impunidade... Por exemplo, os dois principais integrantes dessa quadrilha da secretaria, que eram Gabriell e Edmar, hoje em dia estão soltos. Então, existe uma certa sensação de impunidade. Eu acho que o governador acabou sendo pego como uma espécie de “boi de piranha”. Não que ele não tenha tido uma participação omissa nisso tudo, mas talvez, enfim, ele tenha sido pego até como uma forma de se pegar um pra Cristo, se estancar um problema e bola para frente. Mas eu acho que houve um impacto importante principalmente para conter o avanço daqueles gastos completamente absurdos, fora de propósito e iam desancar em mais dinheiro para a corrupção. Acho que infelizmente a gente não está conseguindo resultar numa punição efetiva como

ela deveria acontecer, mas ao menos essas coberturas, me refiro até na questão do Ceperj, mais recente, no UOL, a gente tem conseguido estancar o fluxo do dinheiro. Então, acho que isso já é um grande avanço e um benefício pra sociedade.

**8) Como você enxerga o fato de veículos de diferentes formatos e alcances entrarem numa mesma cobertura, em frentes diferentes, mas com resultados semelhantes?**

Eu acho bom, na verdade, sabe? A gente ficou um pouco magoado na época, por questão de crédito e tal. Mas a gente entende que principal para veículos independentes, isso foi mudando um pouco. Até na própria Globo mesmo isso mudou mais recentemente, mais pro final do blog, de começarem a dar o crédito mesmo para um veículo independente. Não existe essa cultura, e as pessoas ficam meio com vergonha, sabe? Não sei. Uma coisa é você dar o crédito para a Folha, para o Estadão, outra coisa é dar para um blog que não necessariamente alguém conheça. Então, acho que existia isso um pouco no início da cobertura, isso deixa a gente um pouquinho chateado, mas é normal, isso passa. Mas acho que cada um teve a sua contribuição ali. A Globo quando entra, o impacto daquilo é muito maior. Então, apesar de eu já estar falando daquilo há algum tempo, quando entra a primeira, segunda matéria da Globo, meio que o Gabriell já cai. Não necessariamente cai, mas balança ali. Ele meio que é afastado. Então é óbvio que o impacto de veículo maior, que tá ali para todo mundo ver, ele é muito mais efetivo que eu no meu trabalho, que era um trabalho mais restrito. No início, havia uma preocupação, você vê até pelas mensagens que o Edmar trocava com Gabriell, havia uma preocupação com o que eu estava fazendo, as matérias circulavam muito entre eles. Mas acho que o medo maior era que aquilo que eu tivesse fazendo acabasse indo para veículos maiores, que foi o que aconteceu. Então, essa contribuição é importante e até eventualmente pelos recursos maiores que se tem num veículo maior. O Pedro (Figueiredo), eu lembro que fez umas matérias legais, até sobre respirador mesmo, indo nos lugares, meio que complementares à matéria que eu já tinha feito. Então, por ter uma estrutura maior que eu ali não tinha. Acho que sempre é válido, quanto mais gente tiver na cobertura, acho que melhor. Eventualmente, pode acontecer da coisa ficar meio asoberbada, da cobertura não ser tão detalhista e tal. Acho que isso aconteceu mais recentemente no caso do Ceperj. Eu acho que a gente jogou as primeiras matérias do Ceperj, aí a Globo veio e aí depois outros veículos entraram, e aí virou meio que uma coisa meio louca. E talvez as consequências não foram tão legais porque a cobertura não foi tão detalhista, porque todo mundo ficou numa loucura de ter que publicar muito. Eu vejo isso agora fazendo o caso da Uerj, que a gente está tendo muita calma, tendo a possibilidade de fazer isso de uma maneira mais detalhada. Então, talvez a gente consiga até consequências melhores fazendo Uerj do que o que a gente fez no Ceperj.

**9) Você considera que o processo de impeachment foi decorrente das reportagens?**

Sim, sim, porque se você olhar até nos depoimentos de várias pessoas que foram ouvidas no processo, elas citam o blog como sendo o início de tudo. O próprio Gabriell, no processo de impeachment, ele cita as matérias como sendo o início de tudo. No fim das contas, tem algumas coisas. Acaba sendo decisivo pro impeachment a questão da Organização Social, o processo da Unir Saúde, que o Witzel acabou dando aquela autorização, e isso acabou sendo meio decisiva e foi uma coisa que eu nem tratei tanto assim. Mas acaba sendo meio que o conjunto da

obra. Tem a coisa dos hospitais de campanha. É meio que o início daquilo tudo porque o processo de impeachment se baseia muito na crise da saúde, até as testemunhas do processo são ligadas a isso. Mas como te falei, esse processo é um processo basicamente político, né? Então, acho que acabou que o governador foi pego pra Cristo nessa história, acho que mais gente estava envolvida e acabou não sendo efetivamente punida. Eu também tenho meus “poréns” em relação a esse processo, digamos assim.

**10) Como é a estrutura do veículo em que você trabalhou durante a cobertura e a audiência?**

Zero estrutura (risos). Eu, minha casa, meu computador e olhe lá. Eu, comigo mesmo, soltando matéria e tal, e aprendendo, tentando construir. Em termos de audiência, algumas matérias iam melhores que outra. Para um veículo grande, não chega a ser muita coisa, mas a gente teve picos de audiência, essa matéria dos respiradores, por exemplo, em torno de 120 mil visualizações. Seria uma matéria no UOL, ou no g1, que vai bem. Matéria acima de 100 mil. Matéria que vai muito bem tem 200 mil, 300 mil. Matéria que vai bem, tem tipo 100 mil. Então, eu cheguei a ter 100 mil, perto disso, em algumas matérias. Mas, em geral, era algo em torno de 20 mil visualizações. Algumas mais técnicas, mas que compuseram a cobertura, às vezes davam 5 mil, 6 mil, algo em torno disso. Então, tinha uma audiência razoável para um veículo independente, com uma divulgação que eu fazia nas minhas redes sociais, depois até montei até uma lista de e-mail também que me ajudou um pouquinho. No final dessa lista de e-mail, quando eu fui pro UOL, ela estava com algo em torno de 3 mil pessoas. Para uma iniciativa individual, é até bom. Mas, assim, eu nunca consegui monetizar. Quando eu achava que estava encorpando para poder monetizar, o UOL me chamou. Era legal trabalhar num veículo de novo, eu precisava de um tempo para poder ter carteira, organizar minha vida, ia ter filho. Eu precisava desse respiro. Mas acho que talvez eu conseguisse construir alguma coisinha ali de monetização, através de apoio. Essa que era a minha ideia a partir daquele momento. A ideia inicial era fazer tipo um ano e depois começar a tentar alguma coisa. Isso se estendeu para quase dois anos. E acabou que eu fui chamado. Tem coisas legais. Você fica duro mas publica o que você quer, do jeito que você quer. É legal também ter essa liberdade. Isso acho que foi importante, de poder dizer “isso aqui é importante, tenho que fazer”. Às vezes, eventualmente, se você está num veículo maior, talvez isso não aconteça, dependendo do veículo que você estivesse. Eu acho que, por exemplo, no Globo eu não teria feito. Esse período que eu tive sozinho foi um período de amadurecimento muito grande. De conseguir evoluir muito nessa cobertura, de conseguir descobrir os caminhos, de fazer fonte. Eu evoluí nesses três anos muito mais do que eu evoluí nos 17 anos de Globo, ainda que tenha sido uma construção legal, você aprende muito em redação. Mas nessa ralação sozinho, eu acho que fiz uma construção profissional e evolução profissional bem maior que a que eu tinha tido no período que eu estava no Globo.

**11) O que você acha que poderia melhorar nas informações públicas prestadas por autoridades?**

Se a gente tiver transparência ativa, acho que melhora muito. E transparência ativa da melhor forma possível. Eu acho que realmente o SEI aqui do Rio de Janeiro é um bom exemplo. O que aconteceu em alguns momentos, e acho que temos que ficar muito atentos: quando alguns assuntos começam a ser delicados, mesmo os processos do SEI que teoricamente têm como regra serem públicos, eventualmente

eles podem ser colocados em sigilo. Esse foi até tema de matéria, minha e da Folha, quando a gente começou a dar algumas matérias, eles colocaram o processo em sigilo, e aí logo depois abriram o processo quando a gente descobriu. Isso acontece mais é uma coisa mais pontual. A gente tendo a possibilidade de ter transparência ativa de uma maneira mais ampla nos órgãos públicos... A Prefeitura do Rio, por exemplo, está implementando um sistema parecido. Mas é um sistema que não tem a busca tão simples. Então, você tem que ter o número exato do processo para você acessar. Então não é uma coisa tão fácil. Às vezes, você quer fazer busca por determinadas palavras-chave, ou algumas coisas que você já quer buscar vários processos em cima daquilo, no SEI você consegue, no da prefeitura você não consegue. No caso do Governo Federal, do Ministério da Saúde, que eu volta e meia uso, você consegue fazer a busca textual por expressões dos processos, os processos aparecem, mas você é obrigado a pedir uma Lei de Acesso à Informação e aquilo demora a chegar. Então, quanto mais transparência ativa, mais formas de acesso rápidas e eficientes tiver, melhor. Porque a gente consegue estancar um eventual desvio de dinheiro público do que se estiver que esperar. Inclusive, em casos de pedidos por lei de acesso, o acesso não vai ser liberado. E aí, eventualmente, pode ser o início de uma matéria também. Caso Ceperj. O Ceperj começa com uma fonte me dizendo que existiam milhares de contratações sem transparência sendo feitas, eu faço um pedido de lei de acesso à informação que vai sendo negado, negado, negado. Aí, junto que é possível catar de cacos em torno daquele assunto e aí digo “olha, isso aqui está acontecendo, existe sigilo em torno disso, é um assunto importante”. A partir dali, outros órgãos, o Ministério Público entra e consegue abrir essas informações para todo mundo ter acesso. A gente tem essa luta para ter acesso fácil a informações públicas.

## APÊNDICE 2

### Entrevista com Italo Nogueira, repórter do jornal Folha de S. Paulo

**1) Qual a primeira memória que você tem, do começo da pandemia, quando surgiram dúvidas sobre os gastos do Governo do Estado do Rio? E como você entrou nessa cobertura?**

Eu lembro que logo em seguida do fechamento das ruas e tal, o Witzel falou que ia construir um hospital de campanha. E estava uma correria dos estados para compra de respiradores. Sempre quando tem essas compras emergenciais, é um foco grande de desvio, de corrupção ou de alguma inadequação ali na licitação. Mas eu lembro muito bem que era um momento muito inédito para todo mundo. Eu tinha uma preocupação de pesar esse ineditismo que estava acontecendo, porque ninguém nunca se viu numa situação que está o mundo inteiro querendo comprar a mesma coisa nessa correria louca. Então, ao mesmo tempo que a gente começou a cobrir essa questão da compra de respiradores e a contratação da O.S. para gerir o hospital de campanha, foi uma preocupação sempre ter em conta essa urgência, essa emergência. E era uma emergência global, né? A gente viu várias histórias. O Maranhão teve que driblar a Receita Federal para trazer respirador. Foi uma confusão do diabo lá. Eu lembro que a gente se preocupou muito com isso. A minha primeira preocupação foi com a questão da O.S. e a gestão do hospital de campanha. Qual é a capacidade dessa O.S. para gerir aquele hospital de campanha? Então, nosso primeiro foco não foi nem tanto a possível irregularidade, possível desvio de dinheiro público. Mas para quem a gente estava entregando aquele hospital de campanha, né? Para quem a gente estava entregando aquela situação de emergência. Eu lembro que uma das primeiras matérias que a gente fez foi um perfil da Iabas, que já tinha vários problemas na Prefeitura do Rio, tinha sido proibida de contratar com a Prefeitura do Rio. Então, era meio que mostrando que nessa situação de emergência estava sendo entregue para uma O.S. mega complicada no que se refere ao oferecimento do serviço, né? De que forma isso poderia comprometer o atendimento das pessoas? Então, nossa primeira preocupação era a O.S. E esse foi o primeiro contato mais intenso que eu tive lá com o SEI. Já usei muito Lei de Acesso à Informação, tinha muito familiaridade com Lei de Acesso à Informação. Mas a Lei de Acesso à Informação você sempre dependia de pedir os documentos para o governo, né? E você não tinha isso disponibilizado, os processos inteiros disponibilizados na internet para quem quisesse ver, analisar. Então, foi ali que eu comecei a aprender a mexer no SEI, aprender a fazer as buscas. Essa é a primeira memória dessa cobertura.

**2) Como foi o processo de apuração das informações das reportagens, considerando o isolamento social? Você acha que por causa do isolamento essa cobertura foi diferente?**

Acho que interferiu pouco. Porque como a gente começou a fazer muito com base nos processos e nas informações que as pessoas passavam para a gente, e aí passava por e-mail, telefone, enfim. Acho que o que dificultou, talvez, tenha sido aprofundar coisas que depois apareceram lá nas investigações lá da saída do Witzel. Porque tinha coisa mais delicada. Então, talvez naquele período, como não podia se encontrar, tinha essa dificuldade de sair, encontrar com fonte, talvez a gente pudesse saber mais coisa do que soube naquele período. Mas eu acho que é natural nesse

primeiro período a cobertura ser menos de bastidor e mais dessas informações mais claras, do processo de compra. Então, não sei se a diferença foi muito grande. Eu avalio que não. Acho que a cobertura seguiu o curso dela. E teve logo a operação, né? Antes do afastamento do Witzel teve a operação do Ministério Público estadual. As coisas foram correndo muito rápido, a apuração, a ação do Ministério Público, foi tudo muito rápido. Então não sei se mudaria muito o caminhar da apuração.

**3) Nas suas reportagens, foram utilizadas fontes de dados oficiais e ferramentas de transparência? Se você puder descrever quais.**

O que eu mais acessei foi o SEI, o processo eletrônico de informações. Isso foi um puta mérito do Witzel, ter colocado isso assim, porque foi aquilo ali que gerou uma crise inclusive, porque o Gabriell Neves, pelo o que eu soube, ele só foi demitido quando tentou colocar em sigilo as informações que o Berta tava colocando lá, e a gente usando também em algumas situações. A gota d'água para a demissão dele foi a imposição de sigilo desses processos eletrônicos. Então, assim, foi uma cobertura diferente, desse ponto de vista. A gente conseguia ver as compras, os pedidos de compra, em tempo real, praticamente. Então, isso foi muito importante para ter uma noção clara do que estava acontecendo. Mas eu acho que também isso podia gerar matérias... Porque, assim, o processo administrativo tem discussões internas dentro do governo. Ele tem divergências internas. E aquilo pode ser muito maximizado, dependendo da informação. Então, podia ter uma divergência legítima de compra que poderia virar uma puta denúncia. Isso era uma preocupação minha, eu tinha muita preocupação do que que eu estava lendo e o que era relevante ou não, o que era um indício mais claro de desvio, de irregularidade, e o que que era uma discussão de administração pública, que é normal. Mas voltando à pergunta, o que basicamente eu usei, foi o SEI. O processo eletrônico do governo mesmo.

**4) De que forma você acha que essas informações contribuíram para a cobertura?**

Ter um documento público para embasar sua reportagem, para fazer o questionamento ao governo, você já parte de um questionamento muito mais claro. Quando você não tem acesso ao processo público, você está fatiando, você está pedindo informação ao governo. Quando você tem o processo em mãos, você sabe exatamente o que o governo está fazendo. Então, o nível de questionamento e o nível de detalhes é muito maior. O SEI foi essencial. Uma fonte uma vez me falou isso e é verdade. A imprensa tem que ter responsabilidade com os dados que você obtém com a transparência, porque quando você passa no setor jurídico de alguma secretaria e tem ali algum questionamento, alguma dúvida, algum ponto levantado, não necessariamente aquilo ali é uma puta irregularidade. Você pode usar aquele questionamento como se fosse alguém querendo burlar alguma coisa. Então, acho que a partir do momento que você tem acesso a esse documento, você tem que ter muito mais cuidado sobre como você vai usar. Responsabilidade mesmo, para não ficar um denunciismo exagerado. E, voltando à conjuntura do momento, o mundo inteiro querendo comprar respirador, o mercado naturalmente inflacionado, isso é indiscutível, gente aparecendo de todo lado oferecendo respirador para comprar. Você tem que ter muito cuidado. E essas discussões acontecendo dentro do governo, se compra, não compra. Enfim, acho que era muito legal ter acesso a isso, ter clareza do que estava acontecendo, em alguns momentos ver o que estava acontecendo de irregular, mas acho que tinha que ter cuidado ali para não maximizar qualquer divergência daquele processo. Eu vou ser bem sincero. Acho

que quem contribuiu mesmo para essa cobertura foi o Berta. O Berta que ensinou a gente a usar isso. Eu aprendi muito, lendo as matérias dele eu fui aprendendo a usar, porque eu não tinha usado. Eu tinha feito uma matéria sobre o Witzel com Lei de Acesso à Informação, mas ainda era processo em papel. Não lembro de ter usado antes o SEI. E quando comecei a ver as matérias dele, eu via como que ele estava usando os documentos, ele colocava os prints, fazia referência ao SEI. E eu comecei a aprender com base nas matérias do Berta. Então, se for pensar na minha contribuição, acho que foi pouca, contribuição quem deu mesmo foi o Berta.

**5) Houve uso de informações que vieram de fontes anônimas ou sigilosas? Como você analisa a contribuição dessas fontes para as reportagens?**

Essa matéria da demissão da subsecretária, foi fonte. E acho que foi boa para dar um clima do que estava acontecendo na secretaria no início da pandemia. Essas fontes anônimas foram importantes por isso. Agora, depois... A do Iabas, me deram a dica de que era uma O.S. enrolada. Mas aí foi só uma dica que me chamou a atenção para ela e eu comecei a ir atrás. Eu lembro que eu dei a matéria do Iabas, a minha matéria era uma pegada mais de gestão, que ela foi punida por má gestão. E eu lembro que no mesmo dia, ou um dia antes ou um dia depois, o Berta fez uma matéria questionando o preço, uma coisa assim. Então, provavelmente ele teve alguma dica semelhante, só que a gente acabou dando uma outra abordagem para a matéria. Acho que as principais informações foram mais dicas, para onde olhar, entendeu? E aí, a gente ia batendo nos processos públicos, que era o que dava mais segurança para as matérias.

**6) Você acredita que sem esses dados de transparência teria sido possível fazer essas reportagens?**

Não, impossível fazer essas matérias, impossível. Porque, para começar, a Lei de Acesso à Informação dá um prazo de 20 dias para responder. E aí, você pede, você vai receber os documentos ali daquele momento e não vai ter uma atualização. Para uma atualização, vai ter que pedir de novo. E aí, se tornaria inviável. Considerando que a gente estava num momento emergência, todos os estados com declaração de emergência, certamente isso seria usado para que as respostas da Lei de Acesso não fossem dadas à contento. O próprio acesso ao documento seria dificultado, porque muitas vezes o documento é no papel, então você ia ter que ir lá pedir ou ir lá buscar. Como tinha limitação de circulação, teria dificuldade de fazer isso. Então, acho que seria impossível essa cobertura acontecer se os documentos não tivessem públicos. E aí, tenho que dar mérito para o nosso ex-governador Wilson Witzel por conta disso.

**7) O que você acha que poderia melhorar nas informações públicas prestadas por autoridades?**

Os processos ainda são muito difíceis de encontrar no sistema. Eu fui aprendendo como encontrar, mas são muito difíceis. É feito para quem depende de encontrar essas informações, quem vai ficar o dia inteiro lá catando as informações. Essas informações não são públicas no seu sentido mais claro da palavra. Não é público para o público. É público para quem tem instrumentos para conseguir acessar essa informação. Mas para o cidadão comum, e mesmo uma pessoa interessada, mas que não tem o hábito de buscar essas informações, ela vai ter muita dificuldade.

**8) Na sua opinião, qual é a importância da Lei de Acesso à Informação e de dados de transparência bem divulgados?**

São relevantes porque são dados oficiais, né? E são dados oficiais que não são dados pela assessoria de imprensa. Porque muitas vezes você pede uma informação para a assessoria de imprensa, não necessariamente vai mentir, mas pode omitir bastante. Quando você tem em mãos o processo administrativo sobre determinado assunto ou você tem dados de transparência ativa, que você bota os dados em determinada rubrica, enfim, está público, ou esses processos administrativos estão públicos de cara, você quando vai questionar o governo sobre essas informações, você já questiona com a informação completa, ou pelo menos com a informação oficial completa, o que já é um grande ganho. Você faz o questionamento em cima disso, não com base do que está sendo divulgado. Com o processo administrativo na mão, você tem a informação oficial do governo, e completa, é muito mais rico do que anúncios de assessoria de imprensa que são divulgado para gente por e-mail.

**9) Como é a estrutura do veículo em que você trabalha/trabalhou durante a cobertura?**

A *Folha* tinha uma redação aqui no Rio até outubro de 2016. Quando acabou a Paralimpíada, a redação foi encerrada. Na época, ficaram cinco repórteres, todos trabalhando de casa, mas a *Folha* manteve um escritório *coworking*, que a gente poderia ir se quisesse. E aí, quando chegou a pandemia, a gente já estava em casa, eu já não tinha o hábito de ir para esse escritório. Já trabalhava de casa, já tinha o hábito de trabalhar de casa e quando e quando chegou a pandemia continuei trabalhando de casa. A gente não tinha muita pauta. Como a gente é sucursal, e a pandemia estava muito concentrada em São Paulo, a coordenação das matérias, a gente tinha aqui uma cobertura mais diária, subiu ou desceu caso, vai ter hospital de campanha, não vai. Então, essa cobertura de contratos era mais uma iniciativa nossa. Minha, no caso. Eu já faço cobertura de administração pública. Como a gente não tem um chefe no Rio, a gente está submetido à *Agência Folha*. A *Agência Folha* cuida basicamente do país inteiro. O que não é Grande São Paulo e Brasília, é *Agência Folha*. Então, a nossa chefe tem o Brasil inteiro para cuidar, *freelancer*, muita gente. Então, ela depende muito que a gente proponha matéria sem que ela fique pautando. E como ela está em São Paulo, não tem muito a temperatura aqui do Rio de Janeiro, o que está rolando, o que é relevante, o que não é. Então, ela depende muito da gente, nesse ponto. Como eu já tenho aí 16 anos de jornal, ela dá atenção ao pessoal mais novo e eu fico mais solto na cobertura. Então, eu fiquei mais nisso, na questão da administração pública. Eu estava meio perdido, no início. Como entrar nessa cobertura? Era a única coisa relevante no mundo, era isso. E aí, me encaixei nessa cobertura aqui do Rio, que foi crescendo aos poucos. Também busquei fazer algumas matérias mais nacionais. Quando teve a operação aqui do Rio (que prendeu o ex-subsecretário Gabriell Neves), a gente não deu a matéria só do Rio, a gente fez um consolidado do que estava acontecendo do tema policial/pandemia. Já tinha tido prisão em outros lugares, queda de secretário por coisas semelhantes. Então, a gente buscava dar a cara mais nacional para isso. Quando teve a primeira operação do Ministério Público aqui no Rio, a matéria que deu mais visibilidade para a gente foi reunir esses outros casos no país. Não demorou muito e o Witzel foi afastado, aí entrou outra bola de neve, e a cobertura seguiu seu curso natural. A primeira matéria na rua que eu fiz foi a coletiva do afastamento do Witzel. Já estava habituado a fazer matéria de casa. Para fazer

matéria junto, quando algum repórter estava fazendo reportagem de administração pública, me procurava, ou quando eu tinha algum assunto que batia com outro, eu procurava. Uma iniciativa de juntar esforços para fazer a matéria.

**10) Que relevância acredita que as reportagens tiveram para a sociedade?**

Foram essenciais. Acho que foram as reportagens que chamaram atenção do Ministério Público para fazer uma operação, fazer essa investigação mais aprofundada. E usar instrumentos que a gente não tinha, que é quebra de sigilo e tal. E aprofundar essas informações. Quando a gente faz uma matéria como essa, ou o Berta faz essas matérias, isso vira... Por isso eu volto a aquela questão da responsabilidade de usar essas informações quando você tem acesso ao processo. Muita coisa que a gente escreve é usado para embasar as ações do Ministério Público, para investigação. Não para a denúncia, mas atos de investigação. Para abrir um procedimento, para você fazer um pedido até de quebra (de sigilo), uma reportagem pode ser relevante para eles. O tempo da investigação do Ministério Público é diferente. Nesses casos, o Ministério Público teria que pedir informação para o governo. Então, quando a gente tem acesso ao processo e a gente faz uma matéria já fazendo referência ao processo, essa apuração do Ministério Público ganha um tempo absurdo. A pandemia começa em março, quando começam as compras, em maio a gente já tem deflagração de operação. Então, acho que essas reportagens foram essenciais para que essas investigações tivessem ocorrido nessa velocidade que ocorreram.

**11) Como você enxerga o fato de veículos de diferentes formatos e alcances entrarem numa mesma cobertura, em frentes diferentes, mas com resultados semelhantes?**

É a relevância da multiplicidade de veículos, o que hoje em dia falta. O Berta fez uma cobertura bem regionalizada, uma cobertura de Rio, um projeto pessoal dele. Muita coisa andou graças a ele. Provavelmente, eu não teria ouvido falar da demissão da mulher (a então subsecretária de Saúde Mariana Scardua) se não fosse saído a matéria dele. Ainda mais, sendo da Folha de São Paulo, a gente não tem uma cobertura tão localizada, tão intensa do Rio de Janeiro. Ele sem dúvida tem o mérito de ter colocado holofote, várias situações pequenas, que foram se acumulando, personagens que foram ganhando relevância com o tempo, e ele lá atrás já estava apontando isso. Mas ele tem um perfil diferente de cobertura. Aquele perfil que ele fez do Gabriell Neves, não sei se sairia em algum jornal do Rio de Janeiro. Ele sem dúvida teve o mérito de colocar em destaque uma situação que eu não sei se a imprensa teria tanta atenção ao que estava acontecendo. Quer dizer, atenção teria, mas não na velocidade que teve. E o RJ2, fazendo algumas matérias também, já a partir dessas informações que o Berta publicou, e avançando em outras coisas. Acho que também tem a questão da disputa do jornalista, que é natural. O cara está dando o negócio e você quer aprofundar aquilo, e você vê que a coisa está crescendo. Então, quanto mais gente escrevendo sobre isso, quanto mais veículos, você tem uma concorrência maior, mais gera o interesse dos próprios profissionais e a tendência é que a cobertura seja mais ampla, mais rica, mais completa.

**12) Você considera que o processo de impeachment foi decorrente das reportagens?**

Acho que foi decorrente das operações policiais. As operações foram aceleradas a partir da nossa cobertura, que tinha esse acesso irrestrito aos documentos. Mas o

impeachment só aconteceu por conta das operações policiais. Se fosse só a imprensa, acho que a nossa capacidade de informação era limitada. A gente não teria informações que basearam o impeachment, que foram os pagamentos ao escritório da primeira-dama e a própria questão do Mário Peixoto, a ação do Witzel de isentar a empresa do Mário Peixoto de punição, só ganhou uma relevância a partir das investigações. Eu acho que o impeachment acontece por causa das operações policiais. Eu não acho que foi por causa da imprensa. Como as operações policiais se aceleraram por causa da imprensa, enfim, foi uma cadeia, uma sucessão de acontecimentos que levaram ao impeachment.

## APÊNDICE 3

### Entrevista com Pedro Figueiredo, repórter do RJ2 / TV Globo

#### **1) Qual a primeira memória que você tem naquele início de pandemia quando começaram a surgir dúvidas sobre os gastos do Governo do Estado e como você entrou na cobertura?**

Durante a pandemia, houve um esforço muito concentrado primeiro nas orientações de saúde para a população e segundo numa tentativa de fiscalização dos gastos que foram feitos de maneira extraordinária em função do período de calamidade. Lembro que logo no começo o Ruben Berta deu no blog dele. Eu tive Covid logo no começo, e eu estava com Covid em casa quando uma fonte me deu uma dica de que alguma coisa estava errada na compra dos respiradores, para o Governo do Estado do Rio. Só que eu estava preso em casa e não tive muito o que fazer. Logo depois, o Ruben Berta deu uma reportagem mostrando que havia superfaturamento na compra desses respiradores, que eles foram comprados por valores muito acima do mercado. A justificativa até esse momento era que, claro, era um momento de crise, todo mundo queria comprar e se fazia necessário ou pelo menos razoável o poder público gastar mais nessas compras do que você compraria num período regular. A gente viu esse registro do Ruben Berta, mas a gente tem por premissa na Globo só dar as informações que nós efetivamente confirmamos. E a gente avaliou num primeiro momento que a confirmação do superfaturamento é uma confirmação difícil de se dar. O superfaturamento é uma estimativa. E aqui fazendo um adendo, mas sem nenhuma crítica ao trabalho do Ruben. Você precisa estimar para calcular um superfaturamento. A não ser que um órgão de controle identifique esse superfaturamento, o jornalismo só consegue evidenciar um superfaturamento a partir de uma estimativa de qual seria o valor. Mas você precisa levar em consideração que a compra pública se dá de uma maneira diferente de uma compra privada. Você não vai numa loja e você compra. Tem uma série de questões, por exemplo, de pagamento tardio, você tem um empenho mas uma demora em pagar. Você tem uma questão de quantidade. Isso tudo são questões que variam com o preço, para cima e para baixo. O excesso de quantidade varia para baixo, de alguma maneira, numa perspectiva de oferta a procura. Você vai comprar mais produtos, varia para baixo. Por outro lado, varia para cima a questão da demora de pagamento. Você vai vender uma coisa que não vai receber agora, você cobra mais caro por ela. E por aí vai, uma série de fatores que a coisa pública tem, essa característica. Então, nós avaliamos num primeiro momento que seria muito difícil conseguir confirmar essa informação de superfaturamento, por mais que eu como jornalista tivesse ali muito encantado com o trabalho do Ruben. Então, nós pensamos: como podemos entrar nessa história? E aí, começamos a descobrir... Depois dessa primeira fonte que me procurou enquanto eu estava com Covid, um belo dia meu telefone tocou e uma outra pessoa se apresentou, falou que gostava do meu trabalho e que queria passar informações sobre essas compras. E aí, essa outra pessoa começou a me dar todo o caminho das pedras e uma descoberta, que até então eu não tinha, do sistema eletrônico de informações, o SEI, e como lá estavam presentes todos os processos administrativos de compras desses respiradores. E aí, a nossa cobertura se centra e avança nas irregularidades nos processos administrativos para compra dos respiradores. Então ela sai do escopo do superfaturamento e vai para o escopo das irregularidades nos processos administrativos. E que irregularidades são essas que

a gente percebe? Ainda por ser comprado sem licitação, você precisaria ter uma comparação de preços, ter pelo menos alguns preços para orçar. E a gente começa a perceber que esses orçamentos são orçamentos feitos com empresas muitas vezes que são dos mesmos donos da empresa vencedora. Ou com laranjas ou com sócios. Ou seja, todo o processo de compra mostra um direcionamento para aquela que saiu vencedora. Então, a gente percebe que por aí a gente entra na história.

**2) Você comentou que no começo estava de casa. Como foi o processo de apuração das informações das reportagens, considerando o isolamento social? Você acha que isso causou uma diferença nessa cobertura? Ou não teve grande relevância?**

O jornalismo político tem uma peculiaridade que naturalmente é um jornalismo de menos gente e de mais bastidor. Acho que o grande barato do jornalismo é você ouvir diferentes pessoas, estar em contato com diferentes mundos e tal. Mas o jornalismo político, por essência, te tira disso, para uma perspectiva de você ouvir muito as autoridades. E então encontrar e lidar menos com as pessoas de uma maneira geral, e mais com as pessoas do mundo político. Dito isso, acho que mudou, como tudo, porque, claro, você não tinha mais o contato pessoal. E muitas vezes, com fonte, ela prefere te falar pessoalmente do que por uma ligação por WhatsApp. Porque ela tem a perspectiva de que pessoalmente ela corre menos risco de alguma maneira gerar alguma prova de que está te vazando algum material. E esses encontros não existiram. Tudo ocorreu por ligação. Mas, eu olho para o efeito final das matérias, especialmente para essas dos respiradores, e vejo que isso não atrapalhou em nada o andamento da matéria. Que essa troca por telefone, virtual, foi suficiente.

**3) Voltando para o uso dos dados de transparência, que você mencionou, gostaria que você descrevesse mais detalhadamente que fontes de dados oficiais, que ferramentas e mecanismos vocês utilizaram para construir essas reportagens?**

Usamos principalmente o painel de transparência da Covid, criado pelo Governo do Estado. Esse painel dava a indicação de qual era o processo administrativo para compra de cada item ou para cada contrato firmado. Ele era um instrumento importante. E, a partir daquele número, a gente usou o sistema eletrônico de informações. E, claro, a partir dali teve um uso de uma ferramenta que acho que todo jornalista acaba usando, que é o cadastro de pessoa jurídica da Receita Federal. E muito uso de redes sociais. E a gente batendo em endereços, indo em portas (de supostas empresas), uma investigação mais nossa.

**4) E de que forma que esses mecanismos de transparência contribuíram para a cobertura?**

Eles foram o lide. O lide estava no material depreendido dessas ferramentas. Por exemplo, a gente fez uma da matéria que talvez tenha sido uma das melhores. A gente descobriu que o dono de uma das empresas de respirador, a falsa concorrência dele era com outras duas empresas, das quais uma delas era dele mesmo, que ele colocou no endereço da mãe. Botou a mãe como a dona de uma empresa, uma senhora idosa, para simular essa ocorrência. A gente só conseguiu perceber isso lendo o processo administrativo. Esse processo administrativo tinha duzentas, trezentas páginas. Tinha uma série de pareceres das procuradorias da Secretaria de Saúde que mostravam que havia irregularidades na condução daquele processo,

ainda que flexibilizada a norma de contratação. Mesmo flexibilizada, não poderia ter sido daquela forma. O que fez a nossa matéria, e acho que foi o grande avanço, foi mostrar que próprio governo do estado, com seus órgãos de controle, visualizou que ali tinha irregularidades. Mas essas pessoas não eram ouvidas, essas páginas eram colocadas no meio do processo de qualquer forma, tudo era feito de maneira meio atabalhoada e tudo chegava ao resultado final independentemente dos alertas que tinham sido feitos. Então, a gente fez muitas matérias em cima dos alertas de irregularidades, para o que estava apontando. E outras, a gente foi lendo o processo administrativo, página a página, item a item, etapa a etapa. A gente foi pegando esse material e obviamente cruzando com outras fontes de informação e fazendo a nossa investigação a partir dali. Então, como que a gente percebeu que a casa estava no nome da mãe do sujeito? Porque eu peguei o nome da outra empresa que concorreu, joguei no cadastro do CNPJ, vi o nome da proprietária, e vi a cópia da identidade do cara que estava lá, porque o dono da empresa tem que mandar a cópia da identidade no processo administrativo. Então, foi cruzando dados. É olho atento aqui, olho atento ali. Essas ferramentas foram o cerne da nossa investigação. Elas não foram extras. As revelações se deram a partir desses mecanismos de transparência.

**5) Você comentou que no início principalmente recebeu dicas de fontes sobre alguns caminhos. Quanto que essas informações recebidas foram importantes, como você analisa a contribuição para dessas fontes para as matérias?**

Acho que as fontes nos colocaram nos caminhos. Quando você faz uma matéria dessas, tem duas etapas. Primeiro, é achar o caminho. Uma matéria dessas é como uma trilha na floresta. Você está perdido e tem que encontrar qual o caminho para chegar onde você quer. Há uma infinidade de rotas, mas apenas uma vai te deixar no destino. E o que que essas fontes fizeram? “Olha, siga pela trilha azul que você vai chegar lá”. Poderia ter ido pela vermelha, pela verde, pela roxa e pela amarela, não teríamos chegado. Então, elas nos deram o caminho. A primeira fonte que deu a informação lá atrás não voltou a ajudar. Mas me colocou à par do tema, que era um tema que eu tinha visto no Ruben mas não tinha dali visto por onde avançar. Em função daquela nossa leitura de que seria muito difícil calcular o superfaturamento, ou bancar o superfaturamento. A segunda fonte, quando me procura, ela começa a apontar: “vai no processo tal”, “dá uma olhada na contratação disso e daquilo”. E aí, a partir da leitura dos processos administrativos com as ferramentas de transparência, começa efetivamente o nosso trabalho, que é da investigação. E a gente só entrou na trilha certa porque nossas fontes nos colocaram. Imagina que tinham ali 30 processos administrativos diferentes, ao mesmo tempo. Grande parte deles, problemáticos, mas não todos.

**6) Queria que você falasse um pouco da rotina desse período, primeiro você em casa e depois já na redação. Como foi essa rotina de trabalho? Como que começavam a surgir as histórias?**

A partir do momento que a gente encontrou qual era esse caminho, a gente começou a fazer também uma busca ativa. Para não fica em função do que as fontes nos passavam. E aí, a gente começou a fazer uma leitura mais elaborada dos diários oficiais procurando esses novos contratos que vinham sendo feitos. Que contratações eram essas? Mas ao mesmo tempo também com sugestões das fontes para que a gente pudesse ir sempre nos caminhos, ou pelo menos nas apostas certas. E também uma coisa muito importante. Nem sempre o que a fonte acha que é uma

boa notícia, é uma boa notícia. Então, esse filtro é do jornalista. Até porque não existe fonte desinteressada. Ou pelo menos a gente precisa partir desse pressuposto. Toda fonte tem um interesse. E o trabalho do jornalista, especialmente do jornalista político é encontrar dentro do interesse privado da fonte, algo de interesse público. Então, esse era o nosso exercício. A partir do que a fonte sugeria, apresentava, a gente encontrar ali se tinha interesse público. Às vezes, as fontes colocavam a gente em caminhos que, quando a gente percebia, tinha pouca relevância. E outros caminhos, que até para as fontes eventualmente não eram interessantes, mas com o conhecimento que a gente adquiriu, já sabia correr e encontrar o melhor caminho sozinhos, em alguns momentos. Eu sempre falo no plural, porque esse não foi um trabalho individual. Foi um trabalho coletivo. Na época, a gente tinha como produtor o jornalista Guilherme Boisson e como editor o Bruno Sponchiado. Então, era uma rotina de leitura de documentos, leitura, leitura, leitura nos documentos. Lupa nos documentos. A gente botou uma grande lupa nos documentos. E a gente se dividia nessas leituras. E a partir daí a gente ia elencando os achados e organizando esses achados, porque eventualmente havia dias em que a gente tinha muitos achados e outros que tínhamos poucos achados. Então, a gente foi elencando e organizando de uma maneira que conseguisse passar para o telespectador uma sequência de notícias sobre o tema. E, ao mesmo tempo, eu vejo que outros colegas em outras redações também foram em diferentes linhas, parecidas, encontrando outras irregularidades. Acho que se por um lado o Ruben Berta ficou muito focado na questão do superfaturamento, a gente ficou muito focado nas irregularidades dos processos administrativos, acho que a Folha e o Globo, por exemplo, encontraram ali outras possibilidades. O que me chamou muita atenção, também, o Ministério Público foi fazendo avanços na mesma velocidade que a gente. A gente tinha a história, que para mim foi uma das mais marcantes, do uso do imóvel botando no endereço a mãe do sujeito que era o dono da empresa que vendeu o respirador. A gente faz a descoberta num dia. No dia seguinte, tem uma operação do Ministério Público que prende o filho dessa senhora. E nós já tínhamos tudo na mão. E vamos lá a campo e fazemos essa segunda parte. A nossa investigação estava tão avançada que a gente traz um resumo do que foi essa operação, mas com um adendo e um complemento que só a gente teve. Então, a gente estava caminhando meio que em paralelo com a investigação do Ministério Público. É inegável que o pioneirismo é do Ruben Berta, porque os olhos só se voltam para as aquisições e os contratos da Secretaria de Saúde após as revelações dele. Mas a gente não pode negar que o RJ2 ganha um protagonismo a partir de uma sequência de descobertas que dão luz ainda maior a esses fatos. E que, de alguma maneira, pela força do jornalismo televisivo, populariza essas descobertas e o tema. O que antes era restrito a um blog, muito sério, mas que tinha um alcance finito, para um leitor mais recortado... Ou seja, quem lia o blog do Ruben Berta um público muito específico, que acompanhava mais a fundo a política no Rio de Janeiro, até por ele ser uma grande referência nesse assunto. Mas o assunto se populariza depois que o RJ2 entra na história. É quando as pessoas na rua começam a saber que tem irregularidades ali na Secretaria de Saúde. E aí acho que é o grande trunfo da história, ele não se populariza com as pessoas assistindo um repeteço do que estava em outros portais, em outros blogs, mas sim com conteúdos inéditos, avanços, furos, informações em primeira mão sobre o assunto. O assunto é revelado pelo Blog do Berta, mas é popularizado e há uma grande quantidade de avanços na cobertura do RJ2. E na minha visão, esses assuntos foram descobertos numa velocidade próxima do próprio Ministério Público, como a gente viu nesse caso que eu citei da firma fantasma no nome da

mãe do cara. O RJ2 deu primeiro que o plano de trabalho do Iabas era datado de um dia antes da abertura do processo administrativo para escolher uma O.S., o que é uma prova irrefutável que estava direcionado. Uma vez que o plano de trabalho já estava feito para ser proposto para o poder público antes mesmo do poder público oficialmente pensar que precisava fazer a contratação. E a contratação do Iabas para os hospitais de campanha é um dos dois pontos que levaram ao impeachment do Governador Wilson Witzel.

**7) O RJ2 também teve um mérito de fazer constatações in loco, foi o único jornal, pelo menos do período analisado da pesquisa, que faz uma descoberta in loco. Você acha que a estrutura do veículo, nesse caso, teve alguma relevância?**

Acho que a estrutura e o meio, que pesam no fato do RJ2 ter feito essas constatações in loco. Primeiro, claro, jornalismo é uma coisa que custa caro. E essa, aliás, deve ser uma das grandes brigas compradas com a sociedade. Todo mundo quer consumir informação e ninguém quer pagar por ela. Jornalismo tem um custo. Não adianta você ficar usando técnica de abrir o link, põe no modo avião, tira, para fugir de pagar. Porque tem um custo. E, claro, quando você tem um blog, que é um empreendimento individual, você obviamente vai ter uma dificuldade maior de ter uma estrutura maior. Porque estrutura também é custo, e se você não tem uma fonte de financiamento, tem uma dificuldade. Deslocamento custa caro, custa tempo. O flagrante custa uma estrutura de foto, filmagem, uma série de coisas nessa etapa, esse processo produtivo. Acho também que a influência do meio. Um clássico até meio clichê nas redações é que tem coisas que são grandes notícias para jornal e que para televisão não valem nada. E coisas que para televisão são grandes notícias e o jornal não se interessa. Porque o meio de comunicação interfere nos critérios de noticiabilidade. Algo que renda uma super imagem tende a ser mais espetacular para a televisão do que para o jornal, por exemplo. Agora, por outro lado, algo que não tenha muita imagem, que seja uma coisa mais declaratória, de bastidor, dificilmente vai encontrar espaço na televisão, mas pode ser uma grande reportagem de jornal, de site, de texto escrito. Então, a constatação in loco, claro que pode ser feita num texto escrito, mas a televisão tem uma demanda maior por isso, por sair um pouco do documento no papel, e você mostrar as coisas, fazer os flagrantes. Acho que o fato do RJ2 ter sido o que fez as constatações in loco é um reflexo da estrutura somada ao próprio meio de comunicação e como o critério de noticiabilidade é influenciado pelo meio.

**8) Você acredita que sem esses dados de transparência teria sido possível fazer essas reportagens?**

O dado de transparência é um facilitador. Mas não é a única forma de fazer jornalismo. Você tem casos históricos, como por exemplo, do Watergate, que as coisas aconteceram numa época em que não se falava em transparência. Até porque o documento pode ser vazado. Um processo administrativo pode ser vazado, ainda que não fosse público. No entanto, claro, seria prepotência e ao mesmo tempo ingenuidade da minha parte dizer que a transparência não teve um papel ativo nessas histórias. Tanto que se discute muito a questão do governador Wilson Witzel ter caído por, de alguma maneira, ter dado transparência à coisa pública no Governo do Estado. Numa relação que, na minha opinião, é equivocada. Porque ele não fez mais do que a obrigação dele. E acho que isso é um princípio da coisa pública, que é ser transparente. As matérias poderiam ter ocorrido se não houvesse transparência.

Mas talvez nós não tivéssemos o volume de reportagens que nós tivemos com a velocidade que nós tivemos. Essas descobertas poderiam ter sido feitas posteriormente. Elas foram feitas enquanto essas questões estavam ocorrendo. E acho que a transparência tem um papel de nos deixar menos reféns das fontes. O interesse da fonte é sempre privado. E o nosso é o interesse público, não é o interesse privado. Quando você fica refém de alguém te passar determinada informação, claro que o teu critério jornalístico não vai amolecer, mas eventualmente a informação que te passam pode estar recortada. Ainda que se passe um documento na íntegra. Ou seja, você perde possibilidades de questionamento ou de verificação daquilo que lhe é passado. Claro que para isso o jornalismo tem uma série de outros critérios objetivos. Então, uma confirmação, uma checagem, com outra fonte, ainda que não seja ela que te passou o documento. Uma estrutura hierárquica da notícia que não valorize os pontos mais conflitantes, em caso de dúvida. Então, você tem uma série de ferramentas e instrumentos para minimizar essa dependência. Mas quando se tem transparência, você consegue você mesmo fazer esses achados, ter essas leituras sem ficar tão dependente do que a fonte te passa. Então, a fonte vira mais uma sugestão de caminho do que efetivamente uma rota, um guia. Então, ela te dá sugestão: olha, o caminho é por aqui. E aí, você vai lá seguindo, mas também olhando os documentos, abrindo a transparência, vendo que talvez por ali seja mais interessante. Quando, se você não tivesse a transparência, aí esse caminho estaria sendo roteirizado pela fonte. Ou seja, você não conseguiria ver o macro. Consegue até confirmar ou depreender, mas a partir daquele universo que lhe é vazado. Então, acho que a transparência tem um papel ativo na execução dessas reportagens. Mas acho que ela não é a única responsável pela execução delas. Tem um papel ativo quando as reportagens foram publicadas ou exibidas, de que maneira essas reportagens ganharam volume. Porque você tinha acesso a um volume de informações muito grande. Mas essas descobertas não deixariam de ser feitas se não houvesse transparência.

**9) Você considera que o processo de impeachment foi decorrente das reportagens dessa cobertura?**

Acho que seria muito arrogante achar que o jornalismo tem todo esse poder. Acho que o jornalismo tem um poder social, tem uma participação importante na tomada de decisões e em como o poder enxerga a sociedade. O jornalismo já teve uma importância maior, com o tempo ela se reconfigurou, mas o jornalismo ainda é um ator nesse meio, nesse cenário. No entanto, a gente já viu denúncias mais graves, mais sérias, que muitas vezes não resultaram sequer em punição. Então, eu não acho que o impeachment seja resultado dessas matérias. Mas eu acho que as matérias influenciaram de alguma maneira num cenário que já era conturbado. A gente poderia ter descoberto o dedo governador, que não se encontrou, que fique claro, nos respiradores, por exemplo, na contratação do Iabas. Vamos lembrar dos fatos da época. Wilson Witzel era um estrangeiro na política. Um cara que veio do judiciário. Que dominava muito do trato com magistrados. Mas que tinha uma péssima visão do trato com legisladores. Achava que o governador era praticamente um imperador, que não podia ser questionado, que foi eleito pela população. Como se os 70 deputados estaduais também não tivessem sido eleitos. Então, tinha ali uma certa arrogância, prepotência, que é muito comum ao gestor público. Mas que ali era muito acentuada. A casa do poder executivo não é uma casa de porta fechada. Os poderes, de acordo com a constituição, eles precisam se frear. Freios e contrapesos, um princípio básico da nossa constituição. O poder legislativo foi

eleito da mesma forma que o poder executivo. Só não é, no caso dos deputados, um cargo majoritário. Então, há uma percepção da sociedade, e acho que Wilson Witzel tinha essa percepção ainda mais aflorada, de que o líder do executivo – seja ele governador, presidente da República – é soberano. Que é característica de um regime presidencialista. Mas que não leva em consideração – ou muitas vezes inferioriza, menospreza – o poder do poder legislativo. Porque ele tem um poder. E quais são as atribuições do poder legislativo? Legislar e fiscalizar. Esse é um ponto. A leitura que o Wilson Witzel fazia ali era que como ele tinha sido eleito, ele tinha que tratar o parlamento como se o parlamento tivesse que se submeter a ele, e não como se o parlamento fosse um outro poder. Apesar de ter vindo do judiciário, ele não entendeu que há essa troca muito grande entre executivo e legislativo, entre esses dois poderes. E aí, ele nomeia uma série de secretários que se acham do bem e do mal, que acham que não precisam prestar contas ao parlamento, que acham que o parlamento é de segunda linha. Ele (Witzel) dá, salvo engano, a primeira entrevista para o Estúdio I, para a Maria Beltrão, em que ele praticamente fala que os deputados tinham que se submeter a ele, ele que vai determinar como que vai ser. “Não tem essa de querer construir base não”. E não é assim que a banda toca. Não é assim que as coisas funcionam. Um cara com essa arrogância, com essa prepotência, não pode errar. Porque na política, quando está tudo indo bem, até quem não gosta de você vai estar com você. Mas quando começa a ir mal, aí é que você vai ver prestígio ou não que você tem. Em geral, muita gente até abandona. Mas se você tiver construído uma base sólida – e quando digo base, não é uma base de governo, base parlamentar, mas uma construção de coalisão, correta do ponto de vista político – você vai ter ali seu apoio. Ou pelo menos você vai conseguir se escorar em alguma coisa. E ele fez uma construção completamente equivocada, entendendo que o poder legislativo tinha que se submeter a ele. De repente, a gestão dele, que se vendeu como o mais probo de todos, demonstra um conjunto de coisas. Coisa 1: irregularidades na contratação. Coisa 2: se essas contratações fossem irregulares, mas os produtos tivessem sido entregues, o cenário poderia ter sido outro. Mas os hospitais de campanha não ficaram prontos. Ficaram prontos só o do Maracanã e o de São Gonçalo, mas abaixo da capacidade. Então, os hospitais de campanha não ficaram prontos. Os respiradores superfaturados não chegaram. Então, aí você já tem dois erros. Você tem o erro administrativo, da gestão, do cuidado com o dinheiro público, que não houve. E você tem o erro da entrega. E nisso num momento em que a sociedade estava muito assustada com a pandemia, com parlamentares sendo cobrados por suas bases. O parlamento é a casa da população. E na minha opinião, talvez por isso o parlamento seja tão incompreendido, porque nós brasileiros temos uma dificuldade de compreender quem nós somos como todo. Pelo nosso tamanho de diversidade, a gente não se enxerga no outro. Então, os deputados sendo cobrados pelas suas bases. Um governo que não entrega e ainda por cima cheio de irregularidade. Sem uma construção de base, porque não ouviu, porque achou que todo mundo deveria se submeter a ele que foi eleito. E aí, o parlamento dá uma resposta. Eu dei a volta ao mundo. A sua pergunta foi se eu acho que as matérias levaram à queda do governador. Não acho. Acho que as reportagens contribuíram para um clima de insatisfação que já ocorria. Elas trouxeram luz para fatos que já estavam ali. Se as irregularidades por si só existissem, mas tivesse entrega, talvez tivesse tido impeachment? Talvez, mas não com as votações escancaradas, todas por unanimidade, como foram. Você teria alguém ali lutando contra. Mas não houve. Ao mesmo tempo, uma dificuldade de interlocução, você tinha um ator, (o ex-

secretário) Lucas Tristão, que o parlamento já tinha mandado recados de que não queria essa interlocução, e houve essa insistência. Quando o parlamento sinaliza para o governador que não quer determinado secretário e o governador banca, a briga que era com o secretário passa a ser com o governador. Enquanto ele não sabe da briga, tudo bem. Quando ele começa a saber e ele banca a pessoa ali, apesar da pressão, aí significa que ele assumiu o ônus dessa pressão e o ônus dessa briga. Ele comprou a briga do Lucas Tristão para ele. Então, seria muito arrogante eu achar que as matérias levaram à queda dele. Mas acho que as matérias contribuíram, deram luz para um clima que já era muito ruim, e que com as matérias com certeza esse clima piorou. As reportagens são parte do processo, mas não são as responsáveis pela queda do governador. Eu acho. Nenhuma delas, tá? Não estou falando só as do RJ2 não, nem do Berta, nem do Globo, nem da Folha. Acho que tudo ali contribuiu para um clima. O processo de impeachment é um processo traumático. Ele só pode acontecer quando há clima para isso. Se o governador tem uma popularidade tremenda, se o governador tem uma base supersólida, não tem escândalo que derrube. Mas ele não tinha popularidade, ele não tinha apoio da população, que começou a ficar revoltada com a falta de entrega e os escândalos de corrupção, e ele não tinha base. Então, as reportagens, na minha opinião, contribuíram para essa insatisfação popular, mas tem outros fatores que levaram à queda dele que a reportagem não teria como impactar.

#### **10) Queria que você falasse um pouco do RJ2, o perfil do jornal, a equipe.**

O RJ2 é um jornal local que passa por volta das sete e pouca da noite, não tem um horário fixo, mas gira em torno de 19h e 19h15, o horário de entrada, entre as duas novelas, a novela das seis e novela das sete. Ele tem um público, uma audiência, que me parece muito diversa, como todo jornal local, mas especialmente porque é um perfil de quem está chegando em casa. Então não é um perfil de quem está em casa em determinado horário, realmente é mais diverso, porque no horário da noite a tendência é que mais pessoas estejam em casa. É um telejornal que até algum tempo atrás, tinha 15 minutos de produção, era muito curtinho. Mas com o tempo ele foi ganhando tempo de produção e tem dias hoje que chega a 30 minutos de produção. Em determinado momento, o RJ2 adotou uma linha editorial muito voltada para tratar com riqueza de detalhes um grande tema do dia. E investir em pautas mais investigativas. Acho que são duas características principais que o jornal assumiu nos últimos, sei lá, quatro anos. Uma busca muito grande por temas investigativos e uma preocupação grande em eventualmente esmiuçar um único assunto que seja o grande assunto do dia. Acho que essas duas características são marcas desse período do jornal. Nesse período, a gente teve alguns investimentos, como por exemplo a matéria que foi finalista do Emmy, sobre os funcionários fantasmas na Alerj. Você teve uma matéria que repercutiu muito sobre funcionários contratados com dinheiro público que serviam para atrapalhar jornalistas, na Prefeitura do Rio, chamados “guardiões do Crivella”. E uma série de outras grandes reportagens que repercutiram, sempre com essa preocupação da investigação e com viés também mais voltado para a política, do que os outros telejornais. No ano de 2019, eu recebi uma incumbência da diretoria de jornalismo do Rio de trazer mais para os telejornais, especialmente para o RJ1, aquele da hora do almoço, a cobertura do poder legislativo. Havia uma avaliação que a nossa cobertura focava muito no executivo, e que nós tínhamos também que dar o protagonismo e o destaque, até para que a população possa acompanhar os trabalhos, dos legisladores fluminenses e também das cidades da Região Metropolitana. A gente começou esse trabalho

pelo RJ1, foi dando certo, expandiu para o RJ2. Quando veio o período da pandemia, o legislativo meio que parou as suas atividades. Pela dificuldade de reunião física, até precisou de um período primeiro para se adaptar regimentalmente, quais seriam as ferramentas possíveis de você ter essas deliberações de maneira virtual. Mas você teve também, entendo eu, um protagonismo do poder executivo, pela possibilidade de celeridade que ele tem num período em que as decisões precisavam ser tomadas de maneira veloz. Porque as respostas exigiam rapidez, já que a população estava vivendo um momento que não se vivia há 100 anos, que era uma pandemia, uma emergência sanitária. Então, nesse primeiro momento, há uma necessidade de reconfigurar aquele olhar que a gente tinha para o legislativo e passar a ter um olhar também em relação a como essa questão da pandemia vinha sendo tratada pelos entes que estavam ali cuidando, então, o Governo do Estado. Então, o jornal que já tinha essa característica de um olhar para a política, para a investigação, de esmiuçar temas nas suas edições, ele se debruça nessa questão dos contratos da saúde do estado do Rio de Janeiro com reportagens bem grandes, em que a gente conseguiu detalhar bastante esse esquema e esses pontos. E sem perder de vista a essência do telejornalismo que é a questão de mostrar aquilo na prática. Não só se debruçar sobre os contratos, mas mostrar do outro lado, como a situação estava para a população. Dezenas de pessoas que não conseguiam internação, muitas vezes por causa de leito em função dos respiradores que nunca chegaram, outras tantas por falta de vagas porque os hospitais de campanha nunca ficaram prontos. E por aí, uma série de reflexos dessas questões para a população. O RJ2 é um jornal com uma equipe bastante enxuta, por um tempo em que ele muito curto, e ganhou muito tempo, mas com produtores muito voltados para essa questão da investigação, os repórteres também, sempre tentando pautar pontos nesse sentido, e ali a gente se sentiu naquele momento que a gente teria espaço para trazer esses recortes. E aí, trouxemos vários furos nessa oportunidade.

**11) Agora falando sobre transparência. O que você acha que poderia melhorar nas informações públicas prestadas por autoridades?**

Hoje, tendo um olhar mais nacional, acho que o poder central tem uma preocupação maior com transparência, seguir a legislação e o que ela determina em relação a isso. Quando você vai para os poderes de outras unidades da federação, você vê que há um cumprimento da lei menor. Eu me ressinto muito, acho que o poder legislativo fluminense tem uma transparência muito ruim. Você, por exemplo, não tem informações sobre quem recebe determinados tipos de auxílio, você não tem informações sobre onde as pessoas estão nomeadas, onde elas executam seus trabalhos. O que dificulta uma possibilidade de fiscalização externa. Seja de órgãos de controle, mas esses ainda com a prerrogativa de pedir essas informações, seja da imprensa e do cidadão. Em relação ao Governo do Estado, eu acho que também tem muita coisa a melhorar. Existe uma dificuldade de conseguir documentos que são públicos. A criação do Sistema Eletrônico de Informações e a implementação no estado do Rio facilitou muito porque permite que você tenha acesso a praticamente todos os processos administrativos do Governo do Estado. No entanto, eu acho que a cobertura dos escândalos do governo Witzel, o fato de ter sido muito pautada ou ter utilizado muito o Sistema Eletrônico de Informações como ferramenta, acabou gerando uma resposta institucional não-oficial de dificultar essa transparência. Hoje, depois que Wilson Witzel perdeu o cargo, grande parte dos processos presentes no SEI é considerada sigilosa. Então, tudo o que avançou, hoje voltou.

Exemplo: não existe hoje nenhum processo do gabinete do governador aberto ao público.

**E você acha que isso é um reflexo dessa cobertura?**

Eu não acho não, eu tenho certeza. Eu já ouvi de pessoas ligadas à atual gestão, que entrou após o impeachment, que “se o SEI gera tanto problema assim, não tem problema, a gente vai botar que é sigiloso”. E os critérios para atribuição de sigilo são critérios muito flexíveis, muito pouco claros, interpretativos, subjetivos. Então, hoje se atribui sigilo a praticamente tudo. O que dificulta a transparência. O Governo do Estado já não é transparente. O SEI foi uma ferramenta que tinha um grande desafio: você tinha que achar o processo. Um documento que devia ser público, já não era público. Você tinha a dificuldade que era assim: eu tenho que descobrir qual é o processo, quando eu descobrir qual é o processo, aí eu tenho tudo. Agora, nem isso adianta. Você descobre, quando chega lá, está com cadeado, ele está fechado (em sigilo). Eu tenho certeza que essa cobertura e o impeachment do governador levaram a um retrocesso na transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro por uma preocupação ou uma tentativa de cerceamento do trabalho da imprensa, que antes, com o Sistema Eletrônico de Informações, tinha acesso a todos os processos administrativos, e hoje não tem. Isso tudo, claro, de maneira não-oficial. Mas uma maneira que é muito perceptível, hoje você não encontra processos administrativos abertos, de maneira geral. A maioria deles está sempre fechada.

**12) Como você enxerga o fato de veículos de diferentes formatos e alcances entrarem numa mesma cobertura, em frentes diferentes, mas com resultados semelhantes?**

De alguma maneira, essa temática se tornou “o” assunto daquele momento. E o fato de todo mundo cobrir, vai muito na linha dos critérios de noticiabilidade. Quais os critérios que esse fato tinha. Tinha um ineditismo, no sentido de que pandemia era uma questão inédita para uma geração, quer dizer, para todos os vivos, tirando as exceções que confirmam a regra, as pessoas com mais de 100 anos, e que certamente eram crianças ou bebês na pandemia do início do século XX, da gripe espanhola. Então, era uma novidade, tudo o que envolvia pandemia se tornaria notícia por ser novidade. Gerava impacto, porque dizia respeito à coisa pública que não estava funcionando da maneira que devia. Tinha relevância, porque estava se tratando do poder público, do Governo do Estado. Tinha apelo, porque tinham pessoas morrendo de Covid, e elas não conseguiam leitos porque não tinha respirador, e aí o leito não ficava aberto porque o hospital de campanha não ficava pronto. Então, todos os critérios de noticiabilidade que você imaginar se aplicam a essa cobertura. Então, natural que todos os veículos se debrucem sobre ela. E acho que de alguma maneira geral, durante a pandemia, o jornalismo se reforçou como instituição. De descredibilizado, por um movimento político feito nesse país, inclusive por muitos setores que durante muito tempo criticaram a imprensa e hoje apoiam, esses setores da sociedade descredibilizaram o jornalismo, numa onda que agora a voz era múltipla, que todo mundo poderia falar, e aqui sem nenhum julgamento nesse sentido, que fique claro. O que quero dizer é que numa multiplicidade de vozes que as redes podiam trazer, grande parte dessas mesmas pessoas, no momento em que a pandemia surge, e no momento em que as redes sociais começam a se tornar um problema em relação a fake news, de informações falsas, o jornalismo se torna ali um porto seguro de informação. Quando informação era um bem muito valioso naquele momento. Há um retorno da credibilidade

institucional do jornalismo. A instituição “jornalismo” volta a exercer um papel importante na sociedade, volta a ter um crédito na sociedade nesse momento. E isso mostra também como as coisas são fases. Lá atrás, todo mundo achava que esse era um caminho até para o fim do jornalismo, ou pelo menos para uma democratização dele, que acabasse com a coisa profissional, empresarial, do jeito que é hoje. Mas, na verdade, a pandemia ela reforça e dá um fôlego a mais para o jornalismo. E mesmo, ainda que a pandemia não tenha acabado, mas com o fim da emergência sanitária global, não se perdeu isso, foi um valor agregado, isso ficou. E por que que nesse momento o jornalismo retoma tanto esse papel de credibilidade na troca social, na interação social? Porque ele é o porto seguro de informação, que a rede social não é. Que a multiplicidade de vozes não é. Acho que aqui vale fazer uma reflexão. A multiplicidade de vozes, ela é sempre positiva. E ela obviamente tem que ser respeitada, valorizada, incentivada. Mas a multiplicidade de vozes, quando se fala no quesito informação, ela é uma temática problemática. Porque se por um lado, é muito bom todo mundo poder falar. Por outro, quando todo mundo fala, perde-se o controle daquilo que de fato é informação, para aquilo que de fato é opinião. Para aquilo que é uma coisa falsa, mal-intencionada. E isso é uma questão do mundo, hoje. Não à toa estamos vendo aí a discussão do PL 2630, chamado de “PL das fake news”, no Congresso Nacional aqui do Brasil. E esse debate ocorre em outros lugares do mundo. Como garantir que as vozes continuem diversas e múltiplas, dando a elas minimamente um respaldo, um selo de que tal informação é confiável, isso aqui a gente pode seguir. Enquanto essa situação não se resolve, o jornalismo continua ganhando uma força institucional de ser o espaço da informação tratada. E tratada mesmo no sentido de tratamento. A notícia chega, ela é apurada, ela é checada, ela é confirmada, ela é trabalhada e depois é publicada. Isso tem que ter um valor diferente daquilo que simplesmente é postado porque saiu da minha cabeça. E isso tem um valor diferente. E a sociedade, nesse período de pandemia, de crise, enxergou que o jornalismo profissional é um “plus”. Falar, todo mundo fala. Mas falar com checagem, falar com embasamento, falar com apuração, falar com contextualização. Existe uma categoria de profissionais da sociedade dedicada a isso, que são os jornalistas. Então, eu acho que quando persegue esse mesmo assunto, é um sinal de que esse assunto atende a muitos critérios de noticiabilidade e ao mesmo tempo de que aquela informação ali estava depurada, não era apenas uma provocação política, ou uma insinuação política, ou uma informação com viés partidário. Era uma informação depurada de diversos veículos, o que reforça que essa informação faz sentido, que ela tem uma correlação com a verdade. Claro, é importante entender que a construção da notícia – e ‘construção’ eu uso de propósito, pela teoria construcionista, que eu acredito – é uma tentativa de ser aproximar o máximo possível da verdade. A gente precisa perder aquele pensamento da teoria do espelho, que a notícia é um espelho. Não é. É uma construção narrativa. E ela tem os atributos de uma construção narrativa. E isso não faz a notícia ser melhor ou, nesse caso, pior. Simplesmente faz a gente entender o que é a notícia. Ela é uma construção narrativa que vai, a partir dos seus métodos, a partir de suas ferramentas, a partir de suas estratégias, das suas rotinas produtivas, se aproxima o máximo possível daquela realidade. Quando você vê diversos veículos indo nessa mesma linha, você vê que esta construção é mais palatável e se aproxima o máximo possível do que de fato aconteceu, ou seja, que é verdadeira, em última instância.

**13) Que relevância você acredita que essas reportagens e essa cobertura tiveram para a sociedade?**

Você teve um impeachment de um governador, que é histórico. Não acho que essas reportagens tenham causado um impeachment. Mas acho que contribuíram para um ambiente favorável a este impeachment. Logo, acho que isso por si só mostra o impacto que elas tiveram para a sociedade. Então, tem um impacto por tabela, mas de algo histórico. Acho que tem um impacto de percepção do poder público sobre a atuação na pandemia. Essas matérias mostraram de alguma maneira para a sociedade fluminense que o Governo do Estado do Rio de Janeiro mais uma vez não aprendeu, mesmo após todo um histórico de corrupção que já havia sido revelado, e mais uma vez fez uma gestão ruim, ineficiente, pouco proba do dinheiro público. Acho que contribuiu para uma percepção popular da sociedade em relação ao cuidado e à gestão durante o período da pandemia.

**Existia uma percepção positiva sobre como o Governo do Estado vinha conduzindo a pandemia, né? Até em contraste com o Governo Federal.**

Na minha leitura, tinha ali uma estratégia de comunicação muito boa. A leitura de que o Governo do Estado vinha tendo uma boa atuação na pandemia em contraste ao Governo Federal ela é uma leitura recortada do extrato da sociedade em que a gente vive. Para muitos brasileiros, naquele momento, a avaliação era de que o Governo Federal não estava equivocado. Para o extrato da sociedade em que eu vivo e que você vive também, pelo o que te conheço, era uma leitura de que estava equivocado. Estou fazendo esse destaque em relação a isso porque acho que não era unanimidade. Era uma unanimidade para formadores de opinião, classe média, entre uma população que entendia que o melhor movimento naquele momento era o recomendado pelas autoridades sanitárias do mundo inteiro. Parte da população não entendia dessa forma. E aí, apesar de obviamente eu sempre concordar com as autoridades sanitárias, até porque não sou sanitarista, não tenho conhecimento do assunto e reconheço a importância da ciência, mas como leitura de sociedade, uma parcela significativa não entendia dessa forma. Por outro lado, acho que havia um entendimento de toda a sociedade de uma boa comunicação do governo do Rio. Fiz esse parêntese porque, na minha leitura, quando Wilson Witzel faz essas medidas (de controle sanitário) na contramão de Jair Bolsonaro – seja para firmar uma oposição política a ele, seja por uma crença individual de que de fato essas eram as melhores medidas, não importa aqui qual a motivação – ele perde popularidade de parte da sociedade. Não perde do extrato em que nós estamos, mas perde de parte da sociedade. Porque foi eleito inclusive com uma votação expressiva e significativa do eleitor bolsonarista. Que naquele momento entendia que parar as coisas não era a melhor solução. Por outro lado, entendo que independentemente da leitura de se as medidas tomadas por ele eram boas ou ruins, havia uma boa estratégia de comunicação que foi adotada pela Secretaria de Saúde, no sentido de: vamos comunicar a importância de usar máscara, vamos comunicar a importância das medidas preventivas. E quando você comunica bem, você agrada a todo mundo, até aquele que não concorda com a medida, mas está informado. Essa avaliação era positiva, de como a Saúde vinha lidando com as questões. O secretário na época, Edmar Santos, deu diversas entrevistas para diversos veículos de comunicação. Esteve nos telejornais locais diversas vezes. Apontando como que o estado reagiria a aquele momento de crise. Então, a comunicação foi muito boa, muito clara. Uma estratégia de comunicação muito próxima, até porque foi feita em parte pela mesma profissional, que depois viria a dar depois ao secretário municipal de Saúde Daniel Soranz a leitura pela sociedade de que ele foi o grande protagonista na distribuição de vacinas. Alguns anos depois. Não à toa, a assessora de imprensa era a mesma

nos dois casos. Então, uma estratégia boa de comunicação de crise. Num determinado momento, quando começam a surgir essas denúncias, muda completamente a opinião pública sobre aquela figura Edmar Santos. De herói, de sensato, de equilibrado, ele vira um grande vilão da história. Até porque as investigações apontam o envolvimento dele com personagens diretamente ligados à corrupção. Então, a atuação dele não é uma atuação de quem não sabia. É uma atuação envolvida naqueles episódios. Existia uma percepção muito boa de comunicação pela sociedade que se anula, cai por terra, quando o jornalismo mostra que, enquanto ele comunicava bem pela frente, por trás havia uma série de irregularidades. Enquanto o palco estava muito bem organizado, a coxia era uma grande bagunça. Usando uma analogia com (Erving) Goffman, na “Representação do eu na vida cotidiana”, o que se passava de mensagem era muito sóbrio e muito organizado, mas o que se tinha realmente por dentro, o que não se comunicava, o que foi revelado, era uma grande crise, era um grande escândalo. Era muita gente ganhando dinheiro irregularmente, de maneira ilegal, na maior crise sanitária vivida pelas gerações. Com dolo ou sem dolo – e depois as investigações apontaram que haveria dolo – por parte do secretário, aquele discurso de organização, de estamos comunicando bem, ele se tornou vazio. Pelas reportagens e também pela falta de entregas. As reportagens sozinhas não teriam tido a mesma repercussão se os respiradores tivessem sido entregues, se os hospitais de campanha tivessem ficado prontos. Teve uma outra reportagem que nós fizemos sobre leitos contratados em hospitais privados que nunca foram entregues. Se tivesse funcionado, teria sido mais difícil denunciar. A denúncia só reverberou tanto porque o sistema não funcionou. Deu ruim. Em algum momento, o peso da bagunça com que tudo foi feito se impôs. Ou seja, essa bagunça pesou no resultado, na entrega. Hipoteticamente. Denúncia do Berta de superfaturamento na compra dos respiradores. Se os respiradores chegam, se eles salvam vidas, não existe construção narrativa que achasse que o preço a mais que se pagou era um problema. Porque vivia-se um momento de crise, em que inclusive as contratações podiam ser feitas de uma maneira diferente e poderia ser pago mais caro sim porque o que mais importava naquele momento era salvar vidas. Olhando para uma matéria nossa. Qual seria a questão de você ter feito um plano de trabalho do Iabas um dia antes de se abrir o processo administrativo se todos os hospitais de campanha tivessem ficado prontos? Se vidas tivessem sido salvas ali? Claro que é um problema e o nosso trabalho do jornalismo não é obviamente fazer julgamentos, isso é o papel da Justiça. Mas o tamanho que o problema tem e o impacto que a reportagem tem na sociedade não é um efeito só da reportagem. É um efeito do contexto que as pessoas vivem, do que elas estão passando, do que resultados práticos estão se impondo e acontecendo. Então, o critério de noticiabilidade fica mais forte num contexto de crise de entrega. Num momento em que a saúde não funciona, você verificar que houve um escândalo de corrupção, é mais grave do que num momento em que a saúde funciona. Tem essa diferença. Então acho que isso impactou.